

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” (UNESP)  
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN (FAAC)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

DIUAN DOS SANTOS FELTRIN

**O JORNALISMO PARA A PAZ COMO ESTRATÉGIA NA COBERTURA DE  
CONFLITOS SOCIAIS: A HOMOFOBIA NAS PÁGINAS DA *FOLHA DE S. PAULO*  
(2018-2019)**

BAURU

2021

DIUAN DOS SANTOS FELTRIN

**O JORNALISMO PARA A PAZ COMO ESTRATÉGIA NA COBERTURA DE  
CONFLITOS SOCIAIS: A HOMOFOBIA NAS PÁGINAS DA *FOLHA DE S. PAULO*  
(2018-2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob orientação da Professora Doutora Raquel Cabral.

BAURU

2021

F327j	<p>Feltrin, Diuan dos Santos</p> <p>O Jornalismo para a Paz como estratégia na cobertura de conflitos sociais : a homofobia nas páginas da Folha de S. Paulo (2018-2019) / Diuan dos Santos Feltrin. – Bauru, 2021</p> <p>165 f.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru Orientadora: Raquel Cabral</p> <p>1. Jornalismo para a Paz. 2. Homofobia. 3. Estudos para a Paz. 4. Comunicação para a Paz. 5. Folha de S. Paulo. I. Título.</p>
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de DIUAN DOS SANTOS FELTRIN, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN - CÂMPUS DE BAURU.**

Aos 23 dias do mês de agosto do ano de 2021, às 14:30 horas, no(a) via sistemas de videoconferência e outras ferramentas para comunicação a distância, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE Mestrado de DIUAN DOS SANTOS FELTRIN, intitulada **O Jornalismo para a Paz como estratégia na cobertura de conflitos sociais: a homofobia nas páginas da Folha de S. Paulo**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professora Assistente Doutora RAQUEL CABRAL (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design / Universidade Estadual Paulista, Professora Associada LARISSA MAUÉS PELÚCIO SILVA (Participação Virtual) do(a) Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação / Universidade Estadual Paulista, Professora Doutora SOFIA JOSÉ FIGUEIRA SANTOS (Participação Virtual) do(a) Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra / Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Professora Assistente Doutora RAQUEL CABRAL

DIUAN DOS SANTOS FELTRIN

**O JORNALISMO PARA A PAZ COMO ESTRATÉGIA NA COBERTURA DE  
CONFLITOS SOCIAIS: A HOMOFOBIA NAS PÁGINAS DA *FOLHA DE S. PAULO*  
(2018-2019)**

**Área de Concentração:** COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA

**Linha de Pesquisa:** PROCESSOS MUDIÁTICOS E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS

**Banca examinadora:**

Prof.<sup>a</sup> Dra. Raquel Cabral (presidenta e orientadora)

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” (UNESP)

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Larissa Maués Pelúcio Silva**

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sofia José Santos**

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS - UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## AGRADECIMENTOS

Ingressar no mestrado era um sonho que me acompanhava desde a conclusão de minha graduação em Jornalismo, em 2010. Por necessidades de me dedicar ao âmbito profissional, adiei este desejo por alguns anos. No entanto, jamais deixei de estudar, pois vejo a Educação com a forma mais eficaz e honesta de resistir à permanente insistência do sistema dominante em nos limitar. Esta motivação veio dos/as professores/as que passaram por minha vida, dos primeiros anos de escola à Pós-graduação: a vocês, minha eterna gratidão.

Em 2018, tomei a iniciativa de levar meu sonho adiante e realizei minha inscrição como aluno especial na disciplina “Comunicação para cultura de paz e interculturalidade”. A ementa abordava temas que vinham ao encontro do que sempre acreditei, especialmente por considerar a comunicação como possibilidade de transformação. Fui acolhido pela professora Dr.<sup>a</sup> Raquel Cabral, em quem encontrei uma de minhas principais referências como pesquisadora e ser humano. No mesmo ano, prestei o processo seletivo para aluno regular do programa de Pós-graduação em Comunicação da UNESP (PPGCOM) e fui aprovado, tendo Raquel como orientadora. Gratidão, Raquel, por todos os aprendizados partilhados no decorrer deste processo. Você tem o dom de tornar a jornada mais leve e prazerosa. Obrigado por acreditar em mim desde o início.

Meus agradecimentos a toda equipe do PPGCOM, de modo especial ao Silvio, Hélder e à Ana Paula, sempre dispostos a nos orientar e sanar todas as dúvidas sobre o programa e seus processos. Agradeço também à equipe docente do programa, pesquisadores e pesquisadoras que nos inspiram nesta jornada acadêmica. Agradeço especialmente ao professor Dr. Maximiliano Martín Vicente (Max), que me apontou direcionamentos sobre a metodologia da hermenêutica de profundidade, me ajudando a refletir sobre minhas escolhas metodológicas.

Agradeço às professoras Dr.<sup>a</sup> Larissa Maués Pelúcio Silva e Dr.<sup>a</sup> Sofia José Santos que, com muita generosidade, aceitaram integrar as bancas de qualificação e defesa desta dissertação e apresentaram direcionamentos para o aprimoramento da pesquisa.

O processo de elaboração de uma dissertação é um caminho muitas vezes solitário. Por isso, a companhia e amizade de pessoas que compreendem a jornada é essencial. Agradeço muito aos/às amigos e amigas que o mestrado me trouxe: Ketheleen Guerreiro, Deborah Theodoro, Ester Alkimim, Érika Alfaro, Monique Fogliatto, Elton Araújo, Danilo Mendes, Vinícius Lauriano, Andresa Lopes, Carlos Ferreira, Amanda Araújo (*in memoriam*) e toda a turma de pós-graduandos em comunicação de 2019. Muito obrigado também ao amigo

Conrado Renan, do programa de Design, pelas muitas conversas sobre a Pós-graduação durante nossas viagens de Birigui a Bauru.

Também expresso meus agradecimentos aos amigos e amigas de caminhada; companheiros/as na vida: Eleandro Garcia, Fernanda Guilabel, Rafael Ribeiro, Elissa Morelli, Juliana Fazollo, Juliana Costa, Vinícius Agatiello, William Lima, Rezende Avelar, Vanildes Santos, Lucas Rinaldini e tantos/as outros/as, que sempre me incentivaram a seguir o caminho da pesquisa. Um agradecimento especial à amiga Lissa Polozi, que me ajudou na tradução dos resumos em inglês e espanhol.

Obrigado à equipe, direção, coordenação, docentes e conselho da FATEB (Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui), pela flexibilidade que me proporcionaram durante todo este percurso acadêmico.

Por fim, agradeço aos meus familiares por me concederem as bases necessárias para me manter perseverante em meus propósitos. De modo especial, ao meu pai, Jose Alberto Feltrin, que sempre me incentivou a estudar, proporcionando as condições necessárias para tal. E às mulheres que, mesmo sem conhecerem o conceito, me fizeram compreender, desde criança, o que é feminismo, na prática: minha mãe Maria Lucia dos Santos, minha tia Maria Inês de Fátima Feltrin e minha avó Ignez Ornelas Feltrin. Muito obrigado pelo apoio emocional e por terem me guiado a partir da ética do cuidado.

A elaboração desta dissertação se deu durante uma pandemia que dizimou o mundo. No Brasil, muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas se tivéssemos lideranças políticas responsáveis e comprometidas com a vida. Motivos para esmorecer não faltaram, por isso, minha gratidão à Espiritualidade, que sempre conduz meus passos, concede equilíbrio e guia meus caminhos com base na paz e na justiça.

*Vamos rir juntos dos perversos que nos governam.  
Vamos responder à tentativa de controle dos nossos corpos  
exercendo a autonomia com nossos corpos.  
Vamos libertar as palavras fazendo poesia.  
Vamos rir por desaforo.  
E amar livremente.*

**Eliane Brum** – “Brasil: construtor de ruínas”

FELTRIN, Diuan dos Santos. **O Jornalismo para a Paz como estratégia na cobertura de conflitos sociais: a homofobia nas páginas da *Folha de S. Paulo* (2018-2019)**. 2021. 165f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2021.

## RESUMO

A presente dissertação de mestrado discorre sobre o Jornalismo para a Paz como possibilidade teórica e metodológica para a leitura crítica de narrativas jornalísticas em contextos de conflitos sociais. Esta perspectiva jornalística emerge no contexto dos Estudos para a Paz (*Peace Studies*), campo teórico que propõe uma abordagem crítica que visa compreender os entremeios dos conflitos como pressuposto para superá-los. Embora originalmente elaborado para reorientar coberturas jornalísticas em cenários de guerra, o Jornalismo para a Paz pode ser utilizado em coberturas de conflitos sociais que, a exemplo das guerras tradicionais, dizimam parcelas da população. Com base nas principais características desta perspectiva jornalística, apontadas por estudiosos como Johan Galtung, Jake Lynch e Annabel McGoldrick, este estudo apresenta análises de conteúdos de reportagens elaboradas por um jornal de grande circulação no Brasil – *Folha de S. Paulo* – acerca de um conflito social que se apresenta de forma intensa na sociedade brasileira: a homofobia. O período de análise levou em conta o cenário de intensa polarização política e ideológica durante o pleito presidencial de 2018, no qual as pautas de cunho moral ocuparam a centralidade dos embates entre os espectros políticos que disputavam o poder; neste sentido, discussões acerca da sexualidade, à luz da heteronormatividade, acentuaram a polarização entre “progressistas” e “conservadores”. Por meio das metodologias Hermenêutica de Profundidade, de Thompson (2005), e Análise de Conteúdo, de Bardin (1977), foi realizada a leitura dos textos jornalísticos que versaram sobre homofobia, publicados em outubro de 2018 e junho de 2019. Compreendeu-se que a prática jornalística pode ser articulada no sentido de contribuir para a desconstrução da violência em sua dimensão cultural, por meio de coberturas equilibradas, críticas e que privilegiem a multiplicidade de vozes. Ainda que o Jornalismo para a Paz não seja utilizado de forma evidente como critério de noticiabilidade na prática jornalística diária, seus direcionamentos podem servir de parâmetro para coberturas impelidas em ressignificar contextos de opressão, bem como conduzir investigações teóricas no campo do jornalismo.

**Palavras-chave:** Jornalismo para a Paz. Homofobia. Estudos para a Paz. Comunicação para a Paz. Folha de S. Paulo.

FELTRIN, Diuan dos Santos. **The Peace Journalism as a strategy for covering social conflicts: homophobia in the pages of *Folha de S. Paulo* (2018-2019)**. 2021. 165f. Dissertation (Master in Communication). Postgraduate Program in Communication, Faculty of Architecture, Arts Communication and Design, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2021.

### ABSTRACT

This master's thesis discusses the Peace Journalism as a theoretical and methodological possibility for critical reading of journalistic narratives in contexts of social conflicts. This journalistic perspective emerges in the context of Peace Studies, a theoretical field that proposes a critical approach that aims to understand the intricacies of conflicts as a prerequisite for overcoming them. Although originally designed to reorient journalistic coverage in war scenarios, Peace Journalism can be used in coverage of social conflicts that, like traditional wars, decimate portions of the population. Based on the main characteristics of this journalistic perspective, pointed out by scholars such as Johan Galtung, Jake Lynch and Annabel McGoldrick, this study presents content analysis of reports produced by a newspaper with large circulation in Brazil – *Folha de S. Paulo* – about a conflict which presents itself intensely in Brazilian society: the homophobia. The period of analysis took into account the scenario of intense political and ideological polarization during the 2018 presidential election, in which moral agendas occupied the centrality of the clashes between the political specters that disputed power; in this sense, discussions about sexuality, in the light of heteronormativity, accentuated the polarization between “progressives” and “conservatives”. Through the methodologies of Depth Hermeneutics, by Thompson (2005), and Content Analysis, by Bardin (1977), journalistic texts that dealt with homophobia, published in October 2018 and June 2019, were read. It was understood that journalistic practice can be articulated in the sense of contributing to the deconstruction of violence in its cultural dimension, through balanced, critical coverage that favors the multiplicity of voices. Although Peace Journalism is not evidently used as a newsworthiness criterion in daily journalistic practice, its directions can serve as a parameter for coverages impelled to resignify contexts of oppression, as well as to conduct theoretical investigations in the field of journalism.

**Key Words:** Peace Journalism. Homophobia. Peace Studies. Communication for Peace. *Folha de S. Paulo*.

FELTRIN, Diuan dos Santos. **El periodismo por la paz como estrategia de cobertura de conflictos sociales: homofobia en las páginas de *Folha de S. Paulo* (2018-2019)**. 2021. 165f. Disertación (Maestría en Comunicación). Programa de Postgrado en Comunicación, Facultad de Arquitectura, Artes, Comunicación y Diseño, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2021.

## RESUMEN

Esta tesis de maestría analiza el Periodismo por la Paz como posibilidad teórica y metodológica para la lectura crítica de narrativas periodísticas en contextos de conflictos sociales. Esta perspectiva periodística surge en el contexto de los Estudios de Paz (Peace Studies), un campo teórico que propone un enfoque crítico que apunta a entender los conflictos intermedios como un presupuesto para superarlos. Aunque originalmente fue diseñado para reorientar la cobertura periodística en escenarios de guerra, Periodismo por la Paz se puede utilizar en la cobertura de conflictos sociales que, como las guerras tradicionales, diezman porciones de la población. A partir de las principales características de esta perspectiva periodística, señaladas por académicos como Johan Galtung, Jake Lynch y Annabel McGoldrick, este estudio presenta un análisis de contenido de informes producidos por un periódico de gran circulación en Brasil, *Folha de S. Paulo*, sobre un conflicto que se presenta intensamente en la sociedad brasileña: la homofobia. El período de análisis tomó en cuenta el escenario de intensa polarización política e ideológica durante las elecciones presidenciales de 2018, donde las agendas morales ocuparon la centralidad de los enfrentamientos entre los espectros políticos que disputaban el poder; en este sentido, las discusiones sobre la sexualidad, a la luz de la heteronormatividad, acentuaron la polarización entre “progresistas” y “conservadores”. A través de las metodologías de Hermenéutica en profundidad, de Thompson (2005), y Análisis de contenido, de Bardin (1977), se leyeron textos periodísticos que abordaron la homofobia, publicados en octubre de 2018 y junio de 2019. Se entendió que la práctica periodística se puede articular en el sentido de contribuir a la deconstrucción de la violencia en su dimensión cultural, a través de una cobertura crítica equilibrada que favorezca la multiplicidad de voces. Aunque Periodismo por la Paz no se utiliza evidentemente como criterio de notoriedad en la práctica periodística diaria, sus orientaciones pueden servir como parámetro para coberturas impulsadas a resignificar contextos de opresión, así como a realizar investigaciones teóricas en el campo del periodismo.

**Palabras clave:** Periodismo por la paz. Homofobia. Estudios de Paz. Comunicación para la Paz. *Folha de S. Paulo*.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Capa da <i>Folha de S. Paulo</i> , em 7 de setembro de 2019	96
Figura 2: Campo para pesquisa de acervos do jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	105
Figura 3: Montagem de capa da <i>Folha de S. Paulo</i> em 24 de junho de 2019	135
Figura 4: Chamada de capa da <i>Folha de S. Paulo</i> em 24 de junho de 2019	135
Figura 5: Gráfico que acompanha a reportagem de 23 de outubro de 2018	147

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Dimensões do jornalismo para a paz	46
Quadro 2: Principais distinções entre o Jornalismo para a Paz e o Jornalismo de Violência	50
Quadro 3: Categorias de análise	113
Quadro 4: Resumo das categorias de análise	117
Quadro 5: Relação de narrativas da categoria Atores Sociais	129
Quadro 6: Relação de narrativas da categoria Fundamentalismo	138

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Frequência das narrativas a partir das categorias analíticas

152

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2.A PAZ COMO OBJETO DE ESTUDO .....</b>	<b>21</b>
2.1 OS ESTUDOS PARA A PAZ.....	22
2.1.1 A consolidação dos Estudos para Paz como campo de investigação.....	28
2.1.2 Os Estudos para a Paz como Metodologia.....	32
2.2 A COMUNICAÇÃO PARA A PAZ.....	35
2.3 A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO.....	38
2.3.1 O Jornalismo para a Paz .....	43
<b>3. HOMOFOBIA E AS COMPLEXIDADES DE UM CONCEITO .....</b>	<b>54</b>
3.1 A VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA EM NÚMEROS .....	57
3.2 REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE HOMOFOBIA E SUAS COMPLEXIDADES .....	59
3.3 HOMOFOBIA E HETERONORMATIVIDADE .....	69
3.4 HOMOFOBIA E INTERSECCIONALIDADE.....	77
3.5 HOMOFOBIA E (IN)VISIBILIDADE .....	83
<b>4. O PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>90</b>
4.1 MATERIAL DE ANÁLISE: A <i>FOLHA DE S. PAULO</i> .....	94
4.2 A METODOLOGIA DA INTERPRETAÇÃO: A HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE .....	97
4.3 A ANÁLISE DE CONTEÚDO .....	102
<b>5. A APLICAÇÃO DO MÉTODO .....</b>	<b>106</b>
5.1 ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA: UM CENÁRIO DE POLARIZAÇÃO POLÍTICA.....	106
5.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	112
<b>6. ANÁLISES E INTERPRETAÇÕES .....</b>	<b>116</b>
6.1 ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO .....	118
6.2 DISCURSO DE ÓDIO.....	122
6.3 VIOLÊNCIA OU PAZ.....	125
6.4 ATORES SOCIAIS.....	129
6.5 FUNDAMENTALISMO .....	137
6.6 INTERSECCIONALIDADE.....	149
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>153</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>157</b>
<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>164</b>
<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>165</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Os conceitos de violência e paz extrapolam as concepções habitualmente propagadas pelo senso comum, que definem a paz como mera ausência de violência ou conflito. Se focarmos no conceito de violência, veremos que na maioria das vezes ele é compreendido a partir de sua dimensão direta, isto é, quando sua manifestação deixa marcas evidentemente expostas. Todavia, limitar a violência ao seu aspecto direto condiciona o olhar e torna opacos os sinais mais profundos e complexos que perpassam a compreensão dos diversos fenômenos e mecanismos que resultam em ações violentas. A noção de paz, por sua vez, comumente é interpretada a partir de visões utópicas, relacionadas, sobretudo, às ideias de bem-estar e integralidade e, com frequência, associada até mesmo à dimensão espiritual ou religiosa.

Ultrapassando as fronteiras maniqueístas das compreensões que pautam o senso comum, os conceitos de violência e paz podem ser vistos como compromissos epistemológicos direcionados ao reconhecimento de situações de conflitos como pressuposto de transformação. A identificação da violência, neste sentido, é um dos caminhos para se vislumbrar possibilidades de paz; as manifestações de violência na sociedade são complexas e podem revelar estruturas edificadas precisamente para promover cisões e desigualdades. Refletir sobre paz, desse modo, não implica simplesmente em romper com situações de conflito. O conceito corresponde a uma paz crítica, engajada e, principalmente, impelida em compreender o cerne das estruturas marcadas por violências, sejam elas diretas ou indiretas. Esta é uma das principais articulações do campo teórico dos *Peace Studies* - Estudos para a Paz -, o ponto de partida do presente estudo.

O entendimento acerca dos fenômenos de violência e paz pode orientar múltiplas possibilidades de investigação. Neste estudo, propomos uma articulação entre os Estudos para a Paz (EPP) e a comunicação, especificamente no que tange ao jornalismo como uma das vias pelas quais as estruturas de violência e paz podem ser representadas e divulgadas ao público. Compreendemos que, independentemente do canal, a forma como a violência é divulgada contribui sobremaneira para a formulação de percepções relacionadas às suas causas. Nesse sentido, a comunicação midiática é de fundamental importância para o estímulo da consciência crítica do público que recebe as informações. Aliada a dispositivos como educação, família, trabalho, entre outros, que auxiliam na formulação das identidades e pensamento crítico, a comunicação midiática presta sua contribuição na organização social.

Como instância social, o jornalismo desempenha a função de mediador, na medida em que representa os acontecimentos e os tornam públicos. A práxis jornalística garante

luminosidade ou opacidade ao passo que divulga ou oculta determinado acontecimento. Apesar de sua relevante função social, é necessário apontar que o jornalismo, sobretudo em um contexto capitalista, é orquestrado por interesses mercadológicos que interferem diretamente nos critérios de noticiabilidade e definem *o que e como* determinados acontecimentos receberão o *status* de notícia; essas estruturas, muitas vezes, podem atender estratégias que visam manter ou justificar estruturas de opressão. Denomina-se como mídia hegemônica aquela que possui a maior fatia do mercado financeiro e da audiência; ela tem como objetivo final manter sua posição de destaque no campo e, por isso, possui força para determinar o que é e o que não é notícia, servindo de parâmetro para outros canais midiáticos secundários ou emergentes.

O direcionamento que os veículos de comunicação jornalística conferem aos acontecimentos pode influenciar na relevância ou na irrelevância dos fatos, além do silenciamento ou exposição de determinadas parcelas da sociedade. O jornalismo possui grande influência no modo como o público realiza sua leitura de mundo. Assim, em coberturas de situações conflituosas prevalecem aspectos relacionados à violência direta, principalmente nas mídias hegemônicas; há o pensamento de que a informação foi transmitida e que a principal missão do veículo – informar – foi cumprida. Porém, como desvelar as causas que desencadearam o conflito? Como pode o jornalismo fornecer um olhar crítico perante as estruturas que desencadeiam violência? A partir da compreensão das razões que culminaram na violência se pode pensar em direções que visam a sua ressignificação. A perspectiva teórica e prática do *Peace Journalism* – Jornalismo para a Paz – caminha nessa direção.

**A presente dissertação apresenta o Jornalismo para a Paz (JP) como proposta metodológica e deontológica no campo da comunicação midiática.** Este viés nasce no contexto dos Estudos para a Paz e tem como fundamento a reorientação da prática jornalística em contextos de guerra e violência, para contribuir com a possível edificação da paz (*peace building*). Os teóricos dos EPP observaram que as coberturas sobre os conflitos armados se concentravam única e exclusivamente na apresentação da violência *per se*, dando enfoque ao número de mortos e feridos e divulgando vencedores e perdedores. Mas, e as causas dos conflitos? Como a metodologia dos EPP é regida pela compreensão da violência como pressuposto para sua possível superação, a atividade jornalística deveria se pautar por este mesmo direcionamento. Afinal, a noção do público receptor como massa acrítica e desengajada foi superada a partir da multiplicidade de estudos comunicacionais; o JP enaltece

e valoriza a condição autônoma da audiência e oferece subsídios que estimulam a visão crítica do público diante dos conflitos.

Assim como empregada em coberturas de guerras, partimos do pressuposto de que a metodologia do JP se adapta às coberturas de conflitos sociais, que, tal como os conflitos armados, vitimam parcelas específicas da sociedade e geram exclusões e mortes. São diversas as violências presentes no contexto social. Violências de ordem estrutural e cultural, que resultam em violência direta. Estas tipologias de violência foram propostas por Johan Galtung, um dos baluartes dos Estudos para a Paz, e serão esmiuçadas posteriormente.

Este trabalho se concentra em analisar a cobertura jornalística relacionada aos casos de violência praticada contra homossexuais, ou seja, crimes de caráter homofóbico. Como será apresentado em uma das seções do trabalho, o Brasil, marcadamente patriarcal e heterocêntrico, se caracteriza como um dos países mais arriscados para as pessoas que fogem do padrão heterossexual. Com esta constatação, reforçamos o argumento de que a perspectiva dos Estudos para a Paz pode ser aplicada para analisar este fenômeno.

Propomos uma análise das coberturas de um veículo jornalístico de grande relevância no Brasil - o jornal *Folha de S. Paulo* – a fim de compreender como se dá a cobertura jornalística de casos de violência de caráter homofóbico. Por meio de critérios do JP, buscaremos apontar quais tendências prevalecem no referido veículo. Embora não seja empregado na mídia jornalística brasileira como critério de noticiabilidade, queremos identificar quais características são adotadas, as que prevalecem e as que, eventualmente, podem ser omitidas na cobertura jornalística da *Folha de S. Paulo* ao abordar a temática nesse singular contexto sócio-histórico vivido no Brasil. A partir das análises, poderemos verificar se existe a possibilidade de resignificação do *ethos* jornalístico, a partir de um olhar crítico aos critérios de noticiabilidade e valores-notícia.

A análise se concentra em um período temporal demarcado pela polarização política no Brasil, a partir do pleito presidencial de 2018, que colocou em evidência a oposição entre os grupos que disputavam o poder. Para tanto, nosso recorte de análise contemplará as reportagens veiculadas em outubro de 2018 e junho de 2019, que tenham relação com a temática homofobia. A seleção do referido recorte leva em conta o contexto de polarização política, que atinge seu ápice no pleito de 2018; com relação a junho de 2019, trata-se do mês dedicado ao orgulho LGBTQIA+ e, dessa forma, será possível analisar as coberturas sobre homofobia empreendidas pelo jornal a partir desse marco contextual.

Buscar-se-á responder à seguinte questão-problema: **com base nos princípios do Jornalismo para a Paz, como se dá a representação da violência homofóbica pelo jornal**

*Folha de S. Paulo?* A partir do percurso metodológico proposto pela hermenêutica de profundidade, teceremos articulações sobre como as marcas de um contexto podem influenciar no direcionamento das coberturas jornalísticas; ademais, agregaremos a técnica da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977) para realizar inferências acerca da representação da temática homofobia pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

Vale ressaltar que o emprego da metodologia da hermenêutica de profundidade, de Thompson (1995), visa complementar a análise de conteúdo, além de demonstrar as possibilidades metodológicas que podem ser agregadas ao JP enquanto proposta de investigação. A partir da análise sócio-histórica, se buscará compreender o conflito (homofobia) a partir de um contexto específico (a chegada de um grupo declaradamente conservador ao poder). Na sequência, com a análise formal ou discursiva, serão analisadas as formas simbólicas (material jornalístico), com critérios concernentes ao Jornalismo para a Paz. Por fim, a interpretação ou reinterpretção auxiliará na solução da questão-problema que conduz a pesquisa. As fundamentações teóricas, presentes nos capítulos iniciais da dissertação, também integram a fase da análise sócio-histórica, visto que situam o contexto de nosso objeto de estudo. A análise de conteúdo, por sua vez, nos permitirá sistematizar as unidades de análise por meio de categorias analíticas elaboradas a partir de nossas construções teóricas; segundo Bardin (1977), as categorias analíticas são como “gavetas” que permitem classificar os elementos que constituem uma mensagem, o que possibilita ao/a pesquisador/a realizar interpretações.

Como demonstraremos no decorrer da dissertação, as definições acerca do Jornalismo para a Paz subentendem a necessidade de elencar aspectos concernentes à prática a qual se opõe, ou seja, o Jornalismo de Guerra/Violência (JV), hipoteticamente praticada no chamado jornalismo tradicional. No entanto, não é nosso objetivo reforçar visões maniqueístas e, tampouco, reduzir uma prática em detrimento de outra. A necessidade de demonstrar as diferenças entre os dois modelos jornalísticos tem finalidade estritamente didática, de modo a ampliar nossas possibilidades de articulações teóricas.

Com base nos fundamentos que qualificam o JP como metodologia de produção jornalística, a presente pesquisa tem como **objetivo geral analisar como se dá a representação da violência homofóbica por um jornal diário de grande circulação.**

Especificamente, a pesquisa pretende:

- a) Utilizar os fundamentos do Jornalismo para a Paz como perspectiva metodológica e deontológica em pesquisas de comunicação, aliando-os a outras metodologias (análise de conteúdo e hermenêutica de profundidade);

- b) Identificar características relacionadas à forma de abordagem jornalística de um conflito social que permeia a atualidade (homofobia);
- c) Propor possibilidades de aplicação do Jornalismo para a Paz como método prático para a elaboração de notícias no jornalismo impresso perante diversos conflitos que impactam a sociedade, de modo a ressignificar, repensar e analisar criticamente os critérios de noticiabilidade.

O *corpus* da presente dissertação é composto por 6 capítulos. O primeiro constitui esta introdução. O segundo, abarca teorias dos Estudos para a Paz e discute como esta vertente se consolidou epistemologicamente. O tópico também explicita a perspectiva teórica do Jornalismo para a Paz, que emerge no contexto dos EPP. O terceiro capítulo situa o conceito homofobia; com o amparo de autores e autoras que se debruçam sobre o tema (BORRILLO, 2016; CARVALHO, 2012; ERIBON, 2008; LOURO, 2018; 2009; JUNQUEIRA, 2007; 2009; BUTLER, 2019, entre outros/as), a finalidade é traçar um caminho teórico que nos ajude a compreender esta violência prevalente na sociedade brasileira. Ademais, apresentaremos um olhar interseccional para a violência homofóbica, articulando-a com outras estruturas sociais que assinalam diferenças entre marcadores sociais.

As explicações teóricas delimitadas nos capítulos iniciais integram uma importante etapa do método da hermenêutica de profundidade: a análise sócio-histórica, que trará aspectos inerentes ao objeto de estudo. Desse modo, o quarto capítulo é dedicado à explicação das metodologias, bem como as justificativas que conduziram a seleção das unidades de análise (formas simbólicas). Na sequência, o quinto capítulo apresenta a aplicação do método. Por fim, o sexto capítulo é direcionado às análises do material jornalístico coletado.

A partir deste trabalho, buscamos repensar os potenciais da prática jornalística para o entendimento, denúncia e possível transformação de situações de conflito de ordem social. Abrem-se brechas para que a perspectiva do Jornalismo para a Paz seja ampliada e alcance solidez teórica e metodológica, sobretudo como alternativa para olhar, de forma crítica, as violências (algumas vezes sutis) que perpassam a sociedade atual, inclusive por meio da cultura ou de um bem cultural, como um jornal diário. Diante das diversas opressões sociais que marcam a sociedade – sobretudo latino-americana - é primordial repensar teorias e métodos concernentes ao jornalismo, a fim de que a prática corrobore seu compromisso social.

## 2.A PAZ COMO OBJETO DE ESTUDO

A paz é um conceito plural e seus significados ultrapassam a compreensão que a designa exclusivamente como ausência de violência. No decorrer da história, estudos em diversos campos foram realizados com o objetivo de compreender o fenômeno “paz” e sua relação com os acontecimentos socioculturais. Tomamos como base as explanações oriundas dos chamados *Peace Studies* (Estudos para a Paz), que ampliam as noções sobre paz e violência e oferecem vastas possibilidades de investigação. O presente capítulo discute a trajetória dos Estudos para a Paz (EPP) e sua consolidação como campo de investigação.

Pelo fato de a interdisciplinaridade ser uma das principais características metodológicas do campo, apresentaremos a interseção dos EPP com a comunicação, que pode ser exercida com a finalidade de identificar as estruturas de violência e traçar estratégias para desarticulá-las. Como o jornalismo é uma das subáreas da comunicação, serão apresentadas reflexões sobre uma prática jornalística empenhada na construção da paz, isto é, o *Peace Journalism*, traduzido aqui como Jornalismo para a Paz (JP), conceito formulado por Johan Galtung em plena expansão dos EPP, na década de 1970. A perspectiva do JP é a base de nossa proposta de investigação, objetivada em lançar novos olhares sobre as coberturas jornalísticas acerca da violência homofóbica, bem como propor alternativas metodológicas que indiquem o jornalismo como instrumento ativo de superação de conflitos, sobretudo sociais.

É importante ressaltar que quando falamos em superação de conflitos, não ignoramos todas as tensões inerentes a quaisquer processos de mudança de realidade. O combate a um conflito como a homofobia, por exemplo, promove cisões e rupturas com lógicas heterocêntricas e patriarcais, construídas no decorrer do processo de formação social. Neste sentido, a denúncia e desconstrução do conflito articulada pelos Estudos para a Paz pressupõe a dialética, com a oposição entre dois pensamentos dominantes: as estruturas de violência e as ações que visam estabelecer a paz. Não se trata de uma paz passiva e conivente com as estruturas de opressão; mas de uma paz problematizadora, prática e engajada. O mesmo pensamento se direciona ao jornalismo: não é nosso objetivo promover maniqueísmos entre o Jornalismo para a Paz e o Jornalismo de Violência; tais conceitos, pelo contrário, visam definir os direcionamentos jornalísticos, de modo a nos auxiliar a compreender as tendências que prevalecem no veículo analisado no que tange às coberturas acerca da homofobia: estão empenhadas em ressignificar o conflito ou se concentram na mera reprodução da violência?

## 2.1 Os Estudos para a Paz

Algumas complexidades e dicotomias permeiam o conceito de paz<sup>1</sup>. De forma simplista, é possível compreendê-la como ausência de conflitos armados; por outro lado, podemos relacioná-la como garantia de plenos direitos, o que resulta em bem-estar social e, conseqüentemente, em não-violência. Apesar das diversas concepções, é fato que a paz contempla múltiplas áreas do conhecimento e disciplinas, tanto no campo científico quanto filosófico e religioso; ademais, também é pressuposto para que iniciativas sejam empreendidas sob o viés do ativismo, que visa consolidá-la em suas diferentes abordagens (FERREIRA, 2019). As múltiplas compreensões convergem em um ponto: o empenho pela ressignificação de conflitos. Para adentrar no universo epistemológico da paz, é necessário situar o seu caráter multidisciplinar, pois nenhuma disciplina tem o monopólio do conceito (GALTUNG, 2006). E a riqueza da paz como perspectiva teórica reside justamente nas contribuições de diversos campos do saber.

No presente trabalho, empregamos as definições de paz propostas pela perspectiva crítica dos Estudos para a Paz (EPP) – ou *Peace Studies*. Esta escola teórica será o ponto de partida para a compreensão da “paz” como fenômeno político, social e cultural, principalmente como iniciativa voltada a promover rupturas com estruturas de violência. Com base no direcionamento empregado pelos EPP, é possível contemplar a realidade de forma crítica e, assim, ampliar as lentes diante das questões da violência para propor caminhos que contribuam para ressignificar situações de dissenso.

Marcos Alan S. V. Ferreira (2019) apresenta um panorama das origens, ontologia e epistemologia dos EPP. Conforme explica o pesquisador, o marco histórico das duas Guerras Mundiais promoveu uma cisão ideológica que contribuiu para a politização do conceito de paz. No entanto, os processos políticos ocorridos ao final do século XX diminuíram a polarização entre os espectros capitalistas e socialistas, pois, em detrimento dos embates ideológicos, o mundo seguia atormentado por guerras civis, abusos que incidiam sobre os direitos humanos, aumento dos povos refugiados, dentre outras questões que acentuavam as tensões causadas pelos conflitos (FERREIRA, 2019, p. 56).

Conforme contextualiza Ferreira (2019), entre as décadas de 1930 e 1940 houve uma expansão dos estudos objetivados em compreender o fenômeno paz, sobretudo nas ciências

---

<sup>1</sup> O conceito de paz, na maior parte das vezes, é entendido como ausência de conflito. A tradução literal do conceito, no entanto, não colabora para interpretações acerca de sua dimensão dialética, crítica e engajada, que é um dos principais exercícios do campo dos Estudos para a Paz.

humanas e sociais; contudo, somente nas décadas de 1950 e 1960 tais abordagens começaram a ser realizadas de forma sistematizada. Até então, as várias iniciativas direcionadas à promoção da paz mundial eram isoladas e autônomas e, portanto, não eram consideradas como pertencentes a um campo de estudos definido (PUREZA; CRAVO, 2005).

Para fins contextuais, é importante ressaltar que o contexto histórico que inspirou os EPP também serviu como força para o surgimento de outra área: as Relações Internacionais (RI); isso justifica a confluência e complementação mútua entre as duas abordagens. Mas, a diferença entre as perspectivas estaria na forma como ambas lidavam com os conflitos. Enquanto as RI estavam centradas nas questões estratégicas e de segurança nacional, os EPP se empenhavam na promoção da paz e no combate a todas as formas de violência (MASCHIETTO; NOBRE; NOGUEIRA, 2019). Para Martínez Guzmán (2005), a centralidade dos EPP é converter a paz em objeto de análise. “[...] os estudos sobre a paz constituem uma ciência social aplicada, clara e explicitamente orientada por valores” (MARTÍNEZ GUSMÁN, 2005, p. 52). Desta forma, “sendo a paz ausência de violência, os EPP diferem das Relações Internacionais e da Ciência Política, já que seguem para um caminho transdisciplinar que busca investigar a paz em múltiplas dimensões, em oposição ao estudo somente do fenômeno da guerra” (FERREIRA, 2019, p. 65).

A guinada dos EPP se deu diante das incertezas e temores advindos da Guerra Fria e possibilidades de ataques nucleares. Cientistas sociais como Lewis Fry Richardson e Quincy Wright conduziram reflexões mais contundentes sobre a promoção da paz, de forma sistêmica e sem descontinuidades. É neste contexto que emergem núcleos de pesquisa e departamentos nos Estados Unidos e Europa, cujo objetivo central era compreender a paz e os conflitos (FERREIRA, 2019). A partir do engajamento de cientistas sociais norte-americanos e europeus, os EPP começaram a tomar forma como campo de investigação. Na Noruega, se destaca a iniciativa do sociólogo e matemático Johan Galtung, uma das principais referências no campo dos EPP. Galtung liderou o *Peace Research Institute of Oslo* (PRIO – Instituto de Pesquisa sobre a Paz de Oslo), a primeira instituição a adotar o conceito de Estudos para a Paz, fundada em 1959 (PUREZA; CRAVO, 2005).

De acordo com López Becerra (2011, p. 2), o advento do PRIO ampliou o leque das investigações sobre a paz, que “passaram a agregar temas como justiça, equidade, bem-estar, direitos econômicos e sociais e, em alguns casos, o afeto, a solidariedade e outras formas de resolução pacífica dos conflitos”. Ademais, esses institutos, que tinham a paz como objeto de estudo, conferiram um novo rumo às ciências sociais, focadas até então nas investigações sobre as guerras, ou seja, concentrados exclusivamente nos traços de violência direta.

Na ótica dos EPP, o fenômeno da guerra não ocupa o centro das investigações sobre violência e paz, pois, em meio a tantas violências e formas de opressão manifestadas na sociedade, a guerra seria apenas mais uma delas. Assim, outras vertentes passam a integrar o rol das pesquisas referentes aos fatores que engendram sofrimento humano e social, tais como direitos humanos, justiça, desigualdade, reconciliação, entre outras (FERREIRA, 2019; PUREZA; CRAVO, 2005).

O objeto de estudo das Investigações sobre a Paz (*Peace Research*) é a consolidação de uma cultura de paz, amparada em interrogações impelidas em esclarecer as causas dos conflitos, bem como reflexões que incidam sobre sua superação, com a ausência plena de violência direta ou indireta (PUREZA, 2000). Para não incorrer em posições positivistas acerca do fenômeno paz e, tampouco, relegá-lo à dimensão meramente utópica (OLIVEIRA, 2017), Galtung (1969; 2003) lançou novos olhares para a compreensão dos conceitos de paz e violência, o que dá a entender que as investigações sobre a paz não prescindem da prática; ou seja, os EPP são compreendidos no contexto da pesquisa-ação, isto é, empenhados em transformações a partir da compreensão (compreender para transformar). Como o próprio autor expressa, entender a violência e suas tipologias indica dimensões teoricamente significativas, possibilitando pesquisas que sirvam de base para ações e políticas concretas (GALTUNG, 1969, p. 168).

Os EPP, a partir de conhecimentos, conceitos, teorias e métodos analíticos, fornecem indicações para a compreensão dos conflitos e, a partir disso, auxilia no entendimento acerca da paz (OLIVEIRA, 2017). Entender a estrutura dos conflitos, em sua totalidade, é pressuposto para investir em ações de denúncia e desconstrução e, assim, entendemos que a investigação para a paz não prescinde dos valores inerentes ao próprio sujeito da pesquisa, engajado em mudanças e desnaturalização de estruturas de violência.

No itinerário dos EPP, o conceito de paz não se restringe ao âmbito interestatal, objeto central das RI; pelo contrário, abarca outros marcadores da sociedade e auxilia na compreensão da violência em diferentes vieses analíticos (FERREIRA, 2019). Antes dos EPP, o entendimento sobre a violência contemplava somente sua manifestação direta e se concentrava unicamente à realidade das guerras. Segundo Galtung (1969), a *violência direta* é facilmente percebida, pois culmina em mortes, ferimentos e destruição. Devido a esta evidência, é um nível bastante superficial e simplista, o que demanda uma análise mais aprofundada se a intenção for compreender suas causas. Mas, o giro epistemológico proposto pelos EPP é justamente a ampliação dos conceitos de paz e violência (PUREZA, 2000;

SALHANI, 2019). Nesse sentido, Galtung (1969; 2003) apresenta outras duas tipologias que ajudam a desvelar a complexidade do conceito: a *violência estrutural* e a *violência cultural*.

A *violência estrutural* ou sistêmica – também denominada por Galtung (1969) como *violência indireta* – pode ser observada em estruturas sociais notavelmente desiguais e estratificadas. As opressões econômicas e políticas são exemplos de violência estrutural (FERREIRA, 2019). Ao contrário da manifestação direta, a violência estrutural não é praticada por atores específicos, de modo que agressores e vítimas não são identificados com facilidade, pois estão inseridos em estruturas de desigualdade. Como explica Galtung (1969, p. 171, tradução do autor), “a violência é construída na estrutura e aparece sob o véu de poderes desiguais e, conseqüentemente, como chances de vida desiguais”.

Os traços dessa violência estão presentes em situações reveladoras de descaso do poder público para com determinadas parcelas da sociedade, resultando, por exemplo, em falta de saneamento básico e infraestrutura, falta de engajamento nas questões agrárias, problemas econômicos que incidem sobre o aumento do desemprego, pessoas que vivem em situação de rua, precariedade de serviços básicos como transporte público, saúde, educação, etc. Como discutiremos posteriormente, os poderes envolvidos nas distinções entre os gêneros também revelam traços de violência estrutural, principalmente se levarmos em conta que as estruturas sociais são constituídas tendo a heterossexualidade e a masculinidade como expressões dominantes; vemos estruturas sociais marcadamente brancas, masculinas e heterossexuais.

A terceira tipologia de violência apresentada por Galtung (1969; 2003) é a *violência cultural* que, conforme explica o pensador norueguês, complementa e legitima as outras duas tipologias. Por ser a mais sutil e silenciosa (CABRAL; SALHANI, 2017; GALTUNG 2003), não é possível visualizar seus agentes; todavia, os efeitos gerados são tão destruidores quanto os da violência direta. A violência cultural ocupa dimensão simbólica<sup>2</sup> e se apresenta nos discursos sociais e no sistema de normas e comportamentos (PUREZA, 2000), elaborados em períodos temporais longos; por isso, são introjetados no processo de formação cultural das sociedades e se manifesta “nos discursos sociais, produtos culturais e comportamentos apreendidos” (CABRAL; SALHANI, 2017, p. 1).

A violência cultural permeia a vida social e molda até mesmo a forma como as organizações conduzem seus métodos de trabalho (CABRAL; GONÇALVES; SALHANI,

---

<sup>2</sup> Vale ressaltar que Pierre Bourdieu (1989) abordou a dimensão simbólica da violência. Entretanto, o conceito de Bourdieu difere das propostas de Galtung em termos de aplicabilidade e campo. “Enquanto Galtung está preocupado exclusivamente em compreender a violência como um desafio para alcançar a paz, Bourdieu está considerando de uma maneira ampla a questão do poder dentro da sociedade” (FERREIRA, 2019, p. 71).

2018), como as diferenças salariais mediante questões de gênero, por exemplo. Essa violência é oriunda dos ideais de dominação que inferiorizam parcelas da sociedade e, por isso, buscam justificar as expressões de violência direta e estrutural à medida que as naturalizam; sua desconstrução demanda tempo e esforços, sobretudo educativos. Galtung (1990, p. 291, tradução do autor) explica a fundamentação da tipologia:

A 'violência cultural' compreende os aspectos da cultura, ou seja, a esfera simbólica de nossa existência - exemplificada pela religião e pela ideologia; linguagem e arte; ciência empírica e ciência formal (lógica, matemática) – que pode ser usada para justificar ou legitimar as violências direta e estrutural. Estrelas, cruzeiros e crescentes; bandeiras, hinos e desfiles militares; o retrato onipresente de um líder; discursos e cartazes incisivos; todos estes elementos vêm à mente no âmago da violência cultural.

A análise proposta na presente dissertação tem como pano de fundo a violência praticada contra a população LGBT+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Transgêneros) no Brasil, ou seja, a homofobia. Levando-se em conta as pressuposições de Galtung, há de se considerar que tal comportamento se encaixa como violência cultural, pois, como será demonstrado no terceiro capítulo, a homofobia parte da noção de inferioridade dessa parcela social, por meio de pensamentos construídos no decorrer do processo de formação da identidade cultural, enraizada em posicionamentos que colocam a heterossexualidade como única expressão legítima da sexualidade humana. Não obstante, relegar a homofobia ao aspecto cultural, não exclui as estruturas de opressão subjacentes a esta lógica e tampouco exime o Estado e o poder econômico de responsabilidades na construção de pensamentos que excluem as manifestações de gênero não heterossexuais.

Apresentados os conceitos da violência, Galtung (1969) subdivide a paz em duas perspectivas epistemológicas: *paz positiva* e *paz negativa*. A paz negativa é entendida a partir do que ela nega, ou seja: a ausência de guerras ou, mais precisamente, de violência direta. O conceito se aproxima da visão do senso comum sobre a paz, que a restringe à ausência de violência, o que tende a esvaziar o conceito, impossibilitando vislumbrar sua dimensão crítica e dialética. O pressuposto da paz negativa, por exemplo, seria o cessar-fogo entre grupos antagônicos em meio a uma situação de conflito. Porém, ainda que não haja violência direta, os embates entre grupos podem se dar por meios indiretos, tais como opressões políticas, sociais e econômicas, ou seja, com traços de violência estrutural (FERREIRA, 2019; PUREZA, 2000; GALTUNG, 1969).

Paralelamente à concepção da paz como ausência de conflitos (*paz negativa*), a ideia de *paz positiva* elaborada por Galtung (1969) amplia o conceito e fundamenta a paz como

pressuposto de uma sociedade integrada e dialética, buscando compreender os entremeios dos conflitos; tal noção de paz é sustentada a partir de ideais de equilíbrio, cooperação e integração, com o fim de quaisquer traços de violência estrutural e a constante busca por justiça e isonomia nas relações sociais (CABRAL; SALHANI, 2017; FERREIRA, 2019; PUREZA, 2000). Assim, a paz é definida a partir de tudo o que ela pode agregar, com destaque aos esforços empenhados na construção de uma sociedade pacífica, como a educação, a comunicação, a pesquisa, o diálogo, as transformações socioeconômicas e toda e qualquer proposta de integração humana (GALTUNG, 1964; OLIVEIRA, 2017). E mais:

Dessa perspectiva de paz positiva, os pesquisadores envolvem-se, por exemplo, com temas relacionados aos direitos humanos; questões de gênero; desigualdades sociais e econômicas, desenvolvimento, redução da pobreza e combate à fome; bem-estar social; participação política; justiça social; transformações sociais não violentas; educação para a paz; reconstrução pós-conflito, reconciliação e justiça de transição; questões ambientais; pluralismo e diversidade cultural; diálogo e compreensão em todos os níveis, do interpessoal ao intersocial, ao internacional (OLIVEIRA, 2017, p. 155-156).

As tipologias de violência apresentadas por Galtung são cruciais para a consolidação dos Estudos para a Paz como campo científico e são referenciais para análises de conjuntura social, pois fornecem vastas possibilidades de investigação empenhadas na consolidação de uma cultura de paz. Este trabalho, por exemplo, toma os EPP como pano de fundo para uma análise inserida na grande área da comunicação, o que corrobora um dos principais vieses do campo: o diálogo com múltiplas áreas do conhecimento.

Pensar na perspectiva dos Estudos para a Paz e nas redefinições dos conceitos de paz e violência também nos faz refletir sobre as múltiplas “guerras” que compõem o cenário atual. Tatiana Moura (2005) apresenta o conceito de “novíssimas guerras” como um novo tipo de conflitualidade composta por atores e estratégias específicas, que se manifestam em microespaços urbanos de países que, ao menos de forma oficial, vivem em paz. No artigo “Novíssimas guerras, novíssimas pazes: desafios conceituais e políticos”, a autora cita o exemplo do Brasil, em particular, a cidade do Rio de Janeiro, que não vive um conflito armado ou uma guerra tradicional de modo oficial, mas segue marcada por altos índices de violência e mortalidade provocadas por armas de fogo, com regiões devastadas por facções armadas.

Ao contrário das guerras tradicionais, que tinham a esfera pública como cenário da violência, nas novas guerras a sociedade civil é simultaneamente

o palco e o alvo da violência organizada, que ocorre na esfera privada, privatizando a violência, os seus espaços ou territórios de actuação, os seus actores e as suas vítimas (MOURA, 2005, p. 79).

A passagem física da violência armada para uma escala cada vez mais micro, na visão proposta por Moura (2005), caracteriza sociedades que vivem processos de reconstrução pós-conflito, além de questões políticas, econômicas e sociais em que se opera uma transferência da violência militar para uma violência social disseminada. Segundo a autora, o conceito de “novíssimas guerras” tem dupla finalidade: dar visibilidade aos contextos comumente considerados marginais, mas que podem contribuir para disseminar conflitualidades no futuro; e também lançar o desafio de encontrar mecanismos que deem respostas às inseguranças provocadas por estas “novíssimas guerras”, de modo a estimular a análise de estratégias de prevenção e transformação destes conflitos, o que a autora denomina como “novíssimas pazes” (MOURA, 2005).

No que tange à realidade latino-americana, Moura (2005) destaca que os “novos” tipos de violência emergiram nos anos 1980 e 1990, como resultado da combinação de fatores como os elevados níveis de desigualdades sociais, o baixo desenvolvimento econômico, o desemprego, o crescimento desenfreado das grandes cidades, entre outras expressões de violência estrutural. “A nova tipologia da violência na América Latina resulta da agudização das violências estruturais sentidas ao longo das últimas décadas, é legitimada pela cultura, tem novas características e propaga-se em novos espaços” (MOURA, 2005, p. 84).

Nestes novos cenários de guerra social, como aponta Moura (2005), as mulheres são um dos principais alvos. Acrescentamos também outros grupos subjugados, tais como os LGBT+, negros, jovens, entre outros, geralmente afetados pelas parcas condições de acesso aos direitos mais básicos. Trata-se de uma perspectiva que, agregada aos EPP, confere alternativas de análise dos diversos conflitos sociais marcados por expressivo aumento da violência, como é o caso da LGTBfobia, ainda bastante marginalizada no Brasil, e que produz vítimas a exemplo de algumas guerras no seu sentido tradicional.

### **2.1.1 A consolidação dos Estudos para Paz como campo de investigação**

Compreender a paz e os conflitos como fenômenos sociais contribui com a consolidação dos Estudos para a Paz como campo de investigação, além de fomentar as discussões relacionadas à superação das diversas formas de violência que afetam a sociedade. Como exposto anteriormente, o conceito de violência se estende para além de sua

manifestação direta. A partir das noções de paz e violência sustentadas por Galtung (1969; 2003), podemos afirmar que os EPP se constituem como uma eficaz via de transformação.

A despeito dos objetivos traçados pelos EPP, Ferreira, Kuhlmann e Maschietto (2019) reforçam que, embora existam diversas publicações e cursos de graduação e pós-graduação na área, os EPP têm sido classificados como subárea das Relações Internacionais. Segundo os autores, apesar de estarem voltadas ao objetivo comum de compreender as questões de guerra e violência, as RI se amparam no papel do Estado, ao passo que os EPP ampliam a compreensão para outras instâncias sociais, além de abranger variadas áreas do conhecimento.

Para corroborar o caráter autônomo dos EPP como campo disciplinar, Ferreira, Kuhlmann e Maschietto (2019, p. 20-21) apresentam uma lista elaborada por Kirshnan (2009), que salienta algumas especificidades dos EPP: 1) possuem um objeto específico de estudo (a paz e seu oposto, a violência); 2) contam com um corpo de conhecimento especializado acumulado, relacionado ao seu objeto; 3) apresentam teorias e conceitos próprios. Embora algumas teorias estejam sujeitas à crítica, têm crescido as diferentes abordagens e os conceitos utilizados na área, principalmente oriundos de uma ampla base empírica; 4) utilizam terminologia específica e técnica associada ao seu objeto de estudo (tais como os conceitos centrais de “paz positiva”, “paz negativa” e “violência estrutural”); 5) desenvolvem métodos de pesquisas específicos voltados para suas necessidades, ainda que envolto em desafios concernentes à amplitude do campo e seu caráter transdisciplinar; 6) o desenvolvimento institucional dos EPP tem se fortalecido desde o início da década de 1960. Além de cursos de graduação e pós-graduação, há publicações especializadas, institutos de pesquisa, bem como redes e associações em nível global<sup>3</sup>.

Os tópicos expostos conferem aos EPP a condição de campo disciplinar e, portanto, garantem a possibilidade de investigações teóricas e empíricas cuja centralidade seja a paz e a ressignificação de conflitos. Ao contrário do objeto de estudo das RI, as investigações para a paz requerem aproximações multidisciplinares e multiculturais, além disso, “dadas as próprias características dos objetivos destas investigações e a sua relativa novidade, serão também interdisciplinares e interculturais” (MARTÍNEZ GUZMÁN, 2005, p. 43). Em termos metodológicos, o diálogo com múltiplas áreas do conhecimento possibilita aos EPP uma ampliação do entendimento sobre os fenômenos paz e violência, pois, como sustenta Ferreira

---

<sup>3</sup> No Brasil, foi criada em 2015 a PCECS (Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança). A Rede visa promover debates em torno das temáticas de paz, conflitos e seguranças para além do viés estatocêntrico, como ocorre nas Relações Internacionais. Privilegia a multidisciplinaridade, bem como a retomada do aspecto normativo da análise acadêmica em torno do tema (FERREIRA; KUHLMANN; MASCHIETTO, 2019, p. 36-37).

(2016, s.p)<sup>4</sup>, “ao compreender a paz sob um viés transdisciplinar, pode-se conceber que tal abordagem não é meramente um preciosismo epistemológico. Ao contrário, seria uma necessidade epistemológica”.

No entanto, frente à multiplicidade de saberes, Martínez Guzmán (2005) atenta para o risco de um saber ou cultura se sobrepor aos outros, o que esvaziaria o sentido dos EPP e geraria diferenciações e hierarquizações entre as disciplinas. Mas, segundo o autor, a interdisciplinaridade e a interculturalidade são caminhos que ajudam a promover a interpelação recíproca entre as disciplinas e as culturas, isto é, fortalecendo as contribuições dos diversos saberes por meio da reciprocidade.

A investigação e os estudos para a paz têm que estar submetidos à riqueza das tensões, matizes, transformação positiva das contradições entre essas culturas e saberes plurais para reconstruir, a partir do reconhecimento e de forma dinâmica, aquelas características que se vão configurando em cada momento, como indicadores de transformação pacífica das relações humanas que produzam guerras, marginalização, miséria ou exclusão (MARTÍNEZ GUZMÁN, 2005, p. 44).

Nesta direção, o autor também destaca a grande variedade de temas que ao longo do tempo foi incorporada às investigações sobre a paz: as questões acerca da guerra, desarmamento e violência; a contribuição dos movimentos sociais e ONGs (Organizações não-governamentais) dedicadas à ajuda humanitária; os contributos feministas empenhados na promoção da isonomia de gênero; direitos humanos; o desenvolvimento da democracia cosmopolita, etc. Estas e muitas outras temáticas, embora distintas entre si, têm em comum a luta por ressignificação de situações de violência presentes em contextos diversos e, por consequência, a construção de uma realidade de paz positiva. A somatória de experiências, saberes e culturas são práticas de interdisciplinaridade e interculturalidade, importantes caminhos para a metodologia e progresso dos EPP (MARTÍNEZ GUZMÁN, 2005). A riqueza metodológica dos EPP reside na multiplicidade de saberes que conferem significados ao campo.

Ferreira (2016) explica o conceito de multidisciplinaridade e aponta que ele conduz o pesquisador para além de sua disciplina, na busca por respostas em outras áreas do conhecimento. O autor usa como exemplo um economista, que encontra a necessidade de buscar na ciência política, por exemplo, a explicação para determinadas pautas de ordem socioeconômica. “Na prática, ele adentra em outra disciplina, adequadamente busca explicações em outras áreas do conhecimento, mas mantém sua investigação dentro dos

---

<sup>4</sup> Texto disponível em <https://mundorama.net/?p=19085>. Acesso em 24 de março de 2020.

pressupostos da economia” (FERREIRA, 2016, s/p). Os conflitos jamais são isolados, pois resultam de uma série de fatores sociais, econômicos, culturais etc.; por isso, a correlação entre disciplinas diversas se faz necessária para um entendimento abrangente. No caso da questão homofóbica, por exemplo, é necessário que busquemos compreensões nas áreas das ciências sociais que fundamentem questões inerentes às distinções entre os gêneros, sustentadas em vieses patriarcais e heteronormativos.

Também conforme Ferreira (2016, s/p), a interdisciplinaridade é resultante da interação entre duas ou mais disciplinas. A ideia de interdisciplinar, além de buscar explicações em outras áreas acerca de uma temática específica, une interpretações distintas para explicar problemas que uma abordagem isolada não seria capaz de compreender.

Sobre a transdisciplinaridade, o autor salienta:

O transdisciplinar pensa através, entre e além das disciplinas. Indo de lado a lado desde as ciências naturais, humanas e exatas, pensar determinado problema sob um viés transdisciplinar exige sobrepassar uma simples conexão entre duas ou mais áreas. Exige conectar distintas áreas do conhecimento para explicar um fenômeno complexo, multidimensional e de diálogo com distintas áreas do conhecimento (FERREIRA, 2016, s/p).

Galtung (2005)<sup>5</sup> reforça a condição transdisciplinar dos EPP e os equipara aos estudos feministas. Para o autor, como nenhuma disciplina tem o monopólio sobre o entendimento das condições femininas, o mesmo acontece em relação à compreensão sobre a paz: todas as disciplinas podem prestar suas contribuições. “Como os estudos sobre as mulheres garantem visíveis as condições de supressão e libertação feminina, os estudos sobre a paz tornam a paz compreensível, visível e acessível” (GALTUNG, 2005, s/p, tradução do autor).

Compreender a questão da homofobia, por exemplo, que é parte do objeto da presente dissertação, requer a convergência entre diversos campos do saber frente à grande área das ciências sociais. Tendo os Estudos para a Paz como base, em sua expressão no jornalismo, acrescem-se outras perspectivas, tais como os estudos de gênero e sexualidade, por exemplo, como será demonstrado posteriormente.

A condição multidisciplinar dos Estudos para a Paz amplia as possibilidades de investigação. Embora a perspectiva tenha sido elaborada em um contexto de guerras, as contribuições teóricas ultrapassam essas fronteiras e passam a servir de lentes para análises de outros tipos de violência que, a exemplo das guerras tradicionais, também dizem parte considerável das sociedades, principalmente no que se refere às minorias sociais, como

---

<sup>5</sup> Artigo disponível em <https://www.transcend.org/files/article536.html>. Acesso em 27 abr. 2020.

LGBT+, negros, mulheres, comunidades indígenas etc. Por isso, acreditamos que a perspectiva crítica dos EPP possibilita um olhar teórico que ultrapassa a visão eurocêntrica, no qual o campo se desenvolveu e pode ser transposta para outras realidades com profundas marcas de desigualdade. Percebemos que os esforços dos/as teóricos/as do Sul-global para a consolidação da perspectiva precisam ser fomentados, tendo em vista que a perspectiva teórica e metodológica dos EPP auxilia na compreensão das estruturas de opressão que flagelam povos e nações.

### **2.1.2 Os Estudos para a Paz como Metodologia**

Com base no entendimento de que os Estudos para a Paz se constituem como um campo de investigação e que seu caráter é eminentemente transdisciplinar, isto é, só tem razão de ser a partir da conexão com outras áreas do conhecimento, é possível empreender reflexões sobre o direcionamento epistemológico e metodológico do campo. Antes, no entanto, reafirmamos que a consolidação dos EPP como disciplina se deu com as teorizações de Johan Galtung sobre as tipologias de violência e as redefinições do conceito de paz (negativa e positiva), explicitadas anteriormente. A partir do referido marco conceitual, considerado uma virada epistemológica, o campo adquire a autonomia de uma disciplina analítica (MASCHIETTO; NOBRE; NOGUEIRA, 2019; PUREZA; CRAVO, 2005).

Conforme assinalam Pureza e Cravo (2005), a concepção dos EPP proposta por Galtung rompe com as distinções positivistas entre teoria e prática, então predominantes no campo das Relações Internacionais. Segundo os autores, os EPP promoveram uma cisão na falsa noção de neutralidade científica, sobretudo se levarmos em consideração o fato de que todos os saberes são embasados na subjetividade de quem analisa. De acordo com os autores, os EPP são considerados uma disciplina “socialmente produtiva”, isto é que produz reflexos nas instâncias sociais, políticas, econômicas e culturais das sociedades. “Reflexos que se pretendem condizentes com os objetivos da promoção da cooperação, da resolução pacífica de disputas e das transformações sociais e políticas não-violentas” (PUREZA; CRAVO, 2005, p. 8).

Nesta mesma direção, Roberta Holanda Maschietto, Fábio Nobre e Silvia Garcia Nogueira (2019, p. 543) salientam que existe uma visão ortodoxa da paz, que se aproxima do viés realista e neoliberalista das RI e indicam que essa ciência da paz *mainstream* é centrada na função do Estado, posto que as guerras tradicionalmente ocorrem entre os Estados. O viés

crítico dos EPP, por outro lado, caminha além da mera compreensão sobre a guerra e a violência, com análises voltadas à questão da paz, *per se*.

Assim, entender um conflito violento requer a compreensão do que seriam as suas causas mais profundas (*root causes*). A ideia de violência estrutural e sua conexão com a violência direta, proposta por Galtung, reflete justamente esta dimensão. Ao mesmo tempo, esta vertente crítica realça valores como emancipação humana, justiça e equidade. Reforça-se, neste sentido, a dimensão normativa do campo e a compreensão de que outros atores, não apenas os Estados, devem ser levados em consideração na análise da violência e da paz (MASCHIETTO; NOBRE; NOGUEIRA, 2019, p. 545).

Ao considerar outros agentes além dos Estados, os EPP ampliam o leque de compreensão sobre os conflitos, pois considera todos os atores afetados pela violência. A abordagem também abrange os vieses sociais e culturais para a compreensão dos conflitos. Assim, os EPP, à luz de Galtung, têm força para denunciar dinâmicas globais de exploração (PUREZA; CRAVO, 2005).

Um dos pontos cruciais e determinantes das distinções entre as metodologias dos EPP e das RI está justamente na transdisciplinaridade, exposta anteriormente. Como ensina Ferreira (2016), pesquisar sobre conflitos demanda adentrar nos pormenores das questões, que vão muito além de uma única ótica. É necessária a conexão com outras áreas, na busca por alternativas de superação que uma disciplina isolada não seria capaz de apresentar.

Galtung (1996) equipara a ética social dos EPP ao campo da Medicina, ao congrega dados, teorias e valores. Segundo Maschietto, Nobre e Nogueira (2019), a motivação dos EPP é abranger estes três polos, ao contrário de escolas como a Teologia ou o Direito, por exemplo, cujos embasamentos são concentrados em apenas uma ou duas abordagens. Por seguirem na contramão de outros campos, os EPP recebem a alcunha de “utopistas” – mas não utópica / inalcançável. O caráter utopista é reforçado pela condição dual dos estudos: de um lado, prezam pela promoção do bem-estar humano e social, reagindo a toda e qualquer forma de “traumas” passados, ocasionados pelas guerras. Por outro lado, os EPP são movidos pela “esperança”, com a visão de que alternativas ainda não experienciadas podem contribuir com a consolidação da cultura de paz (MASCHIETTO; NOBRE; NOGUEIRA, 2019).

Compreende-se, assim, que os EPP enquanto método são indissociáveis dos valores do próprio pesquisador, principalmente pelo fato de que o sujeito ocupa papel central de agente transformador e, desse modo, não deve ser prescindido pela agenda dos EPP. Wiberg (2018) também reflete sobre os valores inerentes à investigação para a paz e apresenta indicações sobre a correlação entre valores, teoria e dados, vértices de um triângulo

apresentado por Galtung como modelo ideal de investigação para a paz. Segundo Wiberg (2018, p. 62), essa relação impõe “por um lado, questões lógicas e epistemológicas que se prendem com as relações entre os valores e a investigação e, por outro lado, questões empíricas relativas ao trabalho concreto a que os investigadores da paz, efetivamente, se dedicam”.

Iluminados por Paulo Freire (1987) e sua “Pedagogia do Oprimido”, consideramos o efeito crítico dos EPP a partir de sua relação com a individualidade do pesquisador. Diante de situações de opressão, os oprimidos tomam consciência das mazelas que os afligem e se empenham na busca por transformação. Este seria o princípio da libertação (FREIRE, 1987; MASCHIETTO; NOBRE; NOGUEIRA, 2019).

Citando Atack (2009), Maschietto, Nobre e Nogueira (2019) assinalam que, não obstante a riqueza teórica angariada pelo viés transdisciplinar, é nessa própria característica que reside um dos principais gargalos metodológicos do campo, principalmente diante da incorporação de metodologias pertencentes a campos tão diversos e heterogêneos. No entanto, ainda que dificuldades existam, é possível aos EPP o desenvolvimento de metodologias capazes de garantir um dos principais objetivos dos estudos: o empoderamento e a emancipação humana (MASCHIETTO; NOBRE; NOGUEIRA, 2019). Os EPP são transformadores por natureza e sua metodologia se justifica a partir do vínculo entre pesquisa e ação prática. Maschietto, Nobre e Nogueira (2019, p. 565), porém, alertam para os desafios metodológicos relacionados a este vínculo:

A dimensão epistemológica da pesquisa influencia diretamente a metodologia a ser utilizada pelo pesquisador. A ideia de “teoria para a ação”, ou o desejo de avançar o conhecimento a fim de mudar a sociedade de forma que ela seja mais justa ou pacífica, é tão louvável quanto desafiadora, especialmente no caso de pesquisas que envolvam trabalho de campo (etnografia) e trabalho direto com os atores que também são “objeto” de estudo (pesquisa-ação).

A riqueza de possibilidades metodológicas garante aos EPP um aprimoramento das investigações acerca de conflitos de ordem social, por exemplo. Como será demonstrado em capítulos posteriores, a investigação proposta na presente dissertação é embasada nos Estudos para a Paz em sua manifestação na prática jornalística, com o Jornalismo para a Paz. A partir de um conflito de violência social, a homofobia, buscar-se-á compreender empiricamente se as coberturas jornalísticas realizadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* são voltadas à desconstrução do conflito ou se são guiadas única e exclusivamente pela exposição da

violência. Como o cerne metodológico dos EPP pressupõe a compressão da realidade para alcance da mudança, utilizamos o método da hermenêutica de profundidade (HP), idealizada por John B. Thompson (1995) e explicitada na obra “Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa”. A partir das etapas análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e a interpretação/ reinterpretação, a HP possibilita um olhar crítico sobre a realidade, que pode auxiliar na compreensão sobre as origens da violência homofóbica (cultural, mas também estrutural, resultando em violência direta), o que nos conduz a elencar categorias para as interpretações da análise de conteúdo. Os pormenores das metodologias, bem como a proposta de agregá-la à metodologia dos EPP serão demonstrados no quarto capítulo.

Considerando a transdisciplinaridade como importante componente da metodologia dos EPP, é possível discutir sobre a comunicação como porta-voz de iniciativas de paz: a Comunicação para a Paz. Não é nosso objetivo promover uma discussão pormenorizada acerca do campo, mas situá-lo como a grande área que contempla o Jornalismo para a Paz como um de seus objetos.

## **2.2 A Comunicação para a Paz**

Como exposto anteriormente, a sociedade é marcada por violências de todos os níveis. O caráter cultural da violência, por exemplo, é estimulado por meio de práticas transmitidas de geração a geração e, com efeito latente, se naturalizam, podendo culminar em violência direta. Mas, se a violência é uma prática aprendida, pode a cultura de paz desfrutar desta mesma condição? A exemplo de um processo educacional, a desconstrução de estruturas e narrativas violentas demanda tempo e esforços permanentes; desta feita, a comunicação exerce importante papel, cujo objetivo central é promover a reflexão sobre outras formas de agir, para a efetivação de uma sociedade sedimentada na cultura de paz.

Após a Segunda Guerra Mundial, os meios de comunicação passaram a ser vistos como importantes mecanismos de persuasão, direcionados para consolidar ideologias e desconstruir posições antagônicas. Como explica Vicente (2015, p. 280), o fato de passar a enxergar a comunicação como processo social fortaleceu o viés estratégico da área, originando teorias e novas formas de interpretar fenômenos sociais. Bordenave (1982) reforça a indissociabilidade entre a vida social e a comunicação de modo que, segundo o autor, não poderia haver comunicação sem sociedade e, tampouco, sociedade sem comunicação. Assim, o ato de comunicar proporciona aos indivíduos o sentimento de pertença social, pois, a partir

dos canais comunicacionais os padrões de vida e cultura podem ser propagados (BORDENAVE, 1982).

A informação é parte do processo comunicacional (MARTINO, 2001) e tem a força de moldar a agenda social, haja vista que as informações transmitidas pelos veículos de comunicação tendem a compor a pauta pública; em contrapartida, assuntos não abordados pela mídia dificilmente repercutirão socialmente. “[...] os temas em relevo na agenda midiática estarão também em relevo na agenda pública, e os temas sem grande relevância nos *mass media* terão a mesma correspondência junto ao público” (FERREIRA, 2001, p. 112). Neste aspecto reside um dos fundamentos da comunicação para a paz: se os conteúdos midiáticos delineiam a agenda social, a maneira como as situações conflituosas são divulgadas gera influência na percepção do público, quando confrontado com tais realidades.

É importante ressaltar o papel do público receptor, que adquiriu novos contornos com o passar dos tempos, de modo que a relação entre emissor e receptor se tornou dialética. Antes, considerado acrítico e passivo (FERREIRA, 2001)<sup>6</sup>, o público passou a ser considerado agente ativo e integrante do processo comunicacional. Ao passo que recebe as informações, também reflete, interpreta, problematiza, desconstrói e, sobretudo, produz conteúdos. E a comunicação para a paz reforça o protagonismo do público; aliada a outras correntes, como a educação, procura estimular o engajamento social para a desconstrução (ou ressignificação) de estruturas de violência. “Se o emissor tem uma série de interesses, o consumidor é um agente ativo, portador de valores e de vivências a partir dos quais dialoga com os produtos comunicacionais massivos” (VICENTE, 2015, p. 282, tradução do autor).

Eloísa Nos Aldás, Salvador Seguí-Cosme e Ana Maria Rivas Machota (2008) salientam que a comunicação para a paz colabora para a ressignificação de conceitos sedimentados pela violência e propõe novas formas de ação social. Sustentam também que este viés comunicacional desafia a mídia hegemônica à medida que estimula a visão crítica dos cidadãos e cidadãs. A comunicação para a paz se empenha em ressignificar a cultura midiática e legitimar outras formas de comunicação contra-hegemônicas. Em suma, comunicar para a paz seria:

[...] uma comunicação que pede responsabilidades e propõe alternativa de soluções pacíficas dos conflitos. Que seja voltada à criação de discursos sociais de cultura de paz. Discursos que constituam um lugar de encontro.

---

<sup>6</sup> Ao apresentar um panorama histórico sobre a evolução das teorias comunicacionais, Giovandro Marcus Ferreira (2001) situa os meios de comunicação no contexto da chamada “sociedade de massa” que, como o próprio termo denota, conferia poder absoluto aos meios de comunicação. O público, era visto única e exclusivamente como receptor de conteúdos (Teoria hipodérmica).

De reconciliação. De construção de uma memória reconciliadora. De uma memória viva e em contínua construção (NOS ALDÁS; SEGUÍ-COSME; MACHOTA, 2008, p. 14, tradução do autor).

Ao encontro desta perspectiva, Vicente (2015) parte do pressuposto de que a comunicação é uma ferramenta estratégica para a análise dos fenômenos sociais e, por isso, seu direcionamento para a paz deve respeitar as diversidades locais e a pluralidade no processo de superação de conflitos, buscando ações que tenham a paz como finalidade. Essa paz, por sua vez, vai muito além da ausência de conflitos e propõe o estímulo ao bem-estar permanente e integral. O autor reforça que a comunicação para a paz pode garantir transparência e visibilidade às ações voltadas à coletividade, em detrimento daquelas restritas a uma minoria privilegiada. “A comunicação e a paz ativa seriam assim transformadas em estratégias e ferramentas com ações cada vez mais horizontais, em que o fluxo de informações e a razão de ser da sociedade viriam das bases” (VICENTE, 2015, p. 288, tradução do autor). Compreende-se, assim, que a comunicação para a paz visa buscar alternativas que engendrem significativas transformações. Com a comunicação a partir das bases, focada nas pessoas, há a possibilidade de garantir transparência e visibilidade às iniciativas dedicadas ao bem-comum, respeitando as diversidades locais e as iniciativas que visam a superação de conflitos (VICENTE, 2015; ARÉVALO SALINAS, 2014).

Alex Iván Arévalo Salinas (2014) reflete sobre a comunicação para a paz e sustenta que a cultura de paz é uma forma de confrontar as visões conservadoras sobre a paz, isto é, a visão de paz negativa, que defende unicamente a ausência de violência direta. Para o autor, o conceito de cultura de paz corresponde a um planejamento mais amplo e complexo, que indica a paz como um processo orientado, sobretudo, à justiça social. Por isso, Arévalo Salinas (2014, p. 63, tradução do autor) explica que o processo comunicativo para a promoção da paz deve cumprir alguns requisitos para que atinja seus objetivos:

- 1) A comunicação para a paz deve compreender e refletir sobre os problemas de âmbito estrutural. Não se abstém de debater tais problemas e se empenha em buscar compreensão sobre as diversas violências que se revelam nos contextos locais, nacionais e mundiais;
- 2) A comunicação para a paz motiva o debate sobre as alternativas de mudança social;
- 3) Reconhece a diversidade de opiniões, crenças, percepções e culturas;
- 4) Fomenta a cidadania ativa e indignada perante injustiças.

Os aspectos mencionados seguem na contramão de sistemas comunicacionais cuja centralidade está na violência. Arévalo Salinas (2014, p. 58, tradução do autor) considera que “os níveis de violência transmitidos pelos meios de comunicação e seus efeitos são coerentes com estratégias de controle social dos grupos de poder”. Isto é, o direcionamento das informações calcado somente na violência pode enviesar o olhar do público apenas a aspectos negativos do mundo, estimulando, de forma estratégica, sentimentos como desconfiança, pessimismo e medo, o que, conseqüentemente, limita a participação popular na esfera coletiva. “Assim, a mudança e a transformação social serão vistas como improváveis e prevalecerá a ideia de que tudo está mal e nada pode ser feito” (ARÉVALO SALINAS, 2014, p. 58, tradução do autor). Por meio de estratégias de manipulação, é construída a ideia de que uma realidade de paz comum é algo impossível e inalcançável, gerando pessimismo e conformismo diante das estruturas opressoras que ceifam direitos e constroem desigualdades abissais. Isso nos faz pensar sobre os interesses de alguns grupos e organizações midiáticas, especialmente inseridos na lógica mercadológica capitalista, de manter esse estado de medo permanente, por meio do reforço das estruturas de violência.

A comunicação para a paz, por sua vez, fomenta o engajamento social e estimula o exercício da cidadania como forma de desconstruir realidades de opressão. A grande área da comunicação midiática contempla em seu bojo o jornalismo. Diante de contextos de dissenso, pode a narrativa jornalística contribuir para a ressignificação de estruturas de violência, não somente direta, mas principalmente estrutural e cultural? É possível um jornalismo comprometido em garantir vez e voz aos/às agentes envolvidos/as no acontecimento narrado? Sabemos que todos os grupos sociais possuem seu próprio poder, ainda que não-hegemônico. Contudo, determinados direcionamentos são formulados para abafar as vozes dissonantes, isto é, que seguem na contramão das lógicas sociais predominantes. Neste sentido, é possível promover uma práxis jornalística comprometida em garantir espaços de fala aos/às agentes envolvidos/as no acontecimento narrado? Este é um dos pilares do chamado Jornalismo para a Paz, cuja concepção se dá em sintonia com os Estudos para a Paz.

### **2.3 A contribuição social do jornalismo**

Reflexões relacionadas à epistemologia do jornalismo não devem prescindir de sua dimensão social, afinal, a prática jornalística é uma manifestação erigida socialmente. Ademais, para se compreender as relações estabelecidas entre o jornalismo e a sociedade, se faz necessário considerar que a narrativa noticiosa é o produto mais visível do campo, como

afirma Carvalho (2012). Portanto, a narrativa jornalística e o modo como ela se apresenta é um dos indicativos que possibilitam enxergar a fundo como se dá a inter-relação entre o jornalismo e os diversos atores sociais (CARVALHO, 2012). E, frente a propostas que visam garantir um novo significado à narrativa jornalística, como é o caso do Jornalismo para a Paz (JP), é preciso desvelar o que está em jogo no processo de construção noticiosa. Antes de adentrar à fundamentação do JP, é válido apresentar reflexões sobre a condição do jornalismo como agente social.

O jornalismo, na visão de Ciro Marcondes Filho (1989), tem como pressuposto ecoar diversas posições e, para tanto, atua ao lado de grandes forças econômicas e sociais; esta condição desconstrói a questão da objetividade jornalística. Segundo o autor, o jornalismo jamais fala sozinho, pois, é o porta-voz de conglomerados econômicos ou grupos políticos intencionados em evidenciar seus interesses e pontos de vista sob o véu de uma suposta neutralidade (MARCONDES FILHO, 1989).

Na mesma direção, Adelmo Genro Filho (1987), outro clássico estudioso das teorias do jornalismo, considera que a prática é reveladora da sociedade, ao passo que representa diversos aspectos da mesma e traz à baila questões como contradições sociais, jogos de poder, visões de mundo conflitantes, dentre outros elementos que compõem a tessitura social e que são objeto das construções noticiosas. O autor explica: “um fato jornalístico não é uma objetividade tomada isoladamente, fora de suas relações históricas e sociais, mas, ao contrário, é a interiorização dessas relações na reconstituição subjetiva do fenômeno descrito” (GENRO FILHO, 1987, p. 126).

Considerando que a mídia tem como função levar os fatos ao público por meio de sua realidade discursiva, a prática produtiva do jornalismo é de fundamental importância no processo de construção social da realidade (RODRIGO ALSINA, 2009). Mas, não se pode confundir tal construção da realidade como um “espelho” da mesma, como aponta Carvalho (2012, p. 127): “[o jornalismo] participa da construção social da realidade, ao invés de simplesmente espelhar a realidade já existente, e é um ator social de grande relevo”.

Frente a tais condições, a discussão sobre os critérios de noticiabilidade e os acontecimentos que receberão o *status* de notícia não deve se desvincular da dimensão crítica, pois interesses políticos e mercadológicos podem se sobrepor às informações de interesse público. Marcondes Filho (1989, p. 13) é enfático nesta crítica e coloca a notícia no mesmo patamar de mercadoria, como qualquer produto proveniente de um sistema capitalista. “[...] a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo”. Segundo o autor, a notícia é também

um meio de manipulação política e ideológica, comandada por grupos de poder, que se apropriam de apelos estéticos, emocionais e sensacionais (MARCONDES FILHO, 1989).

A percepção apresentada referente aos interesses mercadológicos que regem a seleção do que é ou não notícia, auxilia a olhar criticamente o conceito cunhado na década de 1950 por David Manning White – *gatekeeping* (WOLF, 1999). Antes de um acontecimento ser considerado notícia, o mesmo passa por um processo de seleção, em que é estabelecido o que será levado a público e o que será descartado ou ocultado. Vale ressaltar ainda que a ação do *gatekeeper*, isto é, daquele que seleciona, afeta diretamente o público receptor. No entanto, quais são os fatores que interferem na filtragem/seleção do que será ou não notícia? Como mencionado anteriormente e à luz do conceito de *agenda setting*<sup>7</sup> (WOLF, 1999), trazer um fato à tona ou relegá-lo à inexistência garantirá luminosidade ou opacidade deste fato na agenda pública.

Uma das justificativas impostas de forma tácita para tal seleção é a chamada “linha editorial” do veículo, que seria nada mais do que uma série de diretrizes a serem cumpridas pelos profissionais que produzem as notícias. Este argumento faz pensar sobre a possível existência de relações de interdependência entre o jornalismo e o poder (ARBEX JR., 2003). Por estarem inseridas em um sistema capitalista, as empresas jornalísticas precisam considerar a lógica do mercado como pressuposto para sua sobrevivência. Por outro lado, o compromisso social é a força que rege o exercício do jornalismo e, ainda que impere o viés mercadológico, o comprometimento com o público é o princípio e a razão de ser da profissão (IJUIM, 2009; PEREIRA, 2004).

Jorge Kanehide Ijuim (2009) enxerga o jornalismo muito além do que um simples emaranhado de técnicas, como pressupõe a visão mercadológica, que impõe à construção de notícias a mesma lógica da produção em série. O autor ressalta um dos fundamentos da profissão de jornalista: o compromisso com a sociedade, o que demanda auxiliar na construção da visão crítica do público frente às realidades de opressão. Neste sentido, o jornalismo também é ferramenta de transformação e emancipação social. A responsabilidade social do jornalismo resulta de seu papel histórico no fomento de debates e também por ser portador de movimentos que culminaram em grandes conquistas sociais (IJUIM, 2009).

Para aprofundar a concepção do compromisso social do jornalismo, Ijuim (2009) recorre à obra “O compromisso do profissional com a sociedade”, de autoria de Paulo Freire,

---

<sup>7</sup> Mauro Wolf (1999) explica que, conforme esta formulação defende, não é intenção da mídia persuadir o público, mas, ao descrever a realidade exterior, apresenta às pessoas uma “lista” de tudo o que é necessário ter uma opinião e discutir. “O pressuposto fundamental do *agenda-setting* é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é oferecida, por empréstimo, pelos *mass media*” (WOLF, 1999, p. 145).

com primeira edição publicada em 1979. Segundo Ijuim (2009), a proposta freireana é esclarecer que compromisso não pode ser confundido como uma abstração. Pelo contrário, o conceito deve tomar dimensão prática, sendo que a ação somada à reflexão é fundamental para a efetivação do ideal de compromisso. “A capacidade de agir e refletir, um dos pontos primordiais da dialética marxista, implica na consciência do ser de não apenas estar *no* mundo, mas estar *com* o mundo” (IJUIM, 2009, p. 34, com destaques do autor).

Compreende-se, com base nos pensamentos apresentados, que a narrativa jornalística suscita a reflexão e estimula um olhar crítico acerca da realidade. Olhar criticamente, indica uma perspectiva impelida na transformação. “A transformação proposta por Freire é justamente uma das máximas marxistas [*devir*] que sugere a *transformação daquilo que é naquilo que deve ser*. O ser da práxis é aquele capaz de transformar” (IJUIM, 2009, p. 34, com destaques do autor). Por isso, é impossível que exista reflexão e ação desprendidas da relação homem-realidade. Ao jornalismo, portanto, ainda que persistam as imposições do mercado, cabe promover coberturas que estimulem a análise crítica da realidade e que auxiliem o público a desenvolver as habilidades de ação e reflexão; isso demanda um desprendimento ou ressignificação da mera execução de técnicas (IJUIM, 2009)<sup>8</sup>.

Diante deste cenário mercadológico em contraponto à função social do jornalismo, quais fatores determinam os critérios de noticiabilidade e os conteúdos considerados com “valor-notícia”? Diversos/as teóricos/as discorrem sobre os critérios de noticiabilidade (WOLF, 1999; PONTE, 2005; TRAQUINA 2003, dentre outros/as). Recorremos aos vieses apresentados pelo principal pensador do campo dos Estudos para a Paz e do Jornalismo para a Paz, Johan Galtung. Em 1965, Galtung, em coautoria com Mari Holmboe Ruge, publica o texto intitulado *The structure of foreign News* (SALHANI, 2019). Além de trazer um panorama da atividade jornalística, o artigo apresenta alguns critérios que indicam justificativas para a seleção do que é e do que não é notícia, motivados pela questão-problema: “como os eventos se tornam notícias?”. Os critérios propostos por Galtung e Ruge (1965) vão ao encontro das perspectivas de compromisso social apresentadas por Ijuim (2009)? Conforme os autores, são oito elementos que embasam os valores-notícia<sup>9</sup> dos acontecimentos (GALTUNG; RUGE, 1965, p. 65-70; PONTE, 2005<sup>10</sup>, p. 194-215):

<sup>8</sup> Todavia, o estímulo à visão de mundo não é apenas responsabilidade do jornalismo; consideramos, aqui, a prática jornalística aliada a outros instrumentos de transformação como a educação, por exemplo.

<sup>9</sup> Segundo Wolf (1999, p. 195), os valores-notícia (*news values*) são componentes da noticiabilidade. “Esses valores constituem a resposta à pergunta seguinte: quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícia?”

<sup>10</sup> Vale ressaltar que Cristina Ponte (2005), na obra “Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico”, discorreu sobre os critérios de noticiabilidade expostos por Galtung e Ruge.

1) O tempo do acontecimento ou a frequência do sinal: diz respeito à quantidade de tempo necessária para que determinado evento adquira visibilidade e significado. “Quanto mais similares forem as sintonias (acontecimentos curtos para tempos curtos) mais provável será sua inscrição como notícia” (PONTE, 2005, p. 194).

2) Amplitude e clareza: corresponde à intensidade e abrangência de determinado fato. Se o acontecimento afeta grande número de pessoas, maiores serão as chances de obter espaço nos canais midiáticos.

3) Ambiguidade: segundo Galtung e Ruge (1965, p. 66), eventos que não possuem contradições têm maiores chances de serem noticiados.

4) Significância: este critério tem a ver com proximidade e interesse. Quanto mais próximo da realidade sociocultural do público, mais relevância jornalística o evento terá.

5) Expectativa e desejo: determinado evento é noticiável se estiver direcionado a atender às expectativas e anseios do público.

6) Imprevisibilidade / raridade: Galtung e Ruge (1965, p. 67) explicam que eventos imprevisíveis têm maior relevância do que as obviedades, haja vista que o raro chama mais atenção.

7) Continuidade: se um evento for considerado notícia, ele continuará sendo por algum tempo, inclusive se sua amplitude for reduzida.

8) Composição: diz respeito à seleção de eventos variados, com temáticas diversas e equilibradas, que compõem a seleção dos conteúdos que integrarão a pauta do dia, seja no jornal impresso ou na TV.

Além dos critérios mencionados, Galtung e Ruge (1965, p. 68) também apresentam os fatores culturais que influenciam na seleção ou exclusão dos acontecimentos noticiosos: 1) relações com nações e pessoas de elite<sup>11</sup>: as notícias têm como foco os grupos privilegiados; 2) Personalização: está presente a ideia de que o tratamento em termos pessoais é mais noticiável do que uma generalização (PONTE, 2005, p. 212); 3) Negatividade: os aspectos negativos se sobrepõem aos positivos devido à incidência com que acontecem, de modo que “a assimetria básica da vida torna o positivo mais difícil e exigindo mais tempo” (PONTE, 2005, p. 213).

Como se pode observar, a base do Jornalismo para a Paz proposto por Galtung é fundamentada na possibilidade de ressignificação da teoria do valor-notícia, que apresenta critérios de seleção ou exclusão de eventos noticiáveis. Segundo análise de Wilhelm Kempf

---

<sup>11</sup> O termo “elite” se refere aos grupos sociais privilegiados.

(2019), concentrada na abordagem de JP cunhada por Galtung, eventos negativos como catástrofes, tumultos e golpes despertam maior interesse no que tange às coberturas jornalísticas. Ademais, países considerados de “elite”, ou seja, as grandes potências, também recebem mais atenção da mídia quando comparados aos países “periféricos”, em subdesenvolvimento. O autor também observa que notícias sobre pessoas possuem mais valor do que abordagens relacionadas às estruturas ou instituições, especialmente se os atores sociais envolvidos pertencerem às camadas mais privilegiadas. “Como mostra Galtung (1998), fatores como negativismo, personalização e orientação de elite criam um quadro que divide o mundo em ricos e pobres e ao mesmo tempo em bem e mal” (KEMPF, 2009, p. 4, tradução do autor). E ao JP, cabe romper com esses direcionamentos, com coberturas mais horizontais, empenhadas na transformação social, sobretudo frente aos contextos opressivos.

Em estudo sobre a relação entre o jornalismo e a transformação social, Alex Iván Arévalo Salinas e Alessandra Farné (2016) afirmam que este viés promove a ruptura de relações com grupos dominantes e estruturas de poder. Para os pensadores espanhóis, a prática jornalística que caminha nesta direção deve buscar novos esquemas para a elaboração de notícias, bem como rever seus mecanismos de organização e suas vias de financiamento (ARÉVALO SALINAS; FARNÉ, 2016). O jornalismo para a paz busca subverter os padrões impostos pelo sistema e propõe alternativas de transformação.

### **2.3.1 O Jornalismo para a Paz**

Diante dos critérios referentes à prática jornalística bem como dos fatores determinantes do valor-notícia, vale resgatar a reflexão proposta anteriormente: tais critérios correspondem aos anseios de um jornalismo comprometido com o engajamento social e com a ruptura de realidades opressoras e violentas? Logo após a exposição dos critérios de noticiabilidade, o artigo de Galtung e Ruge (1965) apresenta uma análise de conteúdo de jornais impressos sobre as situações de conflito nas regiões do Congo e Cuba. A análise revelou que os jornais apresentaram aspectos considerados superficiais, não trouxeram as razões que originaram os conflitos e tampouco propuseram alternativas para a superação. Observou-se total distanciamento, com coberturas desumanizadoras (SALHANI, 2019).

Os autores ainda apresentam de forma crítica a hipótese que justifica este distanciamento do veículo: “jornais de elite provavelmente são lidos por pessoas de elite, o que aumenta a distância entre centro e periferia, na qual a perspectiva internacional está centrada” (GALTUNG; RUGE, 1965, p. 85, tradução nossa). Jornais de elite se referem ao

que denominamos como mídia hegemônica, que concentra a maior fatia do mercado publicitário e possui grande abrangência.

Mas, como superar a superficialidade e o distanciamento nas coberturas jornalísticas em contextos de conflitos, para que o exercício da profissão não incorra no erro da mera reprodução de técnicas e cumprimento de dogmas estabelecidos pela lógica do mercado? Em meados da década de 1970, Galtung se dedicou à esta problemática ao perceber que nas coberturas jornalísticas, sobretudo em situações de guerra, prevaleciam enquadramentos relacionados única e exclusivamente à violência em sua expressão direta e à paz negativa. Imperava a superficialidade, o pessimismo, o sensacionalismo e a sensação de conflito permanente, cujo ápice inevitavelmente seria a vitória de um grupo sobre outro (GALTUNG, 1998).

Porém, ciente do compromisso social do jornalismo e de sua capacidade de fomentar o engajamento do público, com estímulo à reflexão crítica, o pensador norueguês propõe uma conexão entre a prática jornalística, a cultura de paz e os Estudos para a Paz e apresenta o conceito de *Peace Journalism* – o jornalismo empenhado na construção da paz (CABRAL; SALHANI, 2017; MCGOLDRICK; LYNCH, 2000; SHINAR, 2008). O jornalismo tradicional é denominado por Galtung como Jornalismo de Guerra. É importante esclarecer que, para fins de adequações conceituais, nos referimos ao Jornalismo de Guerra como Jornalismo de Violência (JV), visto que a perspectiva pode ser empregada para muito além das coberturas de guerra, se voltando também para outras manifestações de violência em sociedade.

Muniz Sodré e Raquel Paiva (2002), em “O império do grotesco<sup>12</sup>”, consideram que a estética do horror prevalece nas mídias e contribui para a banalização da violência. Conforme o estudo, o chocante é transformado em espetáculo para cativar a audiência, sem, no entanto, preconizar qualquer necessidade de engajamento. A ideia de distanciamento mediante a barbárie é, de acordo com os autores, proposital.

Dão-se voz e imagem a energúmenos, ignorantes, ridículos, patéticos, violentados, disformes, aberrantes, para mostrar a crua realidade popular, sem que o choque daí advindo chegue às causas sociais, mas permaneça na superfície irrisória dos efeitos (SODRÉ; PAIVA, 2002, p. 133).

---

<sup>12</sup> Nesta obra, Sodré e Paiva (2002) apresentam a estética do grotesco como estética que tenciona as fronteiras entre o humano e o animal e problematizam os efeitos que esta categoria engendra na indústria do entretenimento, à luz do conceito de sociedade do espetáculo. O estudo tem a televisão como foco. Entretanto, os pensamentos apresentados indicam reflexões sobre a estética do horror presente nos produtos midiáticos, inclusive no jornalismo, a qual o Jornalismo para a Paz se contrapõe.

O JP se contrapõe justamente a esta estética de banalização do horror, e estimula a construção jornalística que privilegia a reflexão sobre a cultura de violência e, por conseguinte, sua transformação. Galtung (1998) propõe uma analogia entre o JP e a medicina para realçar os aspectos mais relevantes da prática jornalística proposta. O autor equipara o JP às coberturas sobre doenças e expressa que, bem mais do que apontar a doença e o que ela gera nas pessoas, cabe ao jornalismo apresentar as causas da enfermidade, como pressuposto para a prevenção (GALTUNG, 1998); isso nos faz pensar sobre os efeitos das coberturas sobre cenários de violência, de modo que o entendimento sobre as causas dos conflitos pode ser pressuposto para desconstruí-los. O pensador norueguês ainda aponta o caráter maniqueísta das abordagens jornalísticas focadas na guerra, que induzem o ódio e expõem a violência como única via de superação; neste sentido, compara o jornalismo de violência ao jornalismo esportivo, cujo fim é a vitória de um time sobre o outro.

Para Galtung (1998), a transparência é um dos pilares do JP, característica também reforçada por Lynch e McGoldrick (2000, p. 5, tradução do autor), que o definem como “um novo roteiro que traça as conexões entre os jornalistas, suas fontes, as coberturas que realizam e as consequências das reportagens – a ética da intervenção jornalística”. Assim, os jornalistas que se pautam nesta perspectiva buscam informar sobre as iniciativas de paz, isto é, os mecanismos cujas forças são concentradas na superação dos diversos tipos de violência que afetam a sociedade, não somente as violências visíveis, mas também as de caráter estrutural e cultural (RUIZ; HERNÁNDEZ SÁNCHEZ, 2012).

Para Shinar (2008), o JP está diretamente relacionado ao exercício pleno da democracia. Segundo o autor, o fato de o JP explorar os contextos da formação dos conflitos concede maior transparência às fontes da mídia, seus processos e efeitos. “Ele dá voz a todas as partes envolvidas e visa a assegurar que o conflito em si, e não as partes, seja visto como o problema” (SHINAR, 2008, p. 44). Essa multiplicidade de vozes dissonantes diferencia o Jornalismo para a Paz de outras abordagens pautadas única e exclusivamente pelos índices de audiência e interesses de governos e movimentos (SHINAR, 2008).

Eva Espinar Ruiz e Maria Isabel Hernández Sánchez (2012) também discorrem sobre a contribuição da mídia na desconstrução das estruturas de violência. As autoras reforçam o paradigma do jornalismo voltado para a paz, cuja defesa é uma paz que ultrapasse a compreensão da violência direta (paz negativa). O fundamento da perspectiva, na concepção das estudiosas, é o direcionamento das coberturas jornalísticas impelidas em desconstruir as violências que se escondem por trás de conjunturas opressoras, tal como violência estrutural e

cultural. Por isso, a proposta do JP se volta à perspectiva da paz positiva e abraça todas as iniciativas que caminham nessa direção.

Uma das premissas do jornalismo para a paz é a aceitação de sua natureza dinâmica, sua interdisciplinaridade, a possibilidade de abordá-lo a partir de diferentes campos de estudo. Assim, as diferentes contribuições feitas no campo dos estudos de Comunicação e Paz são articuladas em torno do que se pode identificar como as três dimensões do jornalismo de paz, cada uma das quais responde a um certo tipo de pergunta (RUIZ; HERNÁNDEZ SÁNCHEZ, 2012, p. 180, tradução do autor).

Com base nas reflexões das autoras, é possível refletir sobre o viés metodológico do JP, além de sua aplicabilidade no exercício prático da profissão (deontologia). Sua compreensão é ampliada a partir da conexão com outras áreas do conhecimento, que é uma característica fundamental do campo dos EPP, como mencionado anteriormente. Para reforçar a compreensão dos aspectos teóricos e metodológicos do JP, Ruiz e Hernández Sánchez (2012, p. 180) o subdividem em três dimensões, conforme o quadro 1.

**Quadro 1-** Dimensões do jornalismo para a paz

<b>Acadêmica / Teórica</b>	<b>Prática / Profissional</b>	<b>Normativa / Ética</b>
<b>O QUÊ</b> Epistemologia Estudos de caso	<b>QUEM / COMO</b> Individual Organizacional	<b>POR QUÊ</b> Legitimação

Fonte: extraído de Ruiz e Hernández Sánchez (2012, p. 180, tradução do autor).

De acordo com as autoras, a primeira dimensão corresponde às formulações teóricas relacionadas ao JP. O objetivo é o desenvolvimento normativo, teórico e metodológico do Jornalismo para a Paz que, conforme explicam, não deve prescindir de “um diálogo crítico entre pesquisadores de disciplinas distintas” (RUIZ; HERNÁNDEZ SÁNCHEZ, 2012, p. 180, tradução do autor). Ainda conforme as autoras, pensar a abordagem neste âmbito pode seguir caminhos diversos, mas complementares. “por um lado, o desenvolvimento teórico do jornalismo para a paz; de outro, sua vertente empírica, a sistematização de uma metodologia adequada para avaliar o estado atual da cobertura de conflitos” (RUIZ; HERNÁNDEZ SÁNCHEZ, 2012, p. 180, tradução do autor). Isto é, metodologias diversas podem se agregar às pesquisas embasadas na perspectiva do JP.

A segunda dimensão defendida por Ruiz e Hernández Sánchez (2012) é focada no caráter deontológico do JP, ou seja, como instrumento prático e um conjunto de diretrizes para a construção de notícias no dia a dia profissional. Apresenta questionamentos sobre

quem são os responsáveis por colocar o método em prática. Como? Com que ferramentas? Na visão das autoras, o JP é um paradigma da mudança social e, desse modo, um aspecto central para que se efetive é ser integrado à rotina profissional e à bagagem do próprio profissional jornalista, o que, segundo elas, foi uma das primeiras observações dos fundadores do modelo. Teóricos como Galtung (2006) e Lynch e McGoldrick (2000) se empenharam para a apresentação de um itinerário capaz de sistematizar a aplicabilidade dessa abordagem jornalística, como será apresentado posteriormente (quadro 2).

Por fim, a terceira dimensão do JP, segundo Ruiz e Hernández Sánchez (2012) corresponde às questões normativas e éticas. Conforme as autoras, o pressuposto do JP é o engajamento e a responsabilidade diante dos efeitos que sua aplicação terá no contexto social em que está situado. Assim, contribuir com os processos de resolução dos conflitos se trata de uma opção ética.

O comprometimento desse paradigma com um tipo de cobertura que revalorize e tornem visíveis as iniciativas pacíficas e não violentas e que, ao contrário do modelo hegemônico, contribuem para a diminuição dos níveis de violência, está enraizado em uma visão particular do papel da mídia na sociedade (RUIZ; HERNÁNDEZ SÁNCHEZ, 2012, p. 181, tradução do autor).

Diante das dimensões apresentadas, ficam evidentes os aspectos que diferenciam o jornalismo voltado para a paz das formas tradicionais de construção jornalística. Mas, para que o JP de fato cumpra sua missão de ser alternativa aos métodos jornalísticos tradicionais, Arévalo Salinas (2014) considera a necessidade de uma ruptura com os cânones impostos nas escolas de jornalismo, que prezam pela chamada “objetividade”, compreendida neste caso como uma imposição tácita de distanciamento entre o jornalista e o acontecimento noticioso. Para o autor, “dada a importância social de alguns temas é impossível e eticamente irresponsável não mostrar um compromisso e dar um respaldo frente às situações que violam os direitos humanos e geram exclusão” (ARÉVALO SALINAS, 2014, p. 65, tradução do autor).

Uma prática jornalística impelida na superação de realidades tão duras deve romper com as padronizações estilísticas que foram naturalizadas, pois, como apontam Arévalo Salinas e Farné (2016), é imprescindível que as abordagens jornalísticas construídas sob este viés deem novos significados para suas lógicas e esquemas de construção noticiosa.

Um novo modelo de jornalismo deve posicionar-se com clareza contra os abusos sociais cometidos em diferentes âmbitos. [...] O compromisso para com a denúncia de fatos e eventos que violam os direitos humanos deve ser transversal à linha ideológica da mídia (ARÉVALO SALINAS; FARNÉ, 2016, p. 5, tradução do autor).

Para explicar a concepção do Jornalismo para a Paz, Galtung (2006) apresentou um esquema que expressa as diferenças entre esta abordagem e o seu oposto, o jornalismo de guerra/violência. De acordo com o autor, o JP explora a formação dos conflitos, sem ignorar suas causas. Deste modo, não há a prevalência de uma parte vencedora. O JP se empenha em ser transparente na divulgação do conflito e considera, inclusive, os efeitos invisíveis da violência. É proativo, pois busca a prevenção do conflito. Em contrapartida, o JV é orientado pela guerra e violência. O foco é a arena do conflito e sempre haverá um ganhador e um vencedor. O conflito é apresentado de forma obscura, ignorando as causas que o desencadearam. Ademais, salienta os efeitos visíveis da violência, sobretudo com a divulgação de números de mortos e feridos. Esta perspectiva é reativa, pois concentra a cobertura após a ocorrência do conflito (GALTUNG, 2006).

Galtung (2006) afirma que no JP todas as inverdades são expostas, haja vista que a verdade é um dos pilares que sustenta a prática jornalística. No JV, porém, os esforços são concentrados em preservar as verdades de apenas um lado, em detrimento de outro, o que Galtung (2006) denomina como orientação para a propaganda. É válido ressaltar que a busca pela verdade é uma das razões de ser do jornalismo. A investigação jornalística, com seus processos de apuração, visa justamente apresentar essas “verdades” relacionadas ao fato narrado. Entretanto, a noção de verdade é complexa e instável; é inegável que existam elementos que podem se “mascarar” de verdades em um determinado momento sócio-histórico e que, posteriormente, podem se apresentar de outra forma. O JP, neste sentido, seria direcionado a responder às demandas de um determinado tempo, porém, confrontando as verdades tidas como absolutas, principalmente quando estas fortalecem posicionamentos violentos e hegemônicos.

A terceira característica da abordagem jornalística direcionada à paz corresponde às pessoas. Esta perspectiva, como aponta Arévalo Salinas (2014), faz ecoar as vozes de grupos que parte da grande mídia insiste em abafar. O JP ouve vozes “dissonantes”, isto é, de pessoas em situação de vulnerabilidade, tais como crianças, idosos/as, negros/as, mulheres e pessoas

LGBT+. O JV, por outro lado, se concentra nas chamadas fontes oficiais, denominados por Galtung (2006) como “homens de elite<sup>13</sup>”, ou seja, os grupos hegemônicos.

Por fim, a última categoria corresponde a como o jornalismo lida com o desfecho dos conflitos. Galtung (2006) defende que o JP é orientado para as soluções, de modo que age com criatividade para propor mecanismos de superação, além de destacar iniciativas que visam consolidar a paz e prevenir conflitos. Nesta vertente, se busca a reconstrução e a reconciliação entre as partes. Por outro lado, o JV é orientado para a vitória de um grupo sobre o outro e mascara todas as iniciativas de paz, desde que a vitória de uma das partes tenha sido consumada.

Ressaltamos que o Jornalismo para a Paz busca a ressignificação do conflito social, ou seja, implica num processo de mudança de cultura que impacta a dimensão ontológica, afetiva e comportamental dos indivíduos. Por essa razão, entendemos que a superação ou transformação de um conflito social implica antes num processo de sua ressignificação<sup>14</sup>, ou seja, uma dimensão pedagógica que o contextualiza histórica, política e socialmente, além de diversificar suas possibilidades de identificação e denúncia por meio da ampliação da percepção sobre as diferentes formas de violência inerentes ao próprio conflito. Para contribuir com a ressignificação de um conflito social, a narrativa deve agir no sentido de identificar a violência, o que é assegurado no próprio ato de narrar o acontecimento.

O quadro 2 (GALTUNG, 2006) sintetiza as diferenças entre as abordagens do Jornalismo para a Paz e do Jornalismo de Violência. Ressaltamos que o esquema possui finalidade estritamente didática, buscando auxiliar pesquisadores na compreensão das distinções entre as abordagens, especialmente se o objetivo for realizar a leitura de narrativas jornalísticas para identificar se prevalecem direcionamentos impelidos na denúncia e/ou desconstrução de violências ou se visam única e exclusivamente expor a violência inerente aos conflitos. Não se trata, portanto, de uma formulação maniqueísta, voltada a apresentar um modelo de jornalismo “ideal”; mas ao contrário, visa trazer uma problematização da prática jornalística.

---

<sup>13</sup> O conceito de “elite” apresentado por Galtung deve ser problematizado. No contexto em que foi proposto, corresponde aos grupos hegemônicos, isto é, aqueles cujos discursos são formulados com o intuito de referenciar a sociedade. É preciso considerar, no entanto, que existem “elites” em diversos grupos sociais: elite econômica, elite midiática, elite acadêmica, elite cultural, etc. Não daríamos conta, no espaço da presente dissertação, de contemplar todos os grupos denominados como “elite”; frisamos, portanto, a necessidade de olhar criticamente para este conceito, relacionado, à primeira vista, aos grupos dominantes.

<sup>14</sup> O conflito é elemento constituinte de qualquer contexto social. Neste sentido, a ressignificação do conflito homofobia busca transcendê-lo, ou seja, no nosso entendimento, corresponde ao estímulo da consciência crítica do público. A mídia que pratica o JP aborda, contextualiza e problematiza o conflito e indica pistas que possam fomentar reflexões para ressignificá-lo.

No que tange à realidade empírica, isto é, na aplicação dos critérios como diretrizes no âmbito da produção jornalística, é necessário se pensar sobre os diversos desafios inerentes ao próprio cotidiano profissional. A representação das diferenciações entre o Jornalismo para a Paz e o Jornalismo de Violência não pode incorrer no equívoco de se tornar arbitrária, pois isso iria na contramão dos princípios que conduzem os Estudos para a Paz. As comparações, portanto, são tidas aqui como instrumentos de leitura e análise.

Na dimensão prática, o que se vê são alguns exemplos de ressignificação da lógica mercadológica que ainda domina grande parte das empresas jornalísticas. Elementos do JP podem ser encontrados em narrativas mais humanizadas e que visam a pluralidade de vozes, tendo como objetivo não apenas apresentar o conflito, mas, principalmente, propor mecanismos que enalteçam a capacidade crítica do público receptor<sup>15</sup>.

**Quadro 2-** Principais distinções entre o Jornalismo para a Paz e o Jornalismo de Violência

<b>Jornalismo para a paz</b>	<b>Jornalismo de violência</b>
<p><b>I. Orientado para a paz / conflito</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Explora a formação dos conflitos; há partes e objetivos específicos; todas as partes ganham (“ganha-ganha”).</li> <li>- Espaço e tempo abertos; causas e consequências em qualquer lugar, inclusive na história e cultura.</li> <li>- Transparência ao mostrar o conflito.</li> <li>- Concede voz a todas as partes; empatia; compreensão.</li> <li>- Enxerga o conflito como problema e tem foco na criatividade.</li> <li>- Humaniza todas as partes.</li> <li>- Proativo: busca prevenção, antes que o conflito ocorra.</li> <li>- Foco nos efeitos invisíveis da violência (traumas e danos na estrutura e na cultura).</li> </ul>	<p><b>I. Orientado para a guerra / violência</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Foco na arena do conflito; há duas partes e um objetivo: vencer. Há sempre um ganhador e um perdedor.</li> <li>- Espaço e tempo fechados; causas e consequência centradas na arena, na busca por quem iniciou o conflito.</li> <li>- Obscurantismo ao mostrar o conflito.</li> <li>- “Nós x Eles”. Voz apenas para um lado do conflito.</li> <li>- Enxerga uma das partes como problema; foca em quem prevalece no conflito.</li> <li>- Desumaniza uma das partes.</li> <li>- Reativo: espera a violência para posteriormente reportar.</li> <li>- Foco nos efeitos visíveis da violência (assassinatos, feridos, danos materiais).</li> </ul>
<p><b>II. Orientado para a verdade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Privilegia a verdade e expõe as inverdades, independente de qual lado for.</li> </ul>	<p><b>II. Orientado para a propaganda</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Expõe inverdades sobre “eles” para encobrir “nossas” mentiras.</li> </ul>
<p><b>III. Orientado para as pessoas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Foco no sofrimento de todos e garante voz aos que não têm voz, especialmente crianças, idosos e mulheres.</li> </ul>	<p><b>III. Orientado para as elites</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Foco no “nosso” sofrimento, especialmente de homens da “elite”, que são os porta-vozes oficiais.</li> </ul>

<sup>15</sup> No portal [www.transcend.org](http://www.transcend.org), elaborado com apoio de Johan Galtung, é possível encontrar iniciativas que mostram a aplicabilidade de Jornalismo para a Paz ao redor do mundo.

<b>IV. Orientado para soluções</b>	<b>IV. Orientado para a vitória</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Paz = não-violência + criatividade</li> <li>- Destaque de iniciativas empenhadas na paz para prevenir outros conflitos.</li> <li>- Foca na estrutura, na cultura e em uma sociedade pacífica.</li> <li>- Resultado: resolução, reconstrução, reconciliação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Paz = vitória + cessar-fogo</li> <li>- Mascara todas as iniciativas de paz, até que a vitória já tenha sido consumada.</li> <li>- Foca em tratados, instituições e em uma sociedade controlada</li> <li>- Parte para outras guerras e retorna à mesma caso tenham questões não resolvidas.</li> </ul>

Fonte: Extraído de Galtung (2006, p. 1, tradução do autor).

São diversos os fatores do cotidiano profissional dos jornalistas que dificultam a adesão às construções noticiosas desprendidas das normatizações estilísticas e empenhadas em abordagens mais densas e compromissadas com transformações sociais. Questões inerentes às pressões mercadológicas às quais as organizações jornalísticas estão submetidas, o *deadline*, limitações de espaço e tempo (tanto nas mídias impressas quanto eletrônicas) são alguns dos gargalos que podem dificultar a aplicação prática do JP. Porém, ainda que não integrem oficialmente os critérios de noticiabilidade, o JP pode ser incorporado nas fases de construção da reportagem. Como salientam Cabral e Salhani (2017), cabe ao jornalista optar por um enquadramento que apresente elementos do JP e, assim, contextualizar o conflito, trazer perspectivas de diversas fontes e não externalizar somente os traços de violência direta.

Xavier Giró (2012) problematiza a atuação profissional e apresenta questionamentos sobre como os jornalistas poderiam se desvencilhar das coberturas simplistas e sensacionalistas. O autor aponta como uma das justificativas o pouco tempo que os profissionais dispõem para investigar, verificar e confrontar as informações. Além disso, tece críticas relacionadas à atuação dos profissionais. Segundo o autor, a deficiência na formação dos jornalistas também dificulta a execução de um trabalho mais próximo da perspectiva do JP, que exige do profissional um olhar crítico, com amplo conhecimento sobre o fato noticiado.

Como sinaliza Giró (2012), nas coberturas de conflitos, o jornalismo tradicional exige imediatismo e narrativas sustentadas por drama e emotividade. Além do mais, se pauta sob valores considerados inalienáveis diante da maioria social privilegiada. Contudo, uma cobertura impelida na transformação do conflito é um processo lento e gradual que visa desconstruir tensões, pois explora a complexidade do conflito e dos atores sociais envolvidos.

Além da necessidade de ressignificar aspectos que impactam sobremaneira nas questões profissionais, Arévalo Salinas e Farné (2016) afirmam que um jornalismo voltado para a paz e mudança social necessita de incentivos e sanções em nível regulatório (com conselhos audiovisuais, por exemplo) e autorregulatório (voltados à audiência, manuais de estilo e diretrizes éticas). Os autores consideram que as ações estimuladas pelo JP direcionadas ao exercício da cidadania devem fomentar o engajamento da sociedade civil em instâncias como observatórios de mídia. Por isso, se torna imprescindível o debate sobre o papel do sistema educacional para a literacia midiática, a fim de fomentar conhecimentos e habilidades para uma leitura crítica da função dos meios de comunicação, “o que implica conhecer as estratégias discursivas de controle social, somada a uma aprendizagem sobre as diretrizes e critérios para se propor outras histórias e representações” (ARÉVALO SALINAS; FARNÉ, 2016, p. 17, tradução do autor).

Do ponto de vista metodológico, os tópicos do itinerário proposto por Galtung (2006) pode ser utilizado como categorias em análises de conteúdo ou análises de discurso (CABRAL; SALHANI, 2017), além de ampliar o leque de possibilidades para outras metodologias. Porém, as categorizações não se encerram nas propostas de Galtung; a depender do contexto em que a pesquisa está inserida, outras categorias podem ser utilizadas, encaixando-se nas necessidades do pesquisador frente ao universo sociocultural no qual se concentra. Como será demonstrado no terceiro capítulo, a análise do contexto de violência homofóbica oferecerá novas perspectivas sobre como as coberturas jornalísticas podem ser empregadas para promover um olhar crítico diante dessa violência, como possibilidade para sua superação.

O JP não está isento de críticas<sup>16</sup>, tanto relacionadas ao seu aspecto prático quanto sua aplicabilidade científica (SALHANI, 2019). Entretanto, sua consolidação como campo de investigação na área dos Estudos para a Paz é inegável, de modo que oferece vastas possibilidades de pesquisa nos estudos de jornalismo e comunicação midiática.

Em termos de aplicabilidade prática em veículos de comunicação, sobretudo no Brasil, ainda existe um árduo caminho a ser percorrido, a começar pela legitimação do campo teórico nas instituições de ensino superior dedicadas à formação de jornalistas. O JP preza pelo emprego efetivo das boas práticas jornalísticas e, neste sentido, quando as coberturas se pautam pela multiplicidade de vozes, problematizações de contextos de violência, com

---

<sup>16</sup> No texto *Good journalism or peace journalism?*, David Loyn (2007) coloca o jornalismo para a paz em xeque e questiona a objetividade jornalística que, para o autor, é princípio basilar e irretocável da prática. Segundo Loyn, engajar-se para criar políticas pacificadoras não é função do jornalismo.

desconstrução e denúncia de aspectos de violência estrutural e cultural, e apresentação de iniciativas dedicadas à transformação de realidades opressoras, é possível dizer que o JP está encontrando eco na prática jornalística. “Veículos de comunicação e jornalistas podem desenvolver um jornalismo que siga os moldes do *Peace Journalism* sem que, ao menos, conheçam os seus conceitos” (CABRAL; SALHANI, 2017, p. 15).

A perspectiva do jornalismo direcionado à paz possibilita fomentar críticas aos modelos tradicionais de produção jornalística, apontando caminhos que possam garantir coberturas mais abrangentes e humanizadoras. Não se trata de apontar que os modelos tradicionais são insuficientes, mas sim, serve como alternativa de aprimoramento do fazer jornalístico. Ademais, o Jornalismo para a Paz também se aplica como ferramenta para agentes sociais diversos, visto que suas ações podem encontrar espaço nas coberturas midiáticas.

É importante frisar, como exposto por Cabral e Salhani (2017), que o JP não é a única forma de se praticar o “bom jornalismo”. O *civic journalism*, por exemplo, também chamado de jornalismo cidadão, visa legitimar o fomento à cidadania, apresentando pautas que partem dos anseios do próprio público e, muitas vezes, têm o objetivo de desconstruir realidades de injustiça, frutos da violência estrutural e cultural. Também vale destacar o exercício do jornalismo nas chamadas “mídias alternativas” ou “mídias radicais”, que, ao fazerem oposição às lógicas dominantes, não medem esforços para fazer valer uma prática empenhada na desconstrução de narrativas opressoras, além de privilegiar a multiplicidade de vozes sociais em suas coberturas. A discussão sobre abordagens jornalísticas que seguem na contramão da lógica hegemônica, portanto, não está encerrada.

### 3. HOMOFOBIA E AS COMPLEXIDADES DE UM CONCEITO

Os estudos relacionados à sexualidade humana compartilham de uma similaridade com os Estudos para a Paz: são amplos e contemplam múltiplas disciplinas. Propor reflexões acerca da homofobia, portanto, nos coloca diante de uma complexa rede, cujas tramas estão emaranhadas por questionamentos, tensões e interrogações que não apresentam soluções simplistas, mas geram questionamentos e diversas possibilidades de investigação. Desta feita, a literatura acerca da temática homofobia é vasta, principalmente no terreno das Ciências Sociais. A finalidade de nossa pesquisa não é discutir os pormenores relacionados à construção das identidades sexuais e, tampouco, apresentar longas explanações sobre a história da sexualidade, modelada por processos dinâmicos sob circunstâncias históricas complexas (WEEKS, 2019).

Por abordarmos a representação da homofobia no jornalismo, tendo como recorte temporal um contexto caracterizado por intensos debates ideológicos, se faz necessário lançar algumas reflexões sobre como se constitui a violência praticada contra pessoas que não se adequam aos parâmetros sociais sustentados pela heterossexualidade, bem como problematizar como tal violência é naturalizada socialmente, sobretudo a partir do fomento de narrativas que legitimam estruturas de poder que asseguram o lugar privilegiado da heterossexualidade.

Neste sentido, apresentamos neste tópico algumas abordagens que auxiliam a compreender um singelo recorte acerca da violência praticada contra pessoas LGBTQ+. Antes, porém, é válido ressaltar que grande parte da literatura sobre o tema denomina tal violência como homofobia. Reconhecemos, todavia, os limites do conceito diante das diversas possibilidades de manifestação da sexualidade humana que diferem das determinações da heterossexualidade. Utilizamos o conceito de forma crítica, conscientes de que o mesmo não dá conta de abarcar as diversas violências que incidem sobre as expressões sexuais e afetivas não condizentes com a norma heterossexual<sup>17</sup>.

O presente capítulo traz algumas reflexões teóricas na tentativa de entender como ocorre a construção dos preconceitos que culminam em violência contra pessoas LGBTQ+, haja vista que nosso foco é articular a representação desta violência no jornalismo. Partiremos dos dados divulgados no Atlas da Violência 2019 e, na sequência, apresentaremos visões de

---

<sup>17</sup> Uma opção seria a utilização do conceito de LGBTQ+fobia, no entanto, poderíamos incorrer no equívoco de não contemplar as diversas formas de opressão inerentes ao conceito e, dessa forma, cometeríamos as mesmas exclusões que tanto criticamos no decorrer do texto.

pensadoras e pensadores que discorrem sobre a complexa temática, dentre os quais destacamos: Louro; Junqueira; Borrillo; Leal e Carvalho; Weeks; Rios; Miskolci, entre outros/as<sup>18</sup>. Também propomos reflexões sobre a homofobia a partir de uma ótica interseccional, articulando-a com outros marcadores sociais da desigualdade, tais como classe, raça e gênero.

A opção pela sigla LGBTQ+ visa expressar a representatividade dos grupos que não encontram espaço na sociedade demarcada pela heterossexualidade. A sigla LGBTQ corresponde às lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais e transgêneros. Todavia, reconhecemos a diversidade das expressões da sexualidade humana, que, como veremos, ultrapassa as divisões binárias; de modo a contemplar todas as pessoas não-heterossexuais, acrescentamos o “+”, como uma alternativa de ampliar a representatividade. Atualmente, sobretudo no âmbito da militância, utiliza-se a sigla LGBTQIA+, relacionada às seguintes manifestações de gênero: lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais ou transgêneros, *queer*<sup>19</sup>, intersexuais (pessoas cujo desenvolvimento biológico não se encaixa nas formas binárias), assexuais (pessoas que não sentem desejo sexual por outras pessoas, independente do gênero). Entendemos que, no contexto heterocêntrico, todas essas manifestações são alvo de arbitrariedades, discursos de ódio e violência de cunho homofóbico.

Conceitos como sexo, gênero e identidade de gênero aparecerão no decorrer do capítulo e, por isso, é válido apresentar fundamentações a respeito dos mesmos. Tomamos como base o que propõe a pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus (2012)<sup>20</sup>, no guia “Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos - Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião”. Segundo a autora, a tendência da sociedade é classificar homens e mulheres tomando como base os órgãos genitais; entretanto, a identificação das pessoas como homens ou mulheres transcende esses limites, sendo um fato social, e não biológico.

---

<sup>18</sup> Destacamos que autoras e autores como Louro e Weeks tomam como base as perspectivas debatidas por Michel Foucault em seus estudos sobre sexualidade. Portanto, grande parte das discussões apresentadas em nosso estudo e que têm como referência tais autores, são interpretações articuladas à luz de Foucault.

<sup>19</sup> A letra “Q” na sigla LGBTQIA+ ainda gera muitas controvérsias entre acadêmicos e militantes em relação à aplicação do conceito como uma identidade de gênero. Vieira (2015) explica que a palavra *queer* traduz-se como um termo pejorativo empregado contra pessoas que não se adequam às normas predominantes. Em meados da década de 1990, a chamada *Teoria Queer* começa a se consolidar, com a publicação do livro “Feminism and the Subversion of Identity”, de Judith Butler; contudo, o conceito já havia sido empregado nos anos 1980, em um seminário conduzido por Teresa de Lauretis. A *Teoria Queer*, portanto, corresponde a tudo o que se contrapõe às formulações habituais (VIEIRA, 2015); um movimento de contracultura, que questiona prescrições originadas em estruturas de poder que insistem em prescrever métodos para adequar os comportamentos a uma lógica dominante.

<sup>20</sup> Guia disponível em <http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>

Para a ciência biológica, o que determina o sexo de uma pessoa é o tamanho das suas células reprodutivas (pequenas: espermatozóides, logo, macho; grandes: óvulos, logo, fêmea), e só. Biologicamente, isso não define o comportamento masculino ou feminino das pessoas: o que faz isso é a cultura, a qual define alguém como masculino ou feminino, e isso muda de acordo com a cultura de que falamos (JESUS, 2012, p. 8).

Ou seja, a identificação sobre ser homem e mulher não corresponde única e exclusivamente aos aspectos biológicos, isto é, ao sexo. A partir do entendimento de que a definição de masculino e feminino carrega em si variáveis socioculturais, seria reducionista pensar nessas relações com base unicamente na concepção do sexo biológico. Jesus (2012), desse modo, aborda o conceito de gênero, e destaca que ele ultrapassa as fronteiras e binarismos inerentes ao sexo. Enquanto o sexo é biológico, o gênero é social. “O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a autopercepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente” (JESUS, 2012, p. 8). A autora argumenta que, independentemente de nossos órgãos genitais, cromossomos ou níveis hormonais, adotamos ou não determinados modelos ou papéis de gênero. Assim, em diferentes situações ao longo da existência executamos performances; a vivência de um gênero que destoa da lógica determinista do sexo biológico é uma questão de identidade (JESUS, 2012)<sup>21</sup>.

No decorrer do presente capítulo, apresentaremos perspectivas teóricas que indicam a prevalência na sociedade de aspectos voltados a assegurar as imposições de normas de gênero que conferem legitimidade ao binarismo masculino e feminino, de modo a subalternizar e invisibilizar as diversas identidades de gênero. Ademais, tal lógica indica a heterossexualidade como única orientação sexual legítima, o que, no nosso entendimento, tende a naturalizar a homofobia,<sup>22</sup> pois, nesta perspectiva, as relações homoafetivas são taxadas como desviantes.

---

<sup>21</sup> A autora também explica que se denomina como cisgênero as pessoas que se identificam com o gênero que lhes fora atribuído no nascimento (homem ou mulher); todavia, nem todas as pessoas se identificam com tal atribuição, visto que há uma diversidade na identificação das pessoas com algum gênero, e com o que se considera próprio desse gênero. “Denominamos as pessoas não-cisgênero, as que não se identificam com o gênero que lhes foi determinado, como transgênero, ou trans” (JESUS, 2012, p. 10). O termo “transfobia” tem sido adotado para se referir aos preconceitos e violências direcionados às pessoas transgênero.

<sup>22</sup> Segundo Jesus (2012, p. 12), “gênero se refere a formas de se identificar e ser identificada como homem ou como mulher. Orientação sexual se refere à atração afetivo-sexual por alguém de algum/ns gênero/s. Uma dimensão não depende da outra, não há uma norma de orientação sexual em função do gênero das pessoas, assim, nem todo homem e mulher é ‘naturalmente’ heterossexual. O mesmo se pode dizer da identidade de gênero: não corresponde à realidade pensar que toda pessoa é naturalmente cisgênero”.

### 3.1 A violência homofóbica em números

O Atlas da violência 2019, organizado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública apresenta dados relacionados à violência contra a população LGBTQ+. É a primeira vez que este marcador social é contemplado pelo relatório, cuja primeira publicação ocorreu em 2007. Por isso, a publicação alerta para alguns aspectos que precisam ser considerados: a gravidade da temática e a invisibilidade do problema sob o ponto de vista da produção de dados e estatísticas. Um dos gargalos apresentados no relatório corresponde ao desconhecimento sobre o número de pessoas LGBTQ+ no Brasil, pois o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) não realiza questionamentos relacionados à orientação sexual. Ademais, quando os atos e violência são registrados, não se realiza a classificações da vítima quanto à sua orientação sexual e tampouco tal evidência é contemplada nas declarações de óbito. Frente a estas realidades, o IPEA (2019) justifica a dificuldade de traçar um diagnóstico que seja capaz de mitigar a violência contra pessoas deste marcador social, dado que nos revela a invisibilidade desta violência nas estatísticas oficiais.

Não obstante as lacunas existentes na divulgação de dados relacionados à violência contra a população LGBTQ+, o Atlas da violência 2019 reitera que algumas iniciativas visam conceder clareza aos levantamentos de dados. O GGB (Grupo Gay da Bahia)<sup>23</sup>, por exemplo, mensura números relacionados às pessoas assassinadas por motivações homofóbicas tomando como base notícias publicadas na imprensa (IPEA, 2019). Entretanto, é preciso considerar que tais dados não garantem precisão sobre este tipo de violência, pois muitas ocorrências no Brasil afora não são noticiadas pelos veículos jornalísticos. O relatório do IPEA (2019), portanto, toma como base as denúncias registradas no Disque 100<sup>24</sup>, iniciativa ligada ao MMFDH (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos), e os registros administrativos do Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), do Ministério da Saúde.

Os dados apresentados pelo Atlas da Violência se concentram de 2011 a 2017. No que tange às denúncias de violência contra a população LGBTQ+, recebidas por meio do Disque

---

<sup>23</sup> [www.grupogaydabahia.com.br](http://www.grupogaydabahia.com.br)

<sup>24</sup> De acordo com informações divulgadas pelo portal do MMFDH: “O Disque 100 é um serviço de discagem direta e gratuita disponível para todo o Brasil. Tem como função acatar e encaminhar denúncias de violações de Direitos Humanos envolvendo crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoa com deficiência, população em situação de rua, população LGBTQ, igualdade racial, pessoas em privação de liberdade, conflitos agrários e urbanos, demandas indígenas, entre outros. A ferramenta também pode ser acionada por meio do aplicativo Proteja Brasil”. Disponível em <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2019/junho/disque-100-registra-quase-tres-mil-violacoes-contra-a-populacao-lgbt>. Acesso em 26 dez. 2019.

100, o ano de 2012 registrou o número de 3031, o maior no período analisado. O relatório mostra que entre 2015 e 2017 houve diminuição nos registros de denúncia, de 1983 para 1720 relatos. Sobre as lesões corporais praticadas contra o referido grupo social, em 2017 foram 423 registros, ante 783 casos registrados em 2012.

Por outro lado, em relação aos homicídios de LGBT+ divulgados pelo Disque 100, 2017 foi o ano que mais apresentou registros no período analisado, com 193 assassinatos; um ano antes, foram 85. Paradoxalmente, o Atlas revela que 2012, recordista em denúncias, registrou 19 homicídios. A justificativa apontada pelo IPEA (2019) para a discrepância dos números é a difusão do canal de denúncias, o que é rebatido logo na sequência, quando argumenta que “se essa fosse a explicação para o crescimento do número de homicídios de pessoas LGBTI+, então deveríamos observar fato semelhante nas violências contra outros grupos sociais, como idosos, moradores em situação de rua e crianças e adolescentes” (IPEA, 2019, p. 58).

Quando toma como base os dados do Sinan, o relatório se concentra nos anos de 2015 e 2016 e considera somente a distinção por orientação sexual (ou seja, vítima qualificada como homossexual ou bissexual). De acordo com o documento, houve aumento no total de casos de violência entre 10% e 15% quando a vítima era homossexual. No que tange aos bissexuais, o crescimento de um ano para outro foi maior: entre 30,9% e 35,3%.

O objetivo de apresentar estes dados é ampliar a noção acerca da dimensão das violências sofridas pela população LGBT+. O fato de o Atlas da Violência passar a considerar este grupo social no relatório é um importante passo para estimular reflexões voltadas à proteção e garantia de direitos aos LGBT+. São evidentes as deficiências no relatório, principalmente ao considerar o fato de que a população LGBT+ não é contemplada nos levantamentos IBGE e tampouco as identidades de gênero são integradas às declarações de óbito. É preciso levar em conta as subnotificações, haja vista que diversas violências contra este grupo Brasil afora sequer são denunciadas. As fontes consideradas pelo Atlas (Disque 100 e Sinan) também não distinguem a orientação sexual das vítimas de violência, que contempla gays, lésbicas, bissexuais, transsexuais, intersexuais, bem como outras expressões da sexualidade não pautada no viés heterossexual.

Por isso, é necessário desvelar os fatores que estão além dos números. Os registros do Atlas da Violência estão relacionados às práticas de violência direta que, conforme apresentado anteriormente, expõe marcas, agressores e vítimas. Contudo, existem fatores que culminam na prática deste tipo de violência. Discursos de ódio direcionados contra pessoas

que seguem na contramão da heterossexualidade pode justificar a naturalização das agressões sofridas por esta população.

### 3.2 Reflexões sobre o conceito de homofobia e suas complexidades

Apresentamos, neste tópico, algumas perspectivas direcionadas a compreender o intrincado conceito de homofobia, caracterizado por intensos desafios teóricos. Os estudos sobre a homofobia apontam para a amplitude e a complexidade do conceito, envolto por tensões e interpretações diversas (LEAL; CARVALHO, 2009). Nos Estados Unidos, foi apresentado pela primeira vez na década de 1970 pelo psicólogo clínico George Weinberg<sup>25</sup>, que propôs a terminologia por meio do agrupamento dos radicais gregos *homo*, que significa “semelhante”, “igual”; e *phobia*, que designa “medo” ou “aversão” (JUNQUEIRA, 2007, 2009; BORRILLO, 2016). O termo, à primeira vista, indica conotação clínica e está relacionado a toda forma de desprezo e emoções negativas direcionadas aos/às homossexuais.

Inicialmente, é possível definir a homofobia como o preconceito<sup>26</sup> contra pessoas que não correspondem às determinações impostas socialmente, que consideram a heterossexualidade como a única expressão aceitável da sexualidade humana. No entanto, como argumentam alguns estudiosos (LEAL; CARVALHO, 2009; 2012; JUNQUEIRA, 2007, 2009; RIOS, 2009; BORRILLO, 2016), o conceito carrega uma série de nuances. No decorrer dos estudos no campo da sexualidade, a homofobia teve sua abrangência semântica ampliada e ressignificada, passando a englobar as diversas manifestações de sentimentos negativos em relação à homossexualidade (JUNQUEIRA 2009). Assim, com base nas interpretações sobre o conceito de homofobia, se faz necessário refletir sobre alguns pontos inerentes às relações de gênero e as estruturas sociais que as delimitam; afinal, a pressuposição de um modelo que padroniza e normatiza as manifestações da sexualidade, já é, por si mesma, um indicativo de segregação o que, no nosso entendimento, naturaliza a violência homofóbica.

---

<sup>25</sup> Junqueira (2009, p. 370) explica que “o termo é um neologismo resultante da justaposição de dois radicais gregos – ὁμός (semelhante) e φόβος (temor, medo) – que se difundiu após o psicólogo clínico George Weinberg (1972) definir homofobia como “medo de estar próximo a homossexuais”.

<sup>26</sup> Como define Rios (2009, p. 55), “preconceito é o termo utilizado, de modo geral, para indicar a existência de percepções negativas por parte de indivíduos e grupos, quando estes expressam, de diferentes maneiras e intensidades, juízos desfavoráveis em face de outros indivíduos e grupos, dado o pertencimento ou a identificação destes a uma categoria tida como inferior”. O autor também define o conceito de discriminação: “designa a materialização, no plano concreto das relações sociais, de atitudes arbitrárias, comissivas ou omissivas, relacionadas ao preconceito, que produzem violação de direitos dos indivíduos e dos grupos” (RIOS, 2009, p. 54).

Como salienta Daniel Borrillo (2016, p. 22) em seu estudo sobre o conceito, a ambivalência da homofobia designa tanto o aspecto cognitivo, isto é, que coloca a homossexualidade como objeto de rejeição, quanto o aspecto cultural, em que o objeto de rejeição seria a homossexualidade propriamente dita, como fenômeno social e psicológico. O autor distingue a homofobia em duas vertentes: “psicológica” (individual) e “cognitiva” (social). A distinção sugere que o comportamento homofóbico pode se apresentar como uma manifestação emocional (fobia), como também a um preconceito que reduz os homossexuais a meros estereótipos. Sobre esta segunda visão, Borrillo (2016) explica que a manifestação é sutil e silenciosa, e está presente em piadas, insultos e representações caricatas, que apresentam gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros como elementos jocosos, quando não, grotescos (BORRILLO, 2016; LEAL; CARVALHO, 2009; 2012). Inferimos, desse modo, que a homofobia cognitiva é fruto da violência cultural, naturalizada e legitimada socialmente. Analisar a homofobia como fenômeno meramente patológico, seja individual ou social, acaba por excluir as possibilidades de investigá-la como prática sociodiscursiva, isto é, construída historicamente, com modos diversos de manifestação ao longo do tempo (LEAL; CARVALHO, 2012).

Na mesma perspectiva, Roger Raupp Rios (2009) afirma que existem muitos esforços na busca pelo entendimento da homofobia, sendo que a abordagem psicológica possui grande relevo e disseminação, haja vista que o próprio termo foi elaborado a partir de elucubrações psicológicas. Como explica o autor, se analisarmos o conceito sob tal perspectiva, o limitaremos à aversão e à rejeição contra a homossexualidade, ignorando o argumento de que a discriminação homofóbica seria a expressão de um sintoma criado a fim de evitar perigos ou gerar angústia.

Neste contexto, uma hipótese particularmente divulgada é a de que reações homofóbicas violentas provêm de sujeitos em grave conflito interno com suas próprias tendências homossexuais, resultantes da projeção de um sentimento insuportável de identificação inconsciente com a homossexualidade, donde a intolerância à homossexualidade (RIOS, 2009, p. 62).

O autor alerta, contudo, que a pesquisa sobre as causas psíquicas da homossexualidade seria, em si mesma, a manifestação de um preconceito, pois pressupõe a existência de uma sexualidade “normal” - a heterossexualidade - como parâmetro para interpretar e valorar outras expressões da sexualidade (RIOS, 2009). A contradição se dá a partir de elementos que se opõem; assim, a manifestação da homofobia pressupõe a heterossexualidade como ideal,

impondo um contínuo esforço dos indivíduos para se “afastarem” da homossexualidade. Nesta mesma perspectiva, Rogério Diniz Junqueira (2009) argumenta que as emoções negativas direcionadas à homossexualidade seriam reflexos de um receio inconsciente de os próprios agentes da homofobia serem homossexuais.

Assim, seriam indícios (ou “sintomas”) de homofobia o ato de se evitarem homossexuais e situações associáveis ao universo homossexual, bem como a repulsa às relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Essa repulsa, por sua vez, poderia se traduzir em um ódio generalizado (e, de novo, “patológico”) às pessoas homossexuais ou vistas como homossexuais. A homofobia aparece aí como um produto de uma patologia (JUNQUEIRA, 2009, p. 370).

Leal e Carvalho (2009; 2012) também explicam que o prefixo “fobia” coloca a repulsa contra os homossexuais no mesmo patamar das patologias psicológicas. Portanto, ainda que o termo “homofobia” seja, de fato, a rejeição (racional ou não) aos homossexuais, seria reducionista pensá-lo somente a partir desta lente, o que ignoraria todas as variáveis sociais e culturais que permeiam o conceito, principalmente se levarmos em conta que as expressões da sexualidade humana são plurais e que o lugar da sexualidade transcende o corpo biológico.

A sexualidade é uma construção social correspondente a um conjunto de crenças e ideologias, porém, muitas vezes também está condicionada a se adequar às expectativas relacionadas ao corpo físico, isto é, ao que se espera de um corpo masculino e de um corpo feminino; mas a sexualidade é muito mais do que simplesmente o corpo (WEEKS, 2019). Neste sentido, é válido argumentar que a homofobia possui a mesma raiz de outras violências que imputam hierarquias sexuais determinadas pelo sexo biológico.

O sexo é visto, aqui, não apenas como uma força absolutamente avassaladora: ele também é, aparentemente, um elemento essencial na feitura corporal de uma pessoa (“constituição”), é o determinante de nossas personalidades e identidades. Isso coloca a questão: por que vemos a sexualidade dessa forma? O que há a respeito da sexualidade que nos torna tão convencidos de que ela está no centro de nosso ser? Isso é verdadeiro para homens e mulheres? (WEEKS, 2019, p. 50).

A homofobia possui intrínseca relação com o sexismo, sobretudo em uma estrutura historicamente construída a partir de concepções binárias sobre sexo e gênero. Weeks (2019) argumenta que a sexualidade tem sido um importante marcador de relações de poder. Por exemplo, instituições como Igreja, Estado, Medicina, Educação, Direito, dentre outras, demonstram interesses em intervir no modo como as pessoas pensam e se comportam; essas

imposições legitimam o comportamento homofóbico, ao passo que elaboram um ideal de normalidade. Mas, a despeito dessas intervenções, como afirma o autor, têm surgido outras forças, tais como os feminismos e os movimentos de reforma sexual de vários tipos, que resistem veementemente às prescrições e definições impostas pelas visões bilaterais sobre a sexualidade (WEEKS, 2019).

Junqueira (2007) apresenta perspectivas de estudiosos e estudiosas que estendem a compreensão da homofobia para além da ordem psicológica. Tais abordagens procuram compreender a aversão contra indivíduos não-heterossexuais a partir de mecanismos sociais de preconceitos relacionados aos comportamentos, aparências e estilos de vida de quem segue na contramão dos padrões estabelecidos como “normais”. Com efeito, a homofobia não é observada com base em aspectos individuais ou fóbicos, mas, passa a ser discutida e tensionada com vistas em outros campos, como: culturais, educacionais, políticos, institucionais, jurídicos, sociológicos e antropológicos (JUNQUEIRA, 2007). Entende-se, desse modo, que, tal como a sexualidade humana, a homofobia é uma construção social e, desse modo, não se reduz aos aspectos psicológicos e fóbicos. Encontra-se presente no conjunto de narrativas, normas e práticas que compõem o tecido social. Rios (2009) indica que as definições de homofobia se veiculam de modo isolado ou combinado, de acordo com a respectiva compreensão:

Enquanto umas salientam a dinâmica subjetiva desencadeadora da homofobia (medo, aversão e ódio, resultando em desprezo pelos homossexuais), outras sublinham as raízes sociais, culturais e políticas desta manifestação discriminatória, dada a institucionalização da heterossexualidade como norma, com o conseqüente vilipêndio de outras manifestações da sexualidade humana (RIOS, 2009, p. 60).

Propor reflexões sobre a homofobia nos coloca diante da necessidade de compreender alguns aspectos inerentes à sexualidade, tendo como recorte as determinações que, por meio de noções binárias, segregam e hierarquizam as expressões sexuais<sup>27</sup>. À luz do que indica Guacira Lopes Louro (2019, p. 12), limitar a sexualidade às determinações do corpo biológico é pressupor que todos vivemos nossos corpos da mesma forma, universalmente. Todavia, de acordo com a autora, a construção da sexualidade envolve ritos, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções, dentre outros processos culturais envolvidos por

---

<sup>27</sup> Borrillo (2016, p. 30) afirma que é inconcebível discorrer sobre homofobia sem considerar a ordem a partir da qual se organizam as relações sociais entre os sexos e as sexualidades. A homofobia também possui raiz no sexismo, isto é, uma lógica que pressupõe o feminino como complementar ao masculino pelo viés da subordinação psicológica e cultural (BORRILLO, 2016).

complexidades. Essas determinações foram elaboradas no decorrer da história com o objetivo de assegurar as normas heterossexuais, isto é, com finalidades meramente reprodutivas, e demarcaram, com austeridade, os papéis de “homem” e de “mulher”; esses papéis sociais, por sua vez, são definidos a partir de uma narrativa misógina, pois criam hierarquias que imputam uma suposta inferioridade do feminino a despeito do masculino (LEAL; CARVALHO, 2012).

Essa ordem sexual, ou seja, o sexismo, implica tanto a subordinação do feminino ao masculino quanto a hierarquização das sexualidades, fundamento da homofobia; por conseguinte, a evocação constante da superioridade biológica e moral dos comportamentos heterossexuais faz parte de uma estratégia política de construção da normalidade sexual (BORRILLO, 2016, p. 30).

Na esteira de um contexto heterossexista e predominantemente masculino, toda forma de expressão sexual divergente da heterossexualidade é rotulada como desviante, uma crença que é expressa pelos papéis sociais atribuídos a partir do sexo biológico (BORRILLO, 2016; BUTLER 2019; LOURO, 2018), considerado determinante para moldar os comportamentos esperados de um “homem” ou de uma “mulher”. Os corpos são definidos pelos parâmetros comportamentais, criando, inclusive, expectativas sociais correlatas aos homens e às mulheres. Um exemplo: desde crianças, meninos e meninas são educados/as a se comportarem com base em determinações sociais naturalizadas em um senso comum. Às meninas são relegadas brincadeiras correlatas aos cuidados para com o lar; aos meninos, jogos que pressupõem força, trabalho e liderança; prevalece a noção de que todos/as devam corresponder a estes ditames.

Em contrapartida, existem esforços empenhados em ressignificar essas visões deterministas. Louro (2018), na obra “Um corpo estranho”, propõe uma ação pedagógica empenhada em reconhecer e valorar a diversidade sexual e humana, a despeito das imposições heterossexistas presentes nos discursos sociais. Os estudos *queer*, por exemplo, sugerem ultrapassar as fronteiras da sexualidade, que não se encontra demarcada e radicalmente definida, tal como supõem as concepções biologizantes (LOURO, 2018; LEAL; CARVALHO, 2012).

Richard Miskolci (2009) aborda a virada epistemológica proposta pela *Teoria Queer*. Segundo o autor, o estudo emergiu nos Estados Unidos ao final da década de 1980, fazendo oposição crítica aos estudos sociológicos desenvolvidos até então acerca das minorias sexuais e de gênero. Miskolci (2009, p. 151) explica que a Teoria *Queer* e a Sociologia compreendem a sexualidade como construção social e histórica, superando visões deterministas. “O

estranhamento *queer* com relação à teoria social deriva do fato de que, ao menos até a década de 1990, as ciências sociais travavam a ordem social como sinônimo de heterossexualidade” (MISKOLCI, 2009, p. 151). Neste sentido, uma das principais críticas propostas por esta teoria era o pressuposto heterossexista do pensamento sociológico, presente até mesmo nas pesquisas sobre sexualidades não-hegemônicas. “A despeito de suas boas intenções, os estudos sobre minorias terminavam por manter e naturalizar a norma heterossexual” (MISKOLCI, 2009, p. 151). A Teoria *Queer* questiona tudo o que é dado como certo, definido e limitado.

A partir das reflexões apresentadas, entendemos que diversas tensões perpassam a compreensão do conceito de homofobia, de modo que foram superadas as concepções que limitam o conceito como expressão fóbica/patológica. Bem mais do que isso, se trata de uma construção social naturalizada a partir da prevalência de uma ordem que institui padrões que devem ser seguidos à risca; tal lógica relega à subalternidade e à invisibilidade aqueles/as que caminham na contramão do que é estabelecido como “normal”, o que confere a algumas expressões da sexualidade a alcunha de “desviantes”.

Compreendemos que recorrer às concepções binárias para justificar o que se espera de corpos masculinos e femininos seria ignorar o caráter dinâmico e fluido que perpassa as construções sociais e que impactam na construção das identidades sexuais. Isso posto, é possível situar a violência homofóbica nesses processos culturais de violência que, de forma gradual, porém reiteradamente, são naturalizados e legitimados nos discursos, construindo visões binárias e formulando segregações; discursos estes que buscam impor, de todo modo, o que é ou não natural. Louro (2019, p. 12), nos auxilia a ressignificar a compreensão sobre os corpos, tendo em vista que, como seres históricos, constantemente produzimos e transformamos a natureza e a biologia:

Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. A possibilidade da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2019, p. 12).

As redes de poder<sup>28</sup> as quais a autora se refere são constituídas para determinar as normas sociais, definindo o que é e o que não é normal. Parafraseando Michel Foucault, Louro (2019) afirma que a sexualidade é um dispositivo<sup>29</sup> histórico e, portanto, uma invenção social constituída historicamente a partir de múltiplos discursos sobre o sexo; discursos voltados a regular, normatizar e instaurar saberes que produzam “verdades”<sup>30</sup>.

Na lógica que pressupõe normatizações, alguns grupos sociais ocupam as posições centrais no que tange à gênero, sexualidade, raça, classe, religião, etc., de modo que seus discursos e estilos de vida serão dados como única verdade ou via possível; tais grupos hegemônicos, ademais, representam não apenas a si mesmos, mas servem como referencial aos demais grupos, estes, porém, relegados às margens no tocante à representatividade. “[...] Apresentam como padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) as manifestações dos demais grupos. Por tudo isso, podemos afirmar que as identidades sociais e culturais são políticas” (LOURO, 2019, p. 19).

Desta feita, é necessário pensar que as estruturas sociais são embasadas em construtos impregnados de interesses, que visam assegurar um padrão branco, masculino, heterossexual e cristão. Grupos que destoam dessas lógicas são estrategicamente condicionados à subalternidade e à invisibilidade, tendo, sobretudo, seus direitos de acesso à cidadania tolhidos. Louro (2018; 2019) indica que as práticas e linguagens constituem sujeitos femininos e masculinos, impondo-lhes algumas “marcas”. Ou seja, tanto homens quanto mulheres seguem cânones que parecem ter sido fixados em suas histórias pessoais<sup>31</sup> (LOURO, 2019). Essas normas, entretanto, muitas vezes não se apresentam com evidência,

---

<sup>28</sup> Weeks (2019, p. 64) explica a concepção foucaultiana de poder. Em “Vigiar e Punir”, Foucault argumenta que o poder não deve atuar como uma força negativa, que atua com imposições (“não deverás”), mas, pelo contrário, deve atuar como uma força positiva, direcionada à administração e ao cultivo da vida (“você deve fazer isto ou aquilo). Portanto, Foucault apresenta o conceito de biopoder, que confere à sexualidade um papel crucial. “O sexo é o pivô ao redor do qual toda a tecnologia da vida se desenvolve: o sexo é um meio de acesso tanto à vida do corpo quanto à vida da espécie; isto é, ele oferece um meio de regulação tanto dos corpos individuais quanto do comportamento da população (o “corpo político”) como um todo” (WEEKS, 2019, p. 64).

<sup>29</sup> Segundo Foucault (1993, p. 244) apud Louro (2019, p. 13), dispositivo é “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas [...] o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que não se pode estabelecer entre esses elementos”.

<sup>30</sup> Ao encontro desses argumentos, Preciado (2011, p. 11) discute sobre a dominação imposta pela sexopolítica no capitalismo contemporâneo e explica que o sexo, entendido como as práticas sexuais, os órgãos sexuais e os códigos de masculinidade e feminilidade passam a ser considerados como inerentes às estruturas de poder, de modo que os discursos sobre o sexo se convertem em agentes de controle da vida e dos corpos.

<sup>31</sup> Nessa mesma linha de raciocínio, Weeks (2019, p. 53) argumenta que só podemos compreender as atitudes em relação ao corpo e à sexualidade a partir de contextos históricos específicos, de modo a explorar as diversas relações de poder que modelam o que é visto como comportamento normal, anormal, aceitável ou inaceitável.

pois já estão impregnadas no comportamento social; são acordos tácitos que estabelecem o que é e o que não é legítimo e aceitável.

Tal como ocorre no processo de violência cultural, explicado nos primeiros capítulos deste estudo, essas normatizações são transmitidas sutilmente, até alcançarem o patamar de verdades incontestáveis. O estabelecimento das “marcas” femininas e masculinas contam com a anuência de instituições que as reproduzem e as colocam em prática, tais como família, escola, mídia, igreja, lei, direito, medicina, etc. (LOURO, 2019). Todas elas participam efetivamente deste processo de construção das identidades sexuais e moldam seus discursos para corresponder a este fim. Essas instâncias sociais “realizam uma pedagogia, fazem um investimento que, frequentemente, aparece de forma articulada reiterando identidades e práticas hegemônicas, enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades” (LOURO, 2019, p. 30).

Considerando as múltiplas visões sobre o comportamento homofóbico, chama a atenção a relação entre a homofobia e a negação dos direitos humanos, fator comumente observado em outros grupos sociais também em situação de subalternidade e silenciamentos. Com efeito, é latente a existência de relações dicotômicas, nas quais se observa a supremacia de um grupo e a subserviência de outro. No contexto da presente pesquisa, o aparente desnível de representatividade pode justificar alguns silenciamentos relacionados à visibilidade de grupos considerados subalternos nas páginas dos jornais, sobretudo quando tais grupos são vítimas de violências. Por abordar a questão das coberturas jornalísticas sobre a violência praticada contra pessoas LGBTQ+, é preciso ampliar a visão crítica acerca das estruturas de poder edificadas no decorrer do processo de formação sociocultural, que privilegiam o padrão masculino, branco e heterossexual. Não de forma impositiva, mas um poder que estabelece padrões vistos como ideais.

O peso dos efeitos da violência cultural é notório; a falta de contraponto e o silenciamento diante das visões de mundo sexistas e homofóbicas (e também racistas, machistas e classistas), culmina em uma sutil cumplicidade com as práticas de exclusão. A violência exercida contra homossexuais resulta de um conjunto de crenças transmitidas, na maioria das vezes, de forma sutil, que reforça a condição subalterna das relações não-heterossexuais. O rompimento com estruturas enraizadas se torna um grande desafio, principalmente quando se tratam de dispositivos que visam controlar corpos e desejos.

Ainda nesta perspectiva teórica, formulada a fim de verificar os entremeios da homofobia, Junqueira (2009, p. 373) reflete sobre os processos de produção de diferenças culturais. Segundo o autor, o território a partir do qual se estrutura a homofobia é o mesmo em

que são estruturadas as disputas em que se definem socialmente o masculino e o feminino (JUNQUEIRA, 2009).

Para Louro (2019), as normas estabelecem o “outro” como aquele/a que não partilha dos mesmos atributos que imperam na lógica dominante; assim, são reforçadas as fronteiras entre quem representa a norma - em sintonia com seus padrões socioculturais - e quem fica à margem dela.

Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão, e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão “os outros” sujeitos sociais que se tornarão “marcados”, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como “o segundo sexo”, e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual (LOURO, 2019, p. 18).

A despeito do estabelecimento da norma, as instituições e os indivíduos necessitam do contraditório, isto é, do “outro” para se firmarem e se sustentarem. É necessário que exista a identidade subjugada para que a identidade “hegemônica” possa gozar de tal título. Com efeito, a própria heterossexualidade é alimentada pela rejeição à homossexualidade, sendo que esta rejeição se expressa por homofobia. Por outro lado, ao passo que as diversas identidades passam a ocupar o espaço público e lutar por visibilidade, elas evidenciam a instabilidade, as contradições e a fluidez das identidades sexuais (LOURO, 2019). Como destacam Leal e Carvalho (2012, p. 68), “discursos contrários àqueles que visam o estabelecimento de normas têm sido constantemente produzidos, promovendo subversões importantes nas lógicas deterministas que buscam orientar e regular as experiências sexuais e afetivas”.

As normas de gênero (BUTLER, 2019) operam de modo a fazer com que o sexismo e a homofobia atendam a lógica binária das expressões sexuais; nesta perspectiva, a homofobia se torna guardiã das fronteiras sexuais (hetero x homo) e de gênero (masculino x feminino) (BORRILLO, 2016; JUNQUEIRA, 2009).

Eis porque os homossexuais deixaram de ser as únicas vítimas da violência homofóbica, que acaba visando, igualmente, todos aqueles que não aderem à ordem clássica dos gêneros: travestis, transsexuais, bissexuais, mulheres heterossexuais dotadas de forte personalidade, homens heterossexuais delicados os que manifestem grande sensibilidade... (BORRILLO, 2016, p. 16).

A noção binária da sexualidade faz valer um conjunto de crenças, valores e expectativas relacionadas ao que se espera dos homens e das mulheres, o que, segundo

Junqueira (2009), contribui para edificar hierarquias opressivas e mecanismos reguladores. O sistema binário, portanto, formula a crença de que “a determinado sexo deva corresponder, de modo biunívoco, um determinado gênero, o qual, por sua vez, implicaria um determinado direcionamento do desejo sexual” (JUNQUEIRA, 2009, p. 376). Quem destoa de tais normativas, sofre drásticas consequências, com custos que ultrapassam o “não-reconhecimento cultural” (LOURO, 2018, p. 81). No bojo dessas determinações, todas as formas de expressão da sexualidade não heterossexuais são consideradas incompletas e desviantes.

Entendemos que a violência homofóbica resulta de lógicas sexistas e dos padrões de gênero e sexualidade que moldam os corpos, os desejos e os comportamentos sociais a partir de referenciais cis-heteronormativos, pressupondo que a heterossexualidade é a única expressão de gênero legítima. Como argumenta Junqueira (2007, p. 7),

a matriz a partir da qual se constroem preconceitos e se desencadeiam discriminações homofóbicas é a mesma em que se estrutura o campo de disputas nas quais se definem socialmente o masculino (e as masculinidades), o feminino (e as feminilidades), como também o neutro, o ambíguo, o fronteiro ou o semovente.

As fronteiras relacionadas ao conceito de homofobia também denunciam uma forte tendência à masculinidade<sup>32</sup> e muitas vezes reproduzem os próprios comportamentos que denunciam, tal como o rebaixamento do feminino. O preconceito contra as mulheres homossexuais, de fato, figura entre as formas menos perceptíveis de homofobia (PRADO; JUNQUEIRA, 2011). Conforme alerta Junqueira (2007), a homofobia ainda é percebida como um fenômeno relacionado exclusivamente aos homossexuais masculinos, sobretudo pelo fato de que o radical *homo*, na língua latina, significa “homem”, ao contrário do grego, cujo significado é “semelhante”, o que pode influenciar equívocos interpretativos e ambiguidades.

Green (2000), em estudo sobre a homossexualidade masculina no Brasil do século XX, explica que antes da formação de movimentos políticos firmados por gays e lésbicas com a intenção de desmitificar estereótipos, uma considerável parcela de brasileiros confundia a homossexualidade masculina com efeminação. O autor explica, à luz de antropólogos, que essa correlação resulta do sistema de gêneros brasileiro, estruturado de forma hierárquica. Nessa lógica, os homens que têm experiências homoeróticas são divididos em “homem”

---

<sup>32</sup> Diante das limitações do conceito, Junqueira (2007) salienta que grupos de lésbicas e transgêneros utilizam os termos “lesbofobia” e “transfobia”, respectivamente, com o objetivo de alertar para suas especificidades e conferir maior visibilidade às suas lutas. A utilização destes termos também vale como denúncia a uma suposta prevalência masculina no conceito de homofobia.

(verdadeiro) e o “bicha”. “Essa oposição binária espelha as categorias de gênero predominantes e definidas heterossexualmente, o *homem* e a *mulher*, nas quais o homem é considerado o participante ‘ativo’ numa relação sexual e a mulher, por ser penetrada, o elemento ‘passivo’” (GREEN, 2000, p. 28, com destaque do autor).

As expressões de homofobia também revelam as estratificações, centralidades e margens inerentes ao próprio grupo subjugado. A homofobia sofrida por homens negros, afeminados e periféricos, por exemplo, é diferente da homofobia sofrida por homens brancos, de classe social privilegiada. Não cabe, no contexto deste estudo, analisar as mitificações construídas a partir de um ideal de virilidade do homem negro, todavia, tal ideário se revela quando vemos as nuances nas expressões da própria homofobia.

Outro ponto a ser considerado e ampliado em posteriores estudos sobre a violência homofóbica é a questão da passabilidade. Gays afeminados e travestis, por exemplo, estão mais suscetíveis a sofrer violência quando comparados aos considerados “discretos” ou “enrustidos”; tal constatação talvez possa ser explicada à luz das determinações que conferem superioridade ao sexo masculino em detrimento do feminino. Um homem afeminado, nesta lógica, desestabiliza o *status quo* masculino e, por isso mesmo, gera incômodo naqueles que se empenham em assegurar tal condição.

De modo geral, salvo raras exceções, o/a homossexual admitido/a é aquele ou aquela que disfarça sua condição, “o/a enrustido/a”. De acordo com a concepção liberal de que a sexualidade é uma questão absolutamente privada, alguns se permitem aceitar “outras” identidades ou práticas sexuais desde que permaneçam no segredo e sejam vividas apenas na intimidade (LOURO, 2019, p. 36).

Ao apresentarmos perspectivas sobre o conceito de homofobia, compreendemos que se trata de um preconceito com dimensões socioculturais, construído discursivamente com o objetivo de assegurar uma ordem heterossexual. Como acentua Junqueira (2009), os conceitos de homofobia e heteronormatividade, embora distintos, contribuem para a compreensão de diferentes dimensões de processos conexos.

### **3.3 Homofobia e Heteronormatividade**

Como mencionado anteriormente, refletir sobre a homofobia como construção social nos coloca diante do desafio de lançar um olhar crítico sobre os pressupostos que determinam o que é considerado normal ou anormal. Dentre as perspectivas que versam sobre o

preconceito conta pessoas LGBT+, consideramos os apontamentos que indicam a heterossexualidade como a norma regedora dos corpos e desejos. Existem estratégias culturais e políticas elaboradas para assegurar o lugar privilegiado da heterossexualidade; alguns construtos sociais são moldados a partir do pressuposto binário, que considera exclusivamente os sexos masculino e feminino e, por consequência, relações sexuais sustentadas apenas com finalidade de reprodução.

A concepção binária foi sustentada no decorrer da história, de modo que a maioria das sociedades estabeleceu a díade masculino/feminino como uma divisão primordial para marcar os corpos (LOURO, 2018). Isso inclui uma série de expectativas direcionadas aos comportamentos de homens e mulheres, condicionados a articularem suas vidas a partir de uma série de convenções. Contudo, como sinaliza Louro (2018), não é possível pensar as identidades de gênero e sexuais como elementos estanques e imutáveis, condicionados a esta concepção dualística. A autora afirma que a identidade sexual deve ser pensada como instância articulada historicamente e, portanto, possui um caráter transitório, correspondente ao sistema de crenças com o qual operamos. Com efeito, o aspecto dinâmico e fluido da história influencia o modo como a distinção masculino/feminino é compreendida.

Um marco importante destacado por Louro (2018) é o final do século XIX, quando ocorreu uma guinada epistemológica no entendimento sobre a sexualidade humana. Até então, persistia a concepção de que existiam apenas dois sexos (masculino e feminino), cuja relação se dava de forma hierarquizada, sendo a masculinidade a base dessa relação. Segundo Laqueur (1990) apud Louro (2018), os corpos de homens e mulheres se distinguiam por graus de perfeição; prevalecia a ideia de que as mulheres possuíam, no interior de seus corpos, os mesmos órgãos genitais que os homens tinham externamente. “As mulheres eram essencialmente homens nos quais uma falta de calor vital – de perfeição – havia resultado na retenção, interna, de estruturas que nos machos eram visíveis” (LAQUEUR, 1990 apud LOURO, 2018, p. 71).

Mudanças políticas e epistemológicas, no entanto, contribuíram para ressignificar essa compreensão<sup>33</sup>. Ao final do século XIX, médicos, filósofos e diversos pensadores propuseram (re)definições e (re)classificações sobre os corpos de homens e mulheres. Segundo Louro

---

<sup>33</sup> Segundo Weeks (2019), na medida em que a sociedade se tornou mais preocupada com as vidas de seus membros, ela também se tornou mais preocupada com o disciplinamento dos corpos e com a vida sexual dos indivíduos. Havia a necessidade de garantir uniformidade moral, prosperidade econômica, segurança nacional, higiene e saúde. “Isso deu lugar a métodos intrincados de administração e de gerenciamento; a um florescimento de ansiedades morais, médicas, higiênicas, legais; e a intervenções voltadas ao bem-estar ou ao escrutínio científico, todas planejadas para compreender o eu através da compreensão e da regulação do comportamento sexual” (WEEKS, 2019, p. 65).

(2018), este olhar “autorizado”, predominantemente branco e masculino, estabeleceu as diferenças entre os sujeitos e suas práticas sexuais, buscando classificar, conhecer, explicar, regradar e disciplinar as expressões da sexualidade dos indivíduos. Tais regramentos se dão com a profusão de discursos impregnados de uma suposta autoridade científica; discursos combinados ou confrontados com os de outras instâncias como a igreja, a moral e a lei, empenhados para sustentar padrões de sexualidade (LOURO, 2018).

O homossexual (e a homossexualidade) como categoria surge nesse contexto. Louro (2009) explica que as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo sempre existiram, porém, a partir do advento da sexologia<sup>34</sup>, ao final do século XIX, ganham uma nova conotação, superando as concepções que enxergavam a homossexualidade como desvio, acidente ou pecado, passível de punições. A partir desse marco a homossexualidade passa a ser entendida como a expressão de uma verdade oculta dos sujeitos. “O homossexual não era simplesmente um sujeito qualquer que caiu em pecado, ele se constituía num sujeito de outra *espécie*” (LOURO, 2009, p. 88, com destaque da autora). Todavia, tal compreensão acerca da categoria acabou por legitimar a execução de ações punitivas ou recuperadoras, praticadas por instâncias como religião, educação, lei etc. Práticas que se revelam em seus variados discursos.

Ademais, como também afirma Louro (2009; 2018), a partir da classificação de homossexualidade como conduta desviante, surge a necessidade de classificar a prática e os sujeitos que haviam servido como referência. Assim, a heterossexualidade é elaborada como conceito para classificar o que, até então, não precisava ser identificado, dado seu caráter “normal” e inquestionável.

Estabelecia-se, a partir daí, o par heterossexualidade/homossexualidade (e heterossexual/homossexual), como oposição fundamental, decisiva e definidora de práticas e sujeitos. Entendia-se o primeiro elemento como primordial e o segundo como subordinado, numa oposição que, segundo teóricos contemporâneos, encontra-se onipresente na sociedade, marcando saberes, instituições, práticas, valores (LOURO, 2009, 89).

A perspectiva pós-estruturalista defendida por Louro (2009) questiona a aparente solidez do par binário (hetero/homo), visto que tais elementos estão implicados mutuamente,

---

<sup>34</sup> Em seu estudo sobre as masculinidades e relação com a homofobia, Wezer-Lang (2001, p. 467) afirma que a sexologia, bem como a definição dos indivíduos através do desejo sexual (e não mais do aspecto fisiológico) contribuiu para impor nos homens um quadro heterossexual tido como forma natural da sexualidade. “Assimilando a sexualidade, e seu bloco de jogos, de desejos, de prazeres da reprodução humana, o paradigma heterossexual se impôs como linha de conduta para os homens”.

sendo que, para se afirmarem, dependem um do outro. A heterossexualidade, embora tenha primazia nos discursos e comportamentos sociais, é tida como referencial somente depois da instituição da categoria homossexual. Por isso, quando os sujeitos se definem como heterossexuais, indiretamente recorrem a algumas marcas atribuídas aos homossexuais, de modo a evidenciarem o que não são. O mesmo movimento ocorre com os sujeitos homossexuais (LOURO, 2009). Percebemos, desse modo, que a heterossexualidade é construída a partir de um esforço contínuo de negar a homossexualidade. “Homo/hetero, como homem/mulher, são os pares de oposição que só adquirem sentido quando tomados juntos” (WEZER-LANG, 2001, p. 467).

Essas definições enaltecem uma lógica que define a tríade sexo-gênero-sexualidade como pressuposto de que determinado sexo deva corresponder a um determinado gênero e este, por sua vez, indica o desejo, dirigido ao sexo oposto, considerando a concepção binária (LOURO, 2018). Essas três categorias, porém, não correspondem a uma sequência estanque ou imutável; segundo Louro (2018), tal ordem pode ser negada, desviada e subvertida pelos próprios sujeitos. Como impor classificações, por exemplo, às mulheres trans que demonstram desejo sexual por mulheres cis?

Existem diversos mecanismos que visam assegurar o funcionamento da sequência da tríade sexo-gênero-sexualidade. O estabelecimento da heterossexualidade como pressuposto é um desses investimentos. “A concepção binária do sexo, tomado como um “dado” que independe da cultura, impõe, portanto, limites à concepção de gênero e torna a heterossexualidade o destino inexorável, a forma compulsória da sexualidade” (LOURO, 2018, p. 75)”. Ideia semelhante é apontada por Borrillo (2016, p. 92).

A distinção entre os sexos constitui um mecanismo político de ação e reprodução social que permite a legitimação tácita das desigualdades. [...] De algum modo, somos reféns de um sistema cultural que nos impele à adesão cega a uma lógica binária em matéria de gênero e de sexualidade: cada um de nós é homem ou mulher, homossexual ou heterossexual; além disso, quando se é homem, deve-se ser masculino e sentir atração por mulheres femininas, e vice-versa.

Há intensas violências neste processo de manutenção de uma ordem heterossexual; e tais violências muitas vezes se apresentam de formas sutis. Quem destoa dos comportamentos considerados “naturais”, sofre diversas “punições” sociais, sendo a mais expressiva o cerceamento de direitos e a falta de representatividade. Existem esforços estrategicamente formulados para invisibilizar as relações afetivas não heterossexuais. A insistência em uma

ordem de moral sexual atravessa os direitos e impõe limites a toda e qualquer expressão adversa à dominante. Conforme Louro (2018, p. 76), as normas controlam os corpos e definem “limites de sanidade, legitimidade, moralidade ou coerência”.

Denomina-se como heteronormatividade o sistema a partir do qual a heterossexualidade é instituída como única via natural de expressão da identidade sexual (JUNQUEIRA, 2009). Esta lógica tende a denegar todas as demais expressões e, desse modo, os conceitos de homofobia e heteronormatividade se convergem<sup>35</sup>. Junqueira (2007, p. 9) observa que, por meio da heteronormatividade,

a heterossexualidade (e acrescente-se: pensada invariavelmente no singular, embora seja um fenômeno plural) é instituída e vivenciada como única possibilidade legítima (e natural) de expressão identitária e sexual. As homossexualidades tornam-se: desvio, crime, aberração, doença, perversão, imoralidade, pecado. Mesmo que distintos, homofobia e heteronormatividade são conceitos próximos, convergentes e, não raro, sobrepostos.

O entendimento sobre a existência de uma forma “normal” de viver a sexualidade sustenta outras crenças relacionadas à noção de normalidade. Como o ideal de família, por exemplo, amparado na ideia da reprodução sexual como pressuposto para a continuidade da espécie humana e, portanto, em um modelo familiar assegurado pela heterossexualidade (LOURO, 2018); isso exclui as formações familiares que não provenham dessa concepção. Para Borrillo (2016, p. 112), “a simples pressuposição da heterossexualidade constitui, por si só, uma violência simbólica cotidiana contra aqueles que não compartilham esse sentimento, supostamente, comum”.

São diversas as estratégias que visam assegurar os privilégios da heterossexualidade, sobretudo por meio da presunção de que os seres humanos nascem como macho ou fêmea e que, por isso, existe somente o desejo sexual entre sujeitos de sexos e gêneros opostos. Essas estratégias são levadas a cabo por instâncias sociais diversas, que moldam seus discursos a partir do pressuposto da heterossexualidade.

O sistema heteronormativo se apresenta naturalmente em diversos discursos sociais. Alguns exemplos: produtos culturais que enaltecem as relações afetivas entre homens e mulheres; publicidades com enfoque na atração erótica pelo sexo oposto; orientações educacionais sobre o uso de contraceptivos, referenciando somente as práticas heterossexuais;

---

<sup>35</sup> Daniel Wezer-LANG (2001, p. 467) define o conceito de heterossexismo como “a promoção incessante, pelas instituições e/ou indivíduos, da superioridade da heterossexualidade e da subordinação, simulada da homossexualidade. O heterossexismo toma como dado que todo mundo é heterossexual, salvo opinião em contrário”.

o rito matrimonial embasado exclusivamente na união entre pessoas de sexos opostos; enfim, a sociedade tem como base um pressuposto heterossexual (BORRILLO, 2016). Nesse contexto demarcado pela presunção da heterossexualidade, as expressões de afeto entre pessoas do mesmo sexo nos espaços públicos são vistas com estranheza, como destaca Borrillo (2016, p. 113):

A apropriação do espaço público é o sinal da desigualdade cotidiana em função da qual os homossexuais não podem manifestar abertamente sua afeição, e – quando chegam a superar esse olhar reprovador – eles não podem deixar de pensar que, no fundo, sua atitude é provocadora, militante ou exibicionista.

A heterossexualidade presumida (JUNQUEIRA, 2009) delineou a organização das estruturas sociais e impôs uma ideia de moralidade inata à condição heterossexual; vemos, inclusive, estes pensamentos sendo utilizados como estratégia política, para assegurar ideologias de grupos conservadores. O modelo de formação familiar e o ideal de casamento, por exemplo, são sustentados por alicerces heteronormativos, ainda que os protagonistas desses processos sejam pessoas LGBT+; ou seja, essas estruturas foram edificadas a partir de uma aparente naturalidade heterossexual. Como aponta Miskolci, ninguém nasce heterossexual, mas a sociedade condiciona todos a vivenciarem esta expressão. “Vivemos em uma época em que a heterossexualidade é o meio privilegiado de socialização e apenas neste regime de verdade as pessoas são reconhecidas, aceitas e inseridas nas principais instituições sociais” (MISKOLCI, 2007, p. 57).

As estratégias de dominação presentes na predominância heterossexual também são debatidas por Butler (2019). Em “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, a autora discute sobre o que chama de “heterossexualização do desejo”, que impõe abismos entre as noções de feminino e masculino. Para Butler (2019), as normatizações culminam na inexistência ou falta de legitimidade de algumas identidades de gênero<sup>36</sup>. A autora critica a sociedade sustentada pelo ideal da masculinidade como elemento central.

A heteronormatividade domina o senso comum e impõe padrões. Trata-se de uma estratégia política de gestão de corpos e desejos (WELZER-LANG, 2001). A supremacia heterossexual acarreta o não-reconhecimento social e cultural e o silenciamento das

---

<sup>36</sup> Expressão problematizada por Butler (2019) e envolta em complexidades. Em suma, a identidade sexual é construída socialmente. Diante de um contexto demarcado por relações de poder dicotômicas, as identidades sexuais também são formuladas a partir das normas estabelecidas como mecanismos de controle. Segundo Butler (2019, p. 56), o gênero é “um conjunto de atributos flutuantes [...] produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero”. Para a autora, a identidade de gênero é performativamente constituída no âmbito social, a partir das próprias normas que regulam as identidades.

sexualidades consideradas dissidentes. Larissa Pelúcio e Richard Miskolci (2009) apontam a condição privilegiada da heterossexualidade no contexto em que esta expressão de gênero ocupa centralidade:

Esses privilégios vêm materializados nos discursos jurídicos, médicos, educativos, midiáticos, nas produções culturais, como filmes e romances, estabelecendo hierarquias que não se pautam explicitamente pela sexualidade ou só por ela, mas que regulam as relações sociais a partir do pressuposto da heterossexualidade como um estado natural e moralmente desejável (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009, p. 142).

O caráter heteronormativo da sociedade impõe limites comportamentais tanto às mulheres quanto aos homens, que se veem pressionados a cumprirem as exigências das normatizações de gênero. Na lógica que impõe às masculinidades o status de força, virilidade e liderança, certamente os homens que não seguem o “padrão” são alvos de retaliações. Por outro lado, essa lógica também influencia no preconceito para com as mulheres que destoam dos “padrões” de feminilidade e “delicadeza”, por exemplo.

Como aponta Junqueira (2009), a heteronormatividade, sem se dissociar do conceito de homofobia, amplia as possibilidades de destacar os nexos existentes entre as diversas relações de poder, além dos eixos que constroem e legitimam a hierarquização de comportamentos, identidades, estilos de vida, etc. Para o autor, a heteronormatividade se vincula a “outros regimes e arsenais normativos, normalizadores e estruturantes que agem nesses mesmos terrenos, tais como: racismo, sexismo, misoginia, xenofobia, classismo, entre outros” (JUNQUEIRA, 2009, p. 377).

Com base nas discussões apresentadas neste tópico, apontamos relações entre a homofobia e a heteronormatividade. Uma relação intrincada, sendo que os conceitos muitas vezes se agregam e se sobrepõem, como sinalizado por Junqueira (2009). Consideramos, porém, que as estruturas sociais marcadas pelo pressuposto heterossexual reproduzem discursos que subalternizam as expressões da sexualidade que escapam dessa lógica. No que interessa ao nosso estudo, a representatividade das pessoas não heterossexuais nos canais midiáticos, especialmente no jornalismo, muitas vezes pode ser elaborada a partir de lentes permeadas por vieses heteronormativos, sobretudo quando se tratam de narrativas acerca de violência.

As discussões apresentadas revelam o potencial da heteronormatividade como instância reguladora dos corpos e subjetividades. Esta condição determina de forma contundente os comportamentos das pessoas, além de moldar os discursos sociais. É no

espaço da heteronormatividade que ocorre o pânico moral externalizado por grupos conservadores, que veem nas homossexualidades e nos feminismos uma ameaça de dissolução moral (PELÚCIO, 2020).

Um exemplo atual de como a heteronormatividade contribui para a formulação de discursos depreciativos é a divulgação de campanhas contra a chamada “ideologia de gênero”, que tem total relação com a homofobia e as violências de gênero, pois legitimam o ideal de que não deve haver nenhuma outra manifestação sexual que não seja a heterossexual. No campo dessa suposta “ideologia”, não existem brechas para discussões sobre gênero e sexualidade e quaisquer tentativas de uma educação para a sexualidade logo são rechaçadas em protestos capitaneados por grupos conservadores, que sustentam o argumento de que debates do tipo colocariam em xeque os valores das famílias “tradicionais”, isto é, heterossexuais e procriativas (PELÚCIO, 2020).

No campo minado da “ideologia de gênero” é construída a narrativa de que os debates sobre a sexualidade resultam de visões ideológicas que poderiam romper os alicerces da tradição heteronormativa, que impõe padrões a serem seguidos por homens e mulheres; desta forma, o conceito gênero passou a ser considerado um tema monstruoso diante de um acordo firmado entre Religião e Estado, cujos discursos alcançam pessoas fragilizadas econômica, social e intelectualmente (TIBURI, 2015).

Como explica Bulgarelli (2018), a popularização desta expressão fez com que até mesmo professores/as que trabalham temáticas sobre sexualidade enfrentassem reações hostis por parte de pais e direções escolares. “Essa postura persecutória facilita o trabalho de desconstrução e transformação do gênero em uma categoria diabólica, a chamada ‘ideologia de gênero’, tornando-se facilmente desqualificável” (BULGARELLI, 2018, p. 102). O discurso da ideologia de gênero também foi apropriado (e fortalecido) por grupos políticos de viés conservador, que o julgam como um mal a ser enfrentado para garantir a prevalência da família tradicional, entendida como formação heterossexual. Paradoxalmente, o ataque desferido contra o que chamam de ideologia é carregado de discursos e posicionamentos ideológicos, muitas vezes amparados no fundamentalismo religioso.

Márcia Tiburi (2015), na obra “Como conversar com um fascista”, discute a falácia da “ideologia de gênero”. A estudiosa salienta que a inversão do conceito de gênero desencadeia a crença de que existe uma temida imposição homossexual; esta falácia é erigida em um contexto no qual impera a lógica cis-heteronormativa, com suas necessidades de prevalência. Este pensamento limitante contribui com o fortalecimento de posicionamentos depreciativos contra pessoas não-heterossexuais, gerando violências que têm início nas formas discursivas.

Apaga-se com isso a libertação simbólica das formas de vida gay e trans contra um paradigma heterossexual opressor em que a heterossexualidade também funciona como privilégio. Neste quadro, vemos a palavra gênero banida do cenário como se ela, por si só, fosse algo demoníaco. Quando, na verdade, é o seu banimento que mantém a promoção do preconceito e da violência, eles sim demoníacos (TIBURI, 2015, p. 61).

A relação entre “ideologia de gênero” e homofobia é notória quando se analisa como esta noção foi estabelecida no Brasil. Miskolci e Campana (2017) explicam que em 2011 o STF (Supremo Tribunal Federal) legitimou a união entre pessoas do mesmo sexo. No mesmo período, chamou atenção a decisão do Supremo sobre o material didático desenvolvido pelo programa “Escola sem homofobia”, equivocadamente denominado por alguns setores políticos como “kit gay”, que seria distribuído em escolas públicas com a finalidade de educar os estudantes sobre o respeito para com a diversidade sexual. Mas, diante de forte oposição, o projeto foi vetado pelo governo federal em exercício. Entende-se, assim, que a questão da moralidade sexual, masculina e heteronormativa encontra terreno fértil na chamada “ideologia de gênero”; especialmente homossexuais e feministas são rechaçados/as por grupos que afirmam combater o que chamam de ideologia. Como concluem Miskolci e Campana (2017, p. 743):

[...] os empreendedores morais contra a “ideologia de gênero” são grupos de interesse conservadores que buscam distanciar os movimentos feminista e LGBT, e mesmo seus simpatizantes, das definições de políticas públicas e tomar o controle sobre elas. Sobretudo, dentro do recente campo discursivo de ação reconstituído neste artigo, buscam delimitar o Estado como espaço masculino e heterossexual, portanto refratário às demandas de emancipação feminina e de expansão de direitos e cidadania àqueles e àquelas que consideram ameaçar sua concepção de mundo tradicional.

A “ideologia de gênero” é mais uma estratégia de legitimação e fortalecimento de uma lógica excludente. Uma narrativa elaborada para endossar o caráter heterossexual e masculino da sociedade, como estratégia de manutenção de posições de poder e privilégios.

### **3.4 Homofobia e interseccionalidade**

Por ser a expressão de uma estrutura de poder hierarquizada e permeada por fronteiras, segregações e desigualdades, a exemplo do que ocorre em uma sociedade heteronormativa, uma abordagem possível acerca da homofobia é conectá-la a outros marcadores sociais da

desigualdade. Neste ponto o campo da interseccionalidade nos auxilia a aprimorar as lentes com as quais lemos essas estruturas.

O anseio por investigar e compreender as diferenças é o que rege o campo da interseccionalidade. Consideravelmente recente, esta categoria crítica tem atraído a atenção principalmente dos estudos feministas e das teorias de gênero contemporâneas, de modo que indica teorizações acerca dos múltiplos marcadores de diferenças que se articulam ao gênero e permeiam aspectos sociais (HENNING, 2015). Segundo Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), o conceito de interseccionalidade, embora tenha sido cunhado em 1989 pela teórica feminista Kimberlé Crenshaw, passou a ser amplamente adotado como ferramenta analítica na academia, na militância política e nos diversos ativismos a partir dos primeiros anos do século XXI, com o principal objetivo de, não apenas compreender, mas problematizar as estruturas marcadas por desigualdades.

É importante pontuar, com base em Henning (2015), que as formulações relacionadas aos entrecruzamentos de diferenciações sociais ganham fôlego no final de 1970, principalmente a partir do empenho dos feminismos negros do período, que influenciaram de modo considerável as feministas acadêmicas a partir de um ativismo extra-acadêmico. Segundo o autor, as preocupações acerca das articulações de diferenças não provinham necessariamente de campos acadêmicos, mas também de ativistas femininas negras e lésbicas, cuja atuação se direcionava em “compreender o entrelaçamento de marcas de diferenças na construção (ou não) de desigualdades” (HENNING, 2015, p. 107). O autor também afirma que parte dos trabalhos contemporâneos tende a secundarizar ou ignorar o papel dos *Black Feminisms* nas reflexões interseccionais nos anos 1970.

Uma definição contundente é apresentada por Henning (2015, p. 100), que traduz os estudos interseccionais como “os modos através dos quais marcadores sociais da diferença como gênero, sexualidade, idade/geração, “raça”, classe social e corporalidades interagem, contextual e conjuntamente, de modo a promover potenciais cenários de desigualdades sociais e hierarquizações”. Por isso, consideramos que as estruturas de dominação que compõem a sociedade são articulações complexas, que não estão isoladas, mas se articulam e se entrelaçam. Assim, o viés da interseccionalidade nos auxilia a enxergar as violências sofridas por grupos subjugados, relacionando-os com outros grupos que também não pertencem às esferas dominantes e, desse modo, podemos empreender em uma leitura crítica dos contextos de violência. Existem estruturas elaboradas social, discursiva e politicamente para reforçar as diferenças e definir quais grupos são ou não legitimados.

Uma análise interseccional revela não apenas como a violência é entendida ou praticada dentro de sistemas fechados de poder, mas também como constitui um fio comum que liga racismo, colonialismo, heteropatriarcado, nacionalismo e capacitismo. Ao questionar como as formas de violência dentro de sistemas separados podem de fato se interconectar e se apoiar mutuamente, a estrutura analítica da interseccionalidade abre novos caminhos de investigação. Como a violência tem sido uma preocupação para feministas, lideranças antirracistas, intelectuais, lideranças comunitárias e profissionais de diversos campos de estudo, a investigação e a práxis interseccionais oferecem uma compreensão mais sólida da violência (COLLINS; BILGE, 2021, p. 79).

Considerando a perspectiva interseccional, não é possível pensar a discriminação contra homossexuais desvinculando-a de outros comportamentos que subalternizam ou negam a existência de determinados grupos, haja vista que a raiz da exclusão provém da ideia de supremacia de alguns (privilegiados) em detrimento de outros. Diante das estruturas de dominação, todo comportamento considerado adverso às normas socialmente estabelecidas é condicionado à subalternidade; o mesmo acontece com aqueles/as que lutam por espaço e legitimidade: são vistos/as como “ameaça” às estruturas preestabelecidas como dominantes.

Os processos que assinalam diferenças entre os gêneros contribuem sobremaneira para a compreensão da discriminação contra pessoas LGBTQ+, pois revelam o epicentro a partir do qual as visões preconceituosas são construídas, sobretudo em um contexto social assumidamente heteronormativo. “Críticas à heteronormatividade na interseccionalidade cria espaço para novas questões sobre as relações de poder e a sexualidade e para entendimentos sobre a resistência às hierarquias sociais” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 64).

É importante ressaltar, como sinalizam Leal e Carvalho (2012), que a homofobia atinge de formas distintas lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais, sendo que o modo como a violência recai sobre algumas dessas pessoas revela as hierarquizações que nascem no interior do próprio grupo que, de tão heterogêneo, promove preconceitos internos. Assim, no próprio marcador social subjugado existem grupos nos quais as marcas da homofobia são mais incisivas. “Assim sendo, a homofobia tem se revelado como a prática do rechaço que se relaciona diretamente com rechaços de outras ordens, notadamente com o sexismo, a misoginia e o racismo” (LEAL; CARVALHO, 2012, p. 82).

As reflexões sobre a homofobia são fortalecidas quando relacionadas a outras realidades de opressão, como as questões de raça, classe, relações de gênero, sexismo, antisemitismo e identidades sexuais (CARVALHO, 2012), apenas para citar alguns marcadores. Segundo Leal e Carvalho (2012), no que tange ao sexismo, a homofobia é formulada por meio das hierarquizações que atribuem papéis sexuais; em uma lógica

heteronormativa, segundo os autores, existe um forte componente misógeno. Neste sentido, a injúria contra gays geralmente se embasa em aspectos misóginos que se manifestam na forma de xingamentos, tais como “mulherzinhas” ou “mariquinhas”, por exemplo, como se o aspecto feminino fosse relacionado à fragilidade. Ademais, a definição dos papéis sexuais também indica a hierarquia entre ativos e passivos, sendo estes últimos vistos como submissos pelo fato de serem penetrados, “à maneira da suposta submissão da mulher nas relações sexuais e afetivas” (LEAL; CARVALHO, 2012, p. 82).

Grande parte das opressões resulta de uma ótica colonialista, edificada no decorrer da história, com profundas marcas de dominação, em que o “outro” é considerado ameaça aos privilégios de uma estrutura (sexual, racial, religiosa etc.) vista como consolidada. Butler (2019, p. 21) complementa:

[...] o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida”.

Borrillo (2016) apresenta um direcionamento contundente sobre a homofobia, equiparando-a a outras formas de manifestações arbitrárias que inferiorizam e depreciam o “outro<sup>37</sup>”, tais como a xenofobia, o racismo e o antissemitismo. Acrescentam-se, também, outras formas de depreciação, como o machismo e as visões sociais classistas, que resultam de concepções de poder e dominação, cuja posse se dá por grupos considerados supremacistas. Nesta lógica, o “outro” é rebaixado e “posicionado a distância, fora do universo comum dos humanos” (BORRILLO, 2016, p. 13).

Carla Akotirene (2020), estudiosa do feminismo negro no Brasil, tece articulações interseccionais como perspectiva voltada a desconstruir as estruturas colonialistas, que tendem a polarizar a sociedade entre “nós” (legitimados) e “outros” (sub-representados).

O padrão global moderno impôs estas alegorias humanas de Outros, diferenciadas na aparência, em que preconceitos de cor, geração e capacidade física, aperfeiçoam opressões antinegros e antimulheres – mercadorias humanas da matriz colonial moderno heteropatriarcal do sistema mundo (AKOTIRENE, 2020, p. 35).

---

<sup>37</sup> O “outro”, em questão, é a forma designada para se referir aos sujeitos que seguem na contramão das esferas sociais dominantes.

Na esteira interseccional, é válido salientar que os contextos de dominação se relacionam à noção de colonialismo. Boaventura de Sousa Santos (2018)<sup>38</sup> problematiza o conceito e explica que as sociedades são demarcadas por estruturas excludentes oriundas do capitalismo, colonialismo e hetero-patriarcado. Santos (2018) destaca as controvérsias existentes em âmbito acadêmico e social no que tange ao colonialismo, pois impera a noção de que as lutas anticolonialistas do século XX colocaram fim ao sistema. Mas, o estudioso ressalta que o colonialismo não acabou, mas apenas mudou de forma, e reitera que o que se pode considerar concluído é o chamado colonialismo histórico, cuja característica seria a ocupação territorial estrangeira; todavia, o modo de dominação colonial revestiu-se de outras formas e revela-se de modo ainda mais cruel. O autor define o colonialismo atual:

Colonialismo é todo o modo de dominação assente na degradação ontológica das populações dominadas por razões etno-raciais. Às populações e aos corpos racializados não é reconhecida a mesma dignidade humana que é atribuída aos que os dominam. São populações e corpos que, apesar de todas as declarações universais dos direitos humanos, são existencialmente considerados sub-humanos, seres inferiores na escala do ser, e as suas vidas pouco valor têm para quem os oprime, sendo, por isso, facilmente descartáveis (SANTOS, 2018, s/p).

Na ótica colonialista, os mecanismos de opressão prevalecem para legitimar o poderio de alguns grupos. Os preconceitos de gênero, por exemplo, se revelam sob a noção da supremacia masculina; as normas de heterossexualidade silenciam as outras expressões sexuais; o racismo e a eugenia pressupõem o domínio de uma raça sobre a outra; a estratificação de classes coloca determinada parcela social à mercê de grupos que detêm o capital etc. Estes são alguns exemplos de como o colonialismo se atualiza em nossas sociedades. Para Santos (2018), as novas formas de colonialismo são ainda mais perversas, justamente por serem mascaradas por ideologias antirracistas, defensoras dos direitos humanos, da igualdade de gênero e da não-discriminação. “Disfarça-se facilmente de outras formas de dominação tais como diferenças de classe e de sexo ou sexualidade mesmo sendo sempre um componente constitutivo delas. Verdadeiramente só é captável em *close-ups*, instantâneos do dia-a-dia” (SANTOS, 2018, s/p). O mesmo ocorre com as manifestações de violência cultural, mascaradas cotidianamente sob o véu de uma aparente normalidade.

Nas estruturas de dominação, o “outro”, desconhecido, é tido como intruso. Deste desconhecimento provém o receio relacionado a elementos que possam desestabilizar

---

<sup>38</sup> Disponível em <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/boaventura-o-colonialismo-e-o-seculo-xxi/>. Acesso em 14 mai. 2020.

estruturas já enraizadas. Como explica Borrillo (2016), as categorias de raça, classe e gênero (sexualidade) organizam a divergência ao naturalizá-la. As diferenças entre os sexos, por exemplo, serviram de justificativa para o tratamento discriminatório sofrido pelas mulheres; no que tange à raça, as diferenciações legitimaram a prática da escravidão. Neste sentido, conforme Borrillo (2016) é possível entender que as lógicas de dominação fabricam diferenças para naturalizar a exclusão de alguns e fortalecer os privilégios de outros. “Disposição de um poder que vai do individual ao social, as categorias evocadas organizam um critério de acesso desigual aos recursos econômicos, políticos, sociais e/ou jurídicos” (BORRILLO, 2016, p. 38). Prevalece a lógica da dominação. No pensamento homofóbico, homossexuais são considerados/as como uma ameaça à prevalência heterossexual, como uma verdadeira disputa por espaço, legitimidade e poder.

Argumento semelhante é apontado por Junqueira (2007; 2009), que afirma que os marcadores relacionados a sexo, gênero e orientação sexual não se constroem separadamente de outros marcadores sociais como raça, etnia, idade etc. Segundo o autor, “tanto estes quanto aqueles não poderiam ser tomados de maneira isolada e sem levar em consideração os contextos de produção de seus significados, os múltiplos nexos que estabelecem entre si e os mútuos efeitos que produzem” (JUNQUEIRA, 2007, p. 11). E complementa:

Assim, é preciso também dedicar particular atenção a processos de construção de identidades étnicas ou racializadas, pois esses tendem a se dar em torno da produção e da circulação de representações sociais naturalizadoras não apenas acerca ou a partir das noções de etnia e de raça, mas também das de corpo, gênero, sexualidade, entre outras. Ou seja, homofobia, sexismo, misoginia e racismo se encontram, se reforçam e se confundem (JUNQUEIRA, 2007, p. 11).

No escopo da presente pesquisa, o entendimento acerca das relações entre os marcadores sociais da diferença nos auxilia na realização de leituras críticas das coberturas jornalísticas que versam sobre homofobia. Principalmente pela evidência de que tal violência se expressa de formas distintas, a depender da classe social e da raça dos alvos. À luz da perspectiva crítica do Jornalismo para a Paz, também poderemos analisar se existem diferenciações no modo como diferentes grupos vítimas de violência homofóbica são representados.

Com efeito, abrem-se brechas para investigações mais focadas e específicas acerca da homofobia e sua relação interseccional com outros marcadores sociais, a exemplo do artigo “Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo”

(SIMÕES; FRANÇA; MACEDO, 2010). Neste texto, os autores realizam uma comparação entre dois espaços de sociabilidade no centro histórico da cidade de São Paulo-SP – Av. Dr. Vieira de Carvalho e o clube Sambarylove, na região da Bela Vista -, reconhecidos como locais frequentados respectivamente por homo e heterossexuais; a pesquisa aponta de que modo marcadores de diferença relacionados a cor/raça, classe, gênero e sexualidade operam, não somente para classificar os frequentadores desses locais como sujeitos desejáveis ou não, mas também para ordenar padrões de interação e evidenciar campos de possibilidades e de ações.

### **3.5 Homofobia e (in)visibilidade**

As reflexões apresentadas até o momento acerca da homofobia revelam a existência de diversas estratégias sociais, culturais e políticas direcionadas a deslegitimar as expressões da sexualidade que destoam da heterossexualidade. Como mencionamos, a heteronormatividade se caracteriza pelo latente esforço de assegurar o privilégio heterossexual, moldando discursos e impondo normas a serem seguidas. Entendemos que tais direcionamentos contribuem em grande medida para a naturalização da violência contra pessoas LGBTQ+; não somente violências diretas, mas, principalmente, violências simbólicas. Apesar dos esforços da militância e entidades LGBTQ+ para conter as manifestações preconceituosas, é notória a dificuldade para solucionar uma das consequências da homofobia, que é o jogo de visibilidade e invisibilidade (LEAL; CARVALHO, 2012, p. 75). Para o que interessa a nossa pesquisa, tais mecanismos de visibilidade/invisibilidade impactam diretamente na forma como a violência contra pessoas LGBTQ+ é retratada nas narrativas jornalísticas. Desse modo, se faz necessário traçar algumas reflexões acerca das estratégias de ocultamento das homossexualidades.

Além das construções narrativas, a lógica heterocêntrica reforça os estereótipos de gênero e afeta a percepção relacionada à homossexualidade. Borrillo (2016) correlaciona os atos homofóbicos à necessidade velada de pertencimento do indivíduo à norma social heterossexual, isto é, considerada natural. De forma obsessiva, segundo o autor, a possibilidade de não-pertencimento à naturalidade leva indivíduos a rejeitarem tudo o que é percebido como diferente. Outro fator psicológico que pode explicar o ódio contra homossexuais é, conforme o autor, uma defesa contra conflitos inconscientes.

Fortalecer a homofobia é, portanto, um mecanismo essencial do caráter masculino, porque ela permite recalcar o medo enrustido do desejo homossexual. Para um homem heterossexual, confrontar-se com um homem efeminado desperta a angústia em relação às características femininas de sua própria personalidade; tanto mais que esta teve de construir-se em oposição à sensibilidade, à passividade, à vulnerabilidade e à ternura, enquanto atributos do “sexo frágil” (BORRILLO, 2016, p. 89).

Ao encontro dessas perspectivas, pode-se refletir sobre a necessidade de ocultamento dos desejos e da própria condição como possibilidade encontrada pelos homossexuais para fugir das realidades de agressão, o que gera grandes distúrbios psicológicos bem como o sentimento constante de culpa (BORRILLO, 2016). Segundo Didier Eribon (2008), os homossexuais vivem cercados pela injúria, da qual tentam se afastar para poderem viver livremente e com naturalidade. O autor salienta que as expressões injuriosas começam na linguagem, que impõe desígnios aos homossexuais.

O mundo os insulta, fala deles, do que dizem de si. As palavras da vida cotidiana tanto quanto as do discurso psiquiátrico, político, jurídico, atribuem a cada um deles e a todos coletivamente um lugar – inferiorizado – na ordem social. Mas essa linguagem os precedeu: o mundo de injúrias está ali antes deles, e deles se apodera antes mesmo que possam saber o que são (ERIBON, 2008, p. 74).

Eribon (2008) aponta para uma outra dimensão da homofobia, motivada justamente pelas imposições sociais advindas de um cenário marcado pela injúria: a homofobia interiorizada, ou seja, o ódio de si. Para escaparem das rotulações e não serem alvos de violências diversas, as pessoas que não se encaixam nas normas da heterossexualidade buscam ocultar a própria condição de ser. A autonegação da sexualidade também é geradora de comportamentos hostis, praticados pelo indivíduo contra si mesmo e também para com os outros, considerando o “outro” como reflexo de si mesmo (ERIBON, 2008).

Como comentam Leal e carvalho (2012), esconder a homossexualidade tem sido um jogo de dupla face na história recente do mundo ocidental, revelando como o “esconder-se” pode ser usado como artifício para se evitarem prejuízos sociais e pessoais. Eve Kosofsky Sedgwick (2007) pensa este ocultamento a partir do que ela define como “Epistemologia do Armário”. A perspectiva não diz respeito somente às pessoas inseridas no marcador social LGBT+, mas também alcança aqueles/as que enfrentam exclusões por outras razões além da sexualidade (LEAL; CARVALHO, 2012). A diferença, conforme aponta Sedgwick (2007) é que, para a homossexualidade, o armário permite ocultamentos não possíveis a outros grupos que, por constituição física ou cor da pele, por exemplo, se evidenciam socialmente.

Miskolci (2007, p. 56) explica que o objetivo de Sedgwick com a epistemologia do armário, seguindo a trilha de Foucault, foi “analisar a sexualidade como um dispositivo histórico de poder, fundado em formas de regulação da vida social e individual”. Sedgwick, tal como grande parte dos pesquisadores dos Estudos Culturais, concentrou-se na investigação sociológica de obras literárias a fim de compreender como emergiu a ordem sexual em que vivemos. A autora munuiu-se de um arsenal teórico que agregou perspectivas como o feminismo marxista (marcado pelo historicismo) e o feminismo radical (influenciado pelo estruturalismo). No entanto, a estudiosa incorporou reflexões de Foucault para formular uma metodologia própria (MISKOLCI, 2007).

Ao aplicar a metodologia na análise de romances da literatura inglesa, Sedgwick constatou que a subordinação das mulheres durante o século XIX esteve intrinsecamente ligada à rejeição social às relações entre homens. Segundo Miskolci (2007), a autora constatou que a homofobia é misógina e influi não somente nas relações íntimas, mas em toda a ordem social concernente às relações de poder.

Assim, mostrou a necessidade de superação da teoria feminista calcada na oposição homens *versus* mulheres assim como dos estudos de gays e lésbicas como minorias, pois todos nós, homens e mulheres, hetero ou homo-orientados, estamos enredados dentro dos mesmos processos sociais de regulação de nossas vidas a partir da sexualidade (MISKOLCI, 2007, p. 57).

Publicado em 1990, *Epistemology of the Closet* estendeu suas investigações para o século XX, focando no “armário” como um importante dispositivo de regulação da vida social. Em consonância com a proposta *queer* de não focar somente em uma minoria, Sedgwick considerou que o armário não é uma realidade específica de quem se relaciona com pessoas do mesmo sexo, mas também é um arquétipo construído para assegurar e privilegiar uma ordem heterossexista com suas instituições (o casamento e a família tradicional, por exemplo) e seus valores (como a assimetria entre os gêneros). Desta feita, a metáfora do armário não corresponde unicamente àqueles/as que vivem sua afetividade em segredo, mas também a quem a vivencia abertamente (MISKOLCI, 2007).

O armário se constitui como uma metáfora que determina privilégios de visibilidade e hegemonia de valores. Há indivíduos cujo próprio corpo é um sinal de resistência que desafia os vieses hegemônicos. Leal e Carvalho (2012) destacam que “estar no armário”, para algumas pessoas LGBT+, tem sido a única possibilidade de se livrarem de recusas familiares e sociais. Além do fato de que, para muitas famílias, a revelação da homossexualidade de um de seus membros incide na “entrada no armário” de um conjunto familiar (LEAL;

CARVALHO, 2012). Isto é, o peso das violências – sobretudo culturais – inscritas na sociedade afeta todas as pessoas que se aproximam dos grupos sociais subjugados.

Práticas homofóbicas as mais diversas têm legitimado a recusa à convivência com pessoas LGBT em múltiplos ambientes sociais, quando não também a violência física contra elas. Consequentemente, as pessoas LGBT estão obrigadas ao ocultamento mesmo quando elas não se sentem menores do que aquelas que as discriminam, pois a sua simples presença sem segredos é motivo para constrangimentos de todas as ordens [...] (LEAL; CARVALHO, 2012, p. 77).

Sedgwick (2007) enxerga o armário como dispositivo social que regula a vida de gays e lésbicas e determina privilégios de visibilidade e hegemonia de valores. A centralidade heterossexual estimula a invisibilidade estratégica dos grupos aos quais se opõe (SEDGWICK, 2007). Portanto, pessoas LGBT+ encontram no “armário” o lugar em que asseguram seus afetos e suas reais condições. O “armário” possibilita velar exposições públicas que, em um contexto heterocêntrico, poderiam prejudicar suas carreiras profissionais, suas relações familiares, acadêmicas, além de limitar o acesso aos direitos humanos mais básicos. Carvalho (2012, p. 88) interpreta a epistemologia do armário como uma estratégia de invisibilidade encontrada pelos homossexuais para assegurar sua comodidade diante de uma realidade homofóbica: “é necessário permanentemente policiamento dos gestos e modos de falar, dentre outros cuidados, para não trair a homossexualidade que se busca ocultar”. Miskolci (2007, p. 59) também afirma: “a injúria, a experiência de ser xingado e, portanto, desprezado e humilhado, incentiva o segredo e a busca de invisibilidade”.

Considerando que “o armário é a estrutura definidora da opressão gay no século XX” (SEDGWICK, 2007, p. 26), é possível relacionar a epistemologia do armário às perspectivas de colonialismo e interseccionalidade. O armário como símbolo de repressão não se aplica somente à população LGBT+, mas se estende a outros grupos que destoam dos padrões sociais hegemônicos e que encontram na invisibilidade uma forma de escapar dos prejuízos acarretados por desviarem do que tacitamente foi imposto como normal e/ou aceitável. Consideramos a invisibilidade do armário como o ápice da violência cultural, que cerceia os indivíduos de viverem plenamente suas liberdades individuais.

Viver no armário é a experiência mais marcante na constituição das subjetividades desses sujeitos de desejos secretos, amores ocultos e relações aprisionadas na intimidade. Estes homens e estas mulheres, evitando a rejeição familiar e social, contribuem para manter suas instituições e valores. É difícil precisar, mas impossível ignorar, como as famílias se mantêm

unidas e como o espaço público parece tão esmagadoramente heterossexual graças a este dispositivo, no qual a vontade individual se mescla à contribuição para o próprio assujeitamento e subordinação (MISKOLCI, 2007, p. 59).

A perspectiva de Sedgwick denuncia a força de posições heterossexistas e centradas no masculino, além de reforçar discursos de segregação legitimados historicamente e que demarcam os aspectos sociais e culturais (CARVALHO, 2012). O gesto de “sair do armário” corresponde à resistência, transgressão e à busca por reconhecimento, visibilidade e pertencimento social. Um aspecto importante frisado por Miskolci (2007, p. 61) diz respeito às fronteiras existentes nas próprias dinâmicas das homossexualidades, sobretudo no Brasil. Não existe um modelo homogêneo da homossexualidade; pelo contrário, vigoram dicotomias que incidem nos comportamentos e formas de expressões da sexualidade, segregando os indivíduos do próprio marcador social como bofes/bichas e másculos/afeminados (levando em conta os estereótipos da homossexualidade masculina). Ademais, também existem fronteiras relacionadas às classes sociais, que segregam homossexuais de classe-média ou alta opondo-os aos que se identificam com as camadas populares. “Dessa forma, a porta do armário parece maior no Brasil, onde vigoram conflitos acirrados de uma sociedade altamente desigual em todos os aspectos, inclusive na sexualidade” (MISKOLCI, 2007, p. 61).

A partir dos referenciais teóricos apresentados nos tópicos anteriores, compreendemos que a homofobia resulta de uma estrutura de violência cultural edificada a partir de comportamentos naturalizados, que impõem a heterossexualidade como única expressão aceitável da sexualidade. Essa limitação relega as outras manifestações sexuais à inferioridade e, por isso, se tornam alvos de frequentes ataques e atitudes depreciativas. Ademais, em um contexto em que a heterossexualidade é a norma, todos os dispositivos sociais serão estruturados a partir disso, o que reforça ainda mais a estranheza com relação às outras expressões sexuais.

É fato também que a violência cultural demanda tempo para ser consolidada. É construída por meio de discursos elaborados e propagados de forma latente e, por excluir reflexões mais profundas, são aceitos com naturalidade. A sociedade é permeada pela violência cultural, presente de forma intensa em seus discursos e produtos culturais (GALTUNG, 2003). Sem embargo, se as bases da violência cultural se fortalecem por meio de mecanismos sutis e muitas vezes silenciosos, é possível empreender no enfrentamento dessas estruturas de violência por meio de iniciativas também sutis.

Concentramo-nos na violência homofóbica como resultante de traços de violência cultural: como fora exposto, em um dado momento histórico-cultural convencionou-se que a heterossexualidade seria a expressão única e legítima da sexualidade humana, o que culminou em estruturas heterocêntricas regedoras da sociedade, moldadas como expressões de poder e controle dos corpos. Em uma convivência entre instâncias sociais diversas (como igreja, escola, lei etc.), este modelo se legitimou não apenas por meio de práticas, mas sobretudo de discursos. Na ótica heterocêntrica, pessoas LGBTQ+ são vistas como subalternas e ilegítimas; são alvos de violências e silenciamentos que matam, como pode ser observado nos dados do Atlas da Violência 2019, expostos no início deste capítulo.

A desconstrução de estruturas de violência cultural está diretamente relacionada a um processo de conscientização e reeducação, direcionado a ressignificar pensamentos edificados a partir de óticas de opressão colonialista, que impõem ao “diferente” a alcunha de ameaça. Não se pode negar as dificuldades inerentes à dissuasão do ódio homofóbico, mas as instituições de uma sociedade democrática devem empreender esforços que coíbam ou impeçam manifestações de intolerância de qualquer ordem (JUNQUEIRA, 2009).

Ao discorrer sobre a urgência de se repensar os currículos escolares, a fim de que contemplem a questão da discriminação contra homossexuais, Junqueira (2009) alerta para a necessidade de se desestabilizar o processo de invisibilização dessas pessoas no espaço escolar. O autor aponta a carência de temáticas relativas às homossexualidades, bissexualidades e transgeneridades no currículo, o que significa um grande problema, pois o desconhecimento sobre essas realidades acaba por excluir quaisquer possibilidades de discussão sobre direitos humanos na escola.

Essa invisibilidade a que estão submetidas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais comporta a sua exclusão enquanto tais do espaço público e, por isso, configura-se como uma das mais esmagadoras formas de opressão. É inquietante notar que alguém que não pode existir, ser visto, ouvido, conhecido, reconhecido, considerado, respeitado e tampouco amado pode ser odiado (JUNQUEIRA, 2009, p. 30).

Defendemos a prática jornalística como um dos caminhos possíveis capazes de enfraquecer ideias limitantes sobre a sexualidade e ampliar a visibilidade das pessoas LGBTQ+. O jornalismo, aliado a outras instâncias sociais, como a educação, pode promover impacto e estimular o pensamento crítico diante de situações de opressão à medida que propõe a denúncia, o enfrentamento e a desconstrução de estruturas opressoras de violência. Por ter como base a elaboração de notícias de interesse público, a práxis jornalística deve contemplar

todos os segmentos sociais, além de ser espaço de visibilidade e denúncia de situações de violência (LEAL; CARVALHO, 2009).

Na esteira desses argumentos, consideramos o Jornalismo para a Paz como uma possibilidade de ampliar as reflexões acerca da homofobia, pois oferece as ferramentas necessárias para a identificação dessa realidade e, por consequência, estimula ações para seu enfrentamento. Ao contrário do Jornalismo de Violência, ainda dominante, o JP tem como finalidade a ressignificação do conflito e, para isso, privilegia a problematização dos acontecimentos, a multiplicidade de vozes e a contextualização, como fora explicitado anteriormente. Assim sendo, é instrumento de transformação à medida que estimula reflexões críticas e engajamento do público para confrontar contextos de violência.

O leque de possibilidades epistemológicas e deontológicas do JP também nos faz pensar em suas contribuições metodológicas, como demonstraremos a seguir. No contexto da presente dissertação, pensamos o JP como uma matriz de interpretação da realidade para coberturas jornalística acerca da homofobia, o que indica possibilidades de ressignificação de narrativas concentradas unicamente na violência e sem perspectivas de mudanças. Além disso, pode apontar outros direcionamentos às construções jornalísticas e estimular coberturas mais humanizadoras.

#### 4. O PERCURSO METODOLÓGICO

Como exposto nos capítulos anteriores, o presente estudo propõe investigar a relação entre o Jornalismo e a homofobia a partir dos pressupostos do Jornalismo para a Paz a partir de análises de conteúdo do jornal *Folha de S. Paulo*. A investigação apontará como o referido veículo aborda a temática da violência homofóbica, a fim de averiguar se prevalecem direcionamentos concernentes ao JP, isto é, empenhados na superação do conflito, ou se impera a lógica do jornalismo de violência, concentrado exclusivamente na violência.

A pesquisa propõe uma nova possibilidade de aplicação em investigações relacionadas ao jornalismo, de modo que o JP expande o olhar frente às coberturas de conflitos sociais e se apresenta como proposta de ressignificação, ao passo que identifica o problema e fornece instrumentos analíticos para uma possível ressignificação do conflito. No aspecto deontológico, o estudo aponta possibilidades de como as construções jornalísticas podem ser realizadas de maneira mais aprofundada, analítica e humanizada, considerando, em primeiro lugar, o receptor como potencial agente de transformação. Este capítulo explicita o percurso metodológico da pesquisa. Primeiramente, serão apresentados breves históricos sobre o veículo jornalístico selecionado para a análise, bem como a justificativa para o recorte proposto.

É fato que toda pesquisa científica está inserida em um contexto sócio-histórico e, por isso, constrói reflexões sobre as demandas inerentes a um determinado tempo. O mesmo ocorre com as produções jornalísticas: a depender do contexto ao qual pertencem, moldarão suas abordagens e enquadramentos para atender aos anseios do tempo vigente. É com base neste dado que o próximo passo do capítulo traz a justificativa para a opção metodológica da hermenêutica de profundidade (HP), à luz de John B. Thompson (1995). A metodologia nos auxiliará a lançar algumas reflexões sobre a realidade à qual o objeto pertence para, assim, empreendermos na análise do material jornalístico, pois, os sinais do tempo influenciam nas construções das formas simbólicas<sup>39</sup> (neste trabalho, representadas pelas narrativas jornalísticas empreendidas pelo jornal).

O método é constituído por três fases, que serão detalhadas posteriormente: análise sócio-histórica, análise formal/discursiva e interpretação/reinterpretação. As fases da HP,

---

<sup>39</sup> Thompson (1995) denomina como forma simbólica todas as estruturas que transmitem sentidos a partir da construção de mensagens, ou seja, construções narrativas, imagens, discursos, etc. Para o autor (1995, p. 183), “as formas simbólicas são expressões de um sujeito e para um sujeito (ou sujeitos)”. Neste ato de transmissão de mensagens, há de se considerar os objetivos e tensões no modo como as formas simbólicas são elaboradas.

como explica Thompson (2005), podem auxiliar a compreender as relações de dominação relacionadas ao contexto em que as formas simbólicas são produzidas e recebidas, considerando que “as formas simbólicas podem ser empregadas ideologicamente para estabelecer e sustentar relações de dominação. Estabelecer, ao criar e organizar essas assimetrias; sustentar, ao manter e reproduzir essas relações por meio da produção e da recepção de sentidos” (NAZÁRIO; REINO; MANFREDINI, 2016, p. 298).

Na fase da análise formal, aplicaremos conceitos da análise de conteúdo (AC), com base nos direcionamentos propostos por Laurence Bardin (1977). Por meio de categorias analíticas embasadas nos preceitos do JP, adaptados sob o aparato dos referenciais teóricos expostos anteriormente, sustentaremos as análises e prosseguiremos para a terceira fase do método, que corresponde à interpretação e reinterpretação do material jornalístico selecionado.

Antes, porém, é fundamental refletir sobre o ponto de onde parte este trabalho. Investigações sobre o Jornalismo para a Paz são incipientes no Brasil, principalmente se considerarmos o argumento que o indica como caminho para a realização de análises sobre conflitos sociais. Algumas pesquisas de mestrado e doutorado utilizam o JP como metodologia (SALHANI, 2019; WANDSCHEER, 2008; CARDOSO, 2013), no entanto, são focadas na análise de coberturas em contextos demarcados por traços de violência direta e estrutural.

Uma das pesquisas mais recentes que se ampara no Jornalismo para a Paz é a dissertação de mestrado<sup>40</sup> de autoria de Jorge Salhani (2019), do programa de Pós-graduação em Comunicação da UNESP (Universidade Estadual Paulista). O trabalho investiga como o jornalismo pode atuar no sentido de desconstruir estruturas de violência, representar o interesse público, fortalecer a democracia e contribuir com a cultura de paz. De forma prática, utilizando o JP como suporte metodológico, analisa as coberturas empreendidas pelos portais de notícias *GI* e *Al Jazeera English* sobre as movimentações de refugiados sírios a partir de 2015.

A presente dissertação sugere outras possibilidades de investigação no campo do jornalismo, afinal, conflitos de ordem social, a exemplo das guerras, são marcados pela divisão entre grupos, no qual alguns têm a supremacia em detrimento de outros; tal realidade resulta em opressões e mortes, assim como acontece em cenários de guerra, nos quais grupos antagônicos promovem embates. Por isso, os critérios do JP, inicialmente restritos às análises

---

<sup>40</sup> Disponível em <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/190720>

de coberturas de guerra, podem ser adaptados para se empreender em análises centradas em conflitos sociais, como é o caso da homofobia, um preconceito construído a partir de formas discursivas sustentadas por mecanismos de regulação, em uma realidade cuja heterossexualidade é a norma dominante.

Sobre a relação entre jornalismo e homofobia, destacam-se, no Brasil, as pesquisas de Leal e Carvalho (2009; 2012) e Carvalho (2012). Os estudos investigam como os jornais promovem coberturas de contextos de violência contra pessoas LGBTQ+, partindo do entendimento de que os produtos jornalísticos são elementos constituintes da sociedade e, por isso, muitas vezes reproduzem vieses comuns, observáveis em outras instâncias sociais, como é o caso da heteronormatividade compulsória, por exemplo (CARVALHO, 2012). Por meio da análise de conteúdo de grandes veículos jornalísticos, os trabalhos sinalizaram os desafios relacionados à tríade mediação jornalística, homofobia e relações de gênero. As pesquisas discorrem sobre a visibilidade e/ou invisibilidade da homofobia nos jornais e, assim, contribuem com as reflexões sobre a temática, urgente, sobretudo em um país cujos crimes praticados por razões homofóbicas aumentam progressivamente. Como apontam Leal e Carvalho (2012, p. 7) na introdução da pesquisa:

[...] o modo como as mídias narram a homofobia faz ver não só as tensões que as permeiam e aquelas da vida afetiva e sexual, mas também o(s) seu(s) modo(s) de saber o mundo e o leitor. Mas a homofobia permite também identificar complexos jogos de negociação de sentido dos acontecimentos que a envolve direta ou indiretamente, dentre os quais aqueles planejados e programados por agentes sociais de defesa de direitos humanos ligados à diversidade sexual com o objetivo de alcançar visibilidade midiática e social.

É diante da urgência e necessidade de se garantir visibilidade à questão da violência praticada contra pessoas LGBTQ+ que sustentaremos nossas análises. Salientamos, porém, que os recortes apresentados não expressam a homofobia praticada no Brasil em sua totalidade, visto que muitas ocorrências são silenciadas, ou seja, não divulgadas. Entretanto, as matérias analisadas podem indicar uma percepção de como essa violência é representada pela mídia; trata-se de um primeiro passo muito importante para a desconstrução da violência: a sua identificação. A metodologia do JP, por sua vez, se encaixa como possibilidade de visibilidade, denúncia e estímulo ao engajamento para superação da violência.

O recorte das formas simbólicas elaboradas pela *Folha de S. Paulo* foi selecionado com base em um dado histórico marcante: o cenário de polarização política instaurado no Brasil a partir do pleito presidencial de outubro de 2018. Não se trata de uma escolha

arbitrária ou aleatória. O momento foi caracterizado pela cisão entre dois grupos declaradamente opostos que disputavam o poder. Não é intenção de nossa pesquisa promover aprofundamentos em estudos sobre conjuntura política. Mas, observamos que o contexto de polarização estimulou acalorados embates ideológicos protagonizados pelos dois grupos. Durante os confrontos, as pautas LGBTQ+ tiveram evidência, sendo que os discursos de ódio e discriminação contra as manifestações de gênero não heterossexuais foram intensos<sup>41</sup>, o que, no nosso entendimento, contribuiu significativamente para a naturalização de atos violentos contra um segmento social que historicamente é vítima de retaliações. Também analisaremos as narrativas jornalísticas elaboradas em junho de 2019, período em que o novo grupo político já se encontrava em exercício. Ademais, o mês de junho é dedicado às comemorações do orgulho LGBTQIA+, em diversos países<sup>42</sup>.

Como mencionamos anteriormente, consideramos o jornalismo um agente social, e, por isso, é notória a importância que as coberturas desempenham no seio de um contexto social cujas fragilidades estão expostas. O JP surge como possibilidade para que o cerne dos conflitos seja esmiuçado, o que pode colaborar para a construção de um pensamento mais crítico, que estimule ações direcionadas à ressignificação de realidades opressoras; tal enfrentamento, por sua vez, contempla as tensões inerentes a todo e qualquer processo de mudança. Ao contrário do Jornalismo de Violência, focado apenas na apresentação dos acontecimentos.

Uma mídia jornalística diária, inserida na lógica da mídia hegemônica, que precisa gerar lucros, pode se amparar nos vieses do Jornalismo para a Paz ao apresentar coberturas de conflitos sociais da atualidade? É o que buscaremos compreender a partir das análises das coberturas realizadas pelo veículo, quando o contexto de polarização política atinge seu ápice.

---

<sup>41</sup>Pautas “morais” (ou de costume) foram evidenciadas no pleito presidencial de 2018. A temática da sexualidade esteve muito presente nos embates entre os dois grupos que disputavam o poder. Contra a “esquerda”, imputavam-se falácias relacionadas à propagação de uma suposta “ideologia de gênero”, distribuição de “kits gays” nas escolas, dentre outras invenções, que encontraram terreno fértil diante das fragilidades inerentes a um contexto denominado como pós-verdade.

<sup>42</sup> O mês do orgulho LGBTQIA+ é marcado por eventos, palestras, festas, além da Parada do Orgulho LGBT. Tem o objetivo de conscientizar a sociedade sobre a importância do respeito às diversidades sexuais. 28 de junho é o Dia Internacional do Orgulho LGBT, criado em referência à revolução de Stonewall, ocorrida em 1969 em Nova York, quando gays protestaram contra ações violentas de policiais que queriam fechar um bar que reunia a comunidade.

#### 4.1 Material de análise: a *Folha de S. Paulo*

Dados divulgados pelo IVC Brasil (Instituto Verificador de Comunicação) mostram que durante o ano de 2019, o jornal *Folha de S. Paulo* obteve a maior média mensal de assinantes em suas versões digitais e impressas, totalizando 328.438 exemplares diários pagos. No ranking que analisa somente a versão impressa, o jornal ficou em terceiro lugar, com 92.379 exemplares, atrás de O Globo (109.820 exemplares) e Estado de S. Paulo (100.838)<sup>43</sup>. A seleção da *Folha de S. Paulo* para as análises deste estudo se deu precisamente por sua relevância nacional; ademais, produzido na maior metrópole do Brasil, o jornal é ator social na representação de acontecimentos que influenciam considerável parcela da população, o que, de certa forma, impacta a agenda social de todo o país.

A *Folha de S. Paulo*<sup>44</sup> foi fundada em 9 de fevereiro de 1921 com o nome de *Folha da Noite*, por um grupo de jornalistas capitaneado por Olival Costa e Pedro Cunha. Na década de 1960, a empresa é adquirida pela família Frias de Oliveira; até então, o *Grupo Folha* abrangia três títulos: *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*. Em 1º de janeiro de 1960 acontece a fusão dos três periódicos, surgindo, então, o jornal *Folha de S. Paulo*. Neste período, a repercussão do jornal limitava-se à capital paulista.

No final da década de 1970, no auge da ditadura militar, o jornal passa a adotar uma política editorial concentrada na luta pela redemocratização do país. Em 1976, com a criação da seção “Tendências/Debates”, o jornal investe no princípio da pluralidade; o referido espaço se voltava a publicar artigos de autores/as de diversas matizes ideológicas, o que, na visão do jornal, representaria importante papel no processo de redemocratização do Brasil (FOLHA, s/a). “O grande marco da transformação editorial da *Folha de S. Paulo*, no início dos anos 1980, foi o seu engajamento na campanha das ‘Diretas Já’, que pedia a volta das eleições democráticas para presidente do Brasil” (CARVALHO, 2012, p. 24). Para efeitos de análise conjuntural, é preciso considerar que a *Folha* demonstrou apoio ao golpe militar de 1964, porém, à medida em que a promessa de “um novo Brasil” deu lugar à austeridade, violência e censura, sobretudo aos grupos midiáticos produtores de informação, o jornal adere às campanhas pela redemocratização do país.

No começo da década de 1980, a elaboração de um documento interno surgia como a primeira sistematização de um projeto editorial, expondo três metas a serem cumpridas pelo

---

<sup>43</sup> Informações disponíveis em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/folha-crece-e-lidera-circulacao-entre-jornais-do-pais-em-2019.shtml>. Acesso em 09 jul. 2020.

<sup>44</sup> Dados históricos referentes à *Folha de S. Paulo* foram extraídos da obra de Carvalho (2012, p. 23-25) e do portal do próprio veículo: [https://www1.folha.uol.com.br/institucional/o\\_grupo.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/institucional/o_grupo.shtml). Acesso em 11 jul. 2020.

veículo: informação correta, interpretações competentes e pluralidade de opiniões. Ainda, conforme Carvalho (2012), o final daquela década fora marcado também por um processo de autocrítica da *Folha* sobre o papel desempenhado nas coberturas acerca das eleições diretas, pois estava decidido que o apartidarismo e o jornalismo crítico pautariam a política editorial da empresa. A autocrítica como um dos pilares editoriais leva o jornal a criar, em 1989, o cargo de *Ombudsman*<sup>45</sup>, jornalista responsável por analisar e encaminhar queixas de leitores, além de avaliar a qualidade de desempenho do próprio jornal. A coluna do *Ombudsman* é publicada semanalmente e expõe análises críticas sobre a imprensa, focando principalmente nas falhas do jornal diante de determinadas abordagens, com propostas de aprimoramento.

No que se refere ao pluralismo, em seu manual de redação (edição de 2013), o jornal tece uma autocrítica: “o pluralismo, apequenado muitas vezes na auscultação meramente formal do ‘outro lado’ da notícia, deveria renovar-se na busca de uma compreensão mais autêntica das várias facetas implicadas no episódio jornalístico” (FOLHA DE S. PAULO, 2013, p. 7). Por isso, de acordo com o jornal, o distanciamento das correntes de interesses inerentes aos fatos não pode justificar atitudes de neutralidade acomodada. Em diversos editoriais publicados, a *Folha* reforça sua condição apartidária e esclarece seus posicionamentos perante pautas relacionadas às questões políticas. O viés crítico exercido pelo veículo o faz alvo de constantes ataques liderados pelo grupo político em exercício no período de análise deste trabalho.

Para ilustrar o posicionamento do jornal em relação às pautas consideradas polêmicas, trazemos um acontecimento de setembro de 2019. O prefeito, até então em exercício, da cidade do Rio de Janeiro (RJ), Marcelo Crivella (declaradamente pertencente ao espectro político conservador), ordenou a retirada de um suplemento de histórias em quadrinhos<sup>46</sup> que trazia, em uma de suas páginas, uma cena de beijo entre um casal homossexual. O acontecimento gerou imbróglis entre os defensores da pauta conservadora e a comunidade LGBT+, além de estimular embates sobre a questão da censura. Em 7 de setembro de 2019, a *Folha* publica a referida imagem, ocupando toda a capa da edição do dia, além da chamada de capa em tom provocativo: “Crivella tenta censurar HQ com beijo gay, mas é barrado” (figura 1).

---

<sup>45</sup> Em tradução livre, a palavra *Ombudsman* significa “representante do cidadão”. Atualmente, o jornalista José Henrique Mariante está à frente da função na *Folha de S. Paulo*. Informação disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/folha-precisa-manter-equilibrio-e-nao-se-acovardar-diante-das-pessoas-diz-novo-ombudsman.shtml?origin=folha>.

<sup>46</sup> Obra “Os vingadores: a cruzada das crianças”, editado pela Marvel.

**Figura 1-** Capa da *Folha de S. Paulo*, em 7 de setembro de 2019



Fonte: captura da edição on-line da *Folha de S. Paulo*. Disponível em <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=48876&anchor=6128279&origem=busca>. Acesso em 31 jul. 2020

À despeito dos discursos que visam reforçar o viés apartidário do jornal, é importante destacar que os enquadramentos do veículo no decorrer da história contribuíram em grande medida para macular a imagem de alguns grupos políticos em detrimento de outros. Na história recente, apenas para focar em um exemplo, percebemos que o jornal conferiu grande peso à construção do chamado “antipetismo”, pensamento que ocupou a centralidade das pautas a partir das manifestações ocorridas em junho de 2013, como veremos posteriormente. É importante destacar que a *Folha de S. Paulo* está inserida no que denominamos como mídia hegemônica, isto é, como parte dos grandes conglomerados midiáticos que dominam a comunicação brasileira e que, portanto, não se eximem de atender determinados interesses dos grupos que dominam o poder, seja econômico ou político.

Atualmente, o *Grupo Folha* é um dos principais conglomerados de mídia do Brasil e, além da *Folha de S. Paulo*, contempla o site noticioso [www.folha.com.br](http://www.folha.com.br); o Instituto de Pesquisas *Datafolha*; a agência de notícias *Folhapress*; as empresas de logística *Transfolha* e *SPDL*, uma gráfica dedicada a jornais e folhetos para empresas, editoras e agências de publicidade, *FolhaGráfica*. Destaca-se também a iniciativa do jornal de, em 2019, criar a editoria de diversidade. O objetivo, segundo o jornal, é garantir a diversidade sexual e racial nas coberturas desenvolvidas, principalmente para verificar se as fontes consultadas pelos jornalistas se concentram em grupos brancos e heterossexuais<sup>47</sup>.

<sup>47</sup> Informações sobre a editoria de Diversidade da *Folha de S. Paulo* podem ser conferidas no link <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/folha-cria-editoria-com-missao-de-estimular-diversidade-em-reportagens.shtml>.

## 4.2 A metodologia da interpretação: a hermenêutica de profundidade

Toda narrativa, seja ela uma construção jornalística, literária ou acadêmica, está inserida em um contexto histórico, com todas as suas especificidades sociais e culturais. Desse modo, as marcas do tempo têm a capacidade de orientar o processo de elaboração dos produtos culturais. Concentramos nossa discussão nas narrativas jornalísticas; independentemente do canal pelo qual a mensagem é transmitida (jornal, rádio, televisão, internet etc.), ela sempre poderá ser olhada a partir do contexto em que foi construída. Signos verbais e não verbais apontam para os sinais do tempo, justificando abordagens, seleção de palavras, enquadramentos, ocultamentos, entre outros aspectos componentes da estrutura narrativa.

O recorte selecionado para esta pesquisa, como exposto anteriormente, corresponde a um período social demarcado por um cenário de polarização política e ideológica. Dois grupos antagônicos protagonizaram intensos embates a fim de fazer ecoar suas respectivas visões de mundo. Neste contexto, as pautas sobre sexualidade migraram da marginalidade para o centro do debate; no entanto, o que estava em jogo era a questão da moral, edificada a partir de uma lógica heteronormativa, reforçada pelo viés conservador e fundamentalista de uma das partes. Ao jornalismo, enquanto integrante do seio social, cabe realizar a mediação entre o acontecimento e o público receptor da informação. Este processo, porém, pode ser dotado de conivência com estruturas opressoras ou, então, impelido em contribuir para a efetiva mudança de cenários demarcados pelas violências.

Os apontamentos expostos indicam que, ao elaborar uma pesquisa científica no campo das ciências sociais aplicadas, como é o caso do jornalismo, é preciso ter em mente toda a realidade que permeia o universo das análises empíricas que se almeja empreender. Ademais, a opção metodológica deve considerar alguns critérios, principalmente no que tange à adequação ao objeto que se investiga (VERONESE; GUARESCHI, 2006). Para fundamentar as análises de conteúdo e contextualizá-las em um tempo-espaço específico, optamos pela metodologia da hermenêutica de profundidade (HP), perspectiva proposta pelo sociólogo John B. Thompson (1995). A metodologia possibilita analisar os contextos sócio-históricos aos quais o fenômeno pesquisado pertence; além disso, sob o aparato da HP, é possível “empreender análises discursivas, de conteúdo, semióticas ou de qualquer padrão formal que venha a ser necessário; pode analisar a ideologia como vertente social importante, conferindo um caráter potencialmente crítico à pesquisa” (VERONESE; GUARESCHI, 2006, p. 87).

Como explicam Nazário, Reino e Manfredini (2016, p. 289), as pesquisas no campo da comunicação podem corresponder às diversas fases do processo comunicativo, isto é, a produção, a circulação, a recepção e os efeitos das mensagens no meio social. Assim sendo, a HP se constitui como um importante referencial metodológico quando a intenção é empreender em análises a partir de contextos sócio-históricos. Esta possibilidade, segundo os autores, permite uma organização precisa da sequência da pesquisa, o que auxilia o/a pesquisador/a na realização de conexões entre o contexto social e os sentidos produzidos, veiculados e interpretados pelos receptores das mensagens (NAZÁRIO, REINO; MANFREDINI, 2016). Pode-se, desse modo, compreender que a hermenêutica de profundidade possibilita a autorreflexão dos sujeitos envolvidos no processo comunicacional (GOMES, 2015), haja vista que abre caminhos para a interpretação das formas simbólicas.

Bastos e Porto (2005) discutem sobre a relevância do método hermenêutico nas pesquisas em comunicação. Para os autores, ao contrário de outras propostas metodológicas no campo comunicacional, a hermenêutica aponta para novas possibilidades, pois a intenção não é a comprovação dos elementos verificados, mas o estímulo ao exercício da compreensão. O método “interroga, reinterpreta e reelabora historicamente os sentidos e os significados das coisas, dos fatos e dos acontecimentos” (BASTOS; PORTO, 2005, p. 322).

Para refletir sobre a proposta metodológica da hermenêutica de profundidade, Thompson retomou ideais da tradição hermenêutica, iluminado por pensadores como Dilthey, Heidegger, Gadamer e Ricoeur, que consideravam que o estudo das formas simbólicas representaria um problema de compreensão e interpretação (GOMES, 2015). Segundo Thompson (1995), todos os campos de investigação, independentemente da disciplina, levantam problemas de compreensão e interpretação. Assim, o autor sugere que a hermenêutica não somente oferece possibilidades de cunho filosófico, como também, se constitui como ferramenta metodológica para a compreensão de situações sociais (THOMPSON, 1995; VERONESE; GUARESCHI, 2006). Neste sentido, a HP se constitui como um suporte metodológico eficaz se a finalidade for compreender estruturas que desencadeiam opressão, pois auxilia no processo de desvelamento das diversas situações e discursos construídos para enrijecer poderes e normas sociais. As determinações da norma sexual em um modelo de heterossexualidade compulsória é um nítido exemplo de uma estrutura opressora. No que se refere à representação jornalística, é importante ressaltar a conexão entre o fazer jornalístico e o mundo social, com todas as suas características, especificidades e demandas.

Como argumenta Thompson, a hermenêutica

[...] nos recorda que *os sujeitos que constituem parte do mundo social estão sempre inseridos em tradições históricas*. Os seres humanos são *parte da história* e não apenas observadores ou espectadores dela; tradições históricas, e a gama complexa de significado e valores que são passados de geração a geração, são em parte constitutivos daquilo que os seres humanos são (THOMPSON, 1995, p. 360, com destaques do autor).

O método da HP considera que as construções simbólicas são partes integrantes e indissociáveis de contextos sócio-históricos e, por isso, como salienta Thompson (1995), são componentes de um universo pré-interpretado; isto é, os sujeitos que integram o mundo sócio-histórico assimilam as formas simbólicas a partir das ideologias e perspectivas condizentes aos seus contextos. Por isso, “ao desenvolver uma interpretação que é mediada pelos métodos do enfoque da HP, estamos reinterpretando um campo pré-interpretado; estamos projetando um significado possível que pode divergir do significado construído pelos sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico” (THOMPSON, 1995, p. 376). Nesta concepção, há de se apontar a importância do processo de reinterpretação como capaz de desconstruir mecanismos de dominação enraizados e naturalizados no senso comum (como a violência cultural).

Thompson (1995) denomina como interpretação da doxa, ou hermenêutica da vida cotidiana, esse processo de desvelamento de como se dá a construção de sentidos na vida das pessoas a partir das mensagens que recebem a todo instante; a interpretação da doxa “reconstrói as maneiras como as pessoas estão percebendo a realidade ao seu redor, suas opiniões, crenças e compreensões” (VERONESE; GUARESCHI, 2006, p. 88). Mas, a hermenêutica de profundidade propõe uma análise interpretativa mais densa, e vai além dos aspectos da vida cotidiana dos sujeitos; o objetivo é privilegiar o cotidiano e as interações que permeiam as realidades dos sujeitos. “Aí a HP oferece o aprofundamento, o mergulho nas condições contextuais do fenômeno” (VERONESE; GUARESCHI, 2006, p.88). À medida que propõe reinterpretações, a HP pode auxiliar a compreender como estruturas de dominação foram estabelecidas, bem como contribuir para suas desconstruções.

As fases que compõem o método da HP são análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação/reinterpretação. Integradas, auxiliam a organizar a investigação em uma sequência capaz de conectar o meio social e as mensagens construídas e mediadas pelas formas simbólicas, interpretadas pelos indivíduos que ocupam determinados contextos. Este processo desencadeia a possibilidade de realização de uma reinterpretação dos sentidos expressos pelas formas simbólicas analisadas (NAZÁRIO, REINO; MANFREDINI, 2016).

Como o próprio termo indica, a análise sócio-histórica considera o meio e as condições históricas, culturais e sociais em que as formas simbólicas são produzidas. Como

explica Thompson (1995), as mensagens são produzidas e recebidas por pessoas situadas em contextos e locais específicos. A fase considera todos os indicadores que possam influenciar diretamente no direcionamento dos conteúdos das formas simbólicas, principalmente no que tange às ideologias e comportamentos mediante situações que venham colidir com normatizações enraizadas. Esta fase reconstrói as condições e contextos de produção, circulação e recepção das formas simbólicas (THOMPSON, 1995). Gomes (2015) explica que a análise sócio-histórica também contempla o estudo dos meios técnicos de construção e transmissão das mensagens; por meios, compreendem-se os aparatos institucionais que conferem características próprias às formas simbólicas (GOMES, 2015).

A contextualização sócio-histórica em que as formas simbólicas são construídas nos auxilia na identificação das desigualdades presentes na lógica da distribuição de poder, o que, conforme Veronese e Guareschi (2006), é contundente para abordar temáticas demarcadas pela desigualdade, tais como gênero, raça, classe, etnia, entre outras.

Assim, estar-se-ia contemplando tanto uma interpretação dos padrões de significado incorporados pelos sujeitos como uma análise das implicações de poder e conflitos a eles subjacentes, através da atenção aos modos de operação da ideologia, [...] como o uso de formas simbólicas para sustentar relações de dominação, assimétricas, desiguais ou opressoras. Tais relações são estabelecidas e sustentadas por estratégias, por práticas, tantas vezes reproduzidas e naturalizadas que eventualmente os próprios atores não tenham consciência do seu potencial opressor (VERONESE; GUARESCHI, 2006, p. 88).

Podemos compreender, com a análise sócio-histórica, como as ações do tempo presente interferem nas construções jornalísticas que versam sobre a homofobia. Em um contexto em que prevalecem discursos que depreciam a população LGBT+, não se pode negar o processo de naturalização deste tipo de violência, tida aqui como expressão cultural. O poder, no âmbito desta análise, se evidencia na lógica da heteronormatividade, que acentua a homofobia à medida que coloca à margem outras expressões da sexualidade humana. Diante desses apontamentos, o jornalismo, cumprindo sua função de mediador, se constitui como um relevante agente empenhado na ressignificação de estruturas de violência e opressão, que fomentam a homofobia. As narrativas jornalísticas podem ser elaboradas no sentido de denunciar violências naturalizadas no seio social. No entanto, esta condição apenas se cumpre à medida que a práxis jornalística incorpora a autocrítica para compreender sua influência na opinião pública. Os fundamentos do Jornalismo para a Paz oferecem possibilidades para que os modelos do jornalismo atual sejam (re)avaliados.

Parte de nossa análise sócio-histórica fora apresentada nos capítulos anteriores, quando situamos as bases de nosso estudo: o Jornalismo para a Paz e as questões relacionadas à homofobia. Esta etapa será complementada posteriormente a partir da apresentação do contexto social e político no qual nosso objeto de análise está inserido: o cenário de polarização política de 2018.

A segunda fase da HP, análise formal ou discursiva, corresponde ao entendimento sobre as construções simbólicas, visto que, envoltas em complexidades, apresentam estruturas articuladas (THOMPSON, 1995; VERONESE; GUARESCHI, 2006). Nesta etapa, examina-se o que está subjacente à estrutura das formas simbólicas, pois, como explica Thompson (1995), se tratam de produtos baseados em regras, estruturas e recursos; ademais, são complexas, haja vista que, por meio delas, algo é expresso ou dito; são canais de mediação. Com a análise formal ou discursiva, é possível refletir sobre a relação entre a construção das formas simbólicas e o contexto sócio-histórico (VERONESE; GUARESCHI, 2006).

Não há experiência humana que não possa ser descrita em uma narrativa. Dependendo do contexto, o próprio ato de narrar pode alterar sentimentos ou mesmo acontecimentos. Assim, utilizando-nos de um padrão formal de análise, podemos entender como o sentido opera, como uma possível mensagem é transmitida, seja pela imagem, pela fala ou pela escrita (VERONESE; GUARESCHI, 2006, p. 89).

Esta fase da HP, segundo Thompson (1995), pode ser realizada de diversas maneiras, pois, tudo dependerá das circunstâncias da investigação. Para agregar outras técnicas de análise, porém, é necessário observar se as mesmas se adequam ao objeto de estudo, de modo que alcancem o objetivo de explicar como se dá a construção das formas simbólicas no material analisado (NAZÁRIO; REINO; MANFREDINI, 2016). No âmbito de nossa análise, por exemplo, a fase da análise formal ou discursiva referente às narrativas apresentadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* contará com o aporte metodológico proposto pela análise de conteúdo, que será situada posteriormente. Assim, será possível elencar categorias analíticas elaboradas a partir das fundamentações teóricas sobre homofobia e Jornalismo para a Paz, bem como provenientes da análise sócio-histórica do contexto em que as formas simbólicas estão inseridas.

Como resultado das análises sócio-histórica e formal ou discursiva, partimos para a terceira e última etapa do método da HP: a interpretação/reinterpretação. Thompson (1995) aponta que esta fase é facilitada pela anterior (análise formal ou discursiva), mas reforça as

distinções entre ambas. Enquanto a análise formal ou discursiva se concentra na estrutura e nos padrões das formas simbólicas, a interpretação/reinterpretação confronta os resultados desta análise com as argumentações construídas na etapa da análise sócio-histórica; isto é, propõe uma síntese criativa de possíveis resultados (THOMPSON, 1995).

Compreendemos, portanto, que esta etapa concede ao hermeneuta a possibilidade de realizar inferências sobre a construção das formas simbólicas, sem as desvincular de seus contextos sócio-históricos de produção. Assim sendo, esta etapa demanda um referencial teórico consistente, visto que integra o conteúdo do objeto analisado ao contexto de sua produção, propondo uma explicação interpretativa, crítica e fundamentada (VERONESE; GUARESCHI, 2006), que vise discutir os mecanismos de opressão subjacentes à elaboração das mensagens.

Na etapa das análises, vincularemos as formas simbólicas às estruturas inerentes ao contexto nas quais elas foram construídas: uma sociedade politicamente polarizada, com ascendência de visões autoritárias e genuinamente heterocêntrica. Vale ressaltar, em sintonia com Thompson (1995), que o processo de interpretação é, simultaneamente, um processo de reinterpretação, pois as formas simbólicas integram um campo pré-interpretado, ou seja, os sujeitos que integram o mundo sócio-histórico as interpretam de acordo com suas ideologias.

Como argumentam Veronese e Guareschi (2006, p. 90), a despeito dos desafios epistemológicos relacionados a interpretar um campo pré-interpretado, é necessário reforçar a concepção de que as construções simbólicas não se desvinculam de suas condições sócio-históricas, o que influencia diretamente na produção, recepções, padrões e efeitos das mesmas. Assim: “o esquema intelectual da HP deverá demonstrar os aspectos múltiplos das formas simbólicas, evitando as armadilhas do *internalismo* (o texto é independente do contexto) ou do *reduccionismo* (o texto é produzido exclusivamente em função do contexto)” (VERONESE; GUARESCHI, 2006, p. 90, com destaque dos autores).

### **4.3 A análise de conteúdo**

A hermenêutica de profundidade proposta nesta pesquisa terá a análise de conteúdo (AC) como técnica agregadora, sobretudo a partir da segunda fase do método hermenêutico (a análise formal ou discursiva). A versatilidade da AC nos apontará não apenas aspectos quantitativos, mas, principalmente, qualitativos, o que será essencial para a terceira etapa da análise: a interpretação/reinterpretação. Com a AC, pretendemos elaborar um olhar pormenorizado das formas simbólicas, isto é, as reportagens realizadas pela *Folha de S. Paulo*

no período selecionado para a análise, de modo que será possível elencar categorias analíticas a partir das teorias acerca da homofobia, do Jornalismo para a Paz e das condições sócio-históricas em que os conteúdos jornalísticos foram produzidos.

Tomamos como base as concepções de AC propostas pela socióloga francesa Laurence Bardin (1977, p. 42), que resume a metodologia como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Deste modo, consideramos o potencial da metodologia para pesquisas no âmbito da comunicação, principalmente porque auxilia a compreender as intencionalidades presentes no processo de elaboração das mensagens. Ela pode ser agregada à hermenêutica de profundidade justamente por sugerir a sistematização da análise, de modo que os aspectos ressaltados na análise sócio-histórica, unidos à estrutura do material analisado, possibilitarão a realização de inferências, interpretações e reinterpretações das formas simbólicas. A AC e suas fases, que serão apresentadas posteriormente, proporcionam um olhar detalhado das mensagens analisadas, sejam elas verbais ou não verbais. Na visão de Fonseca Junior (2005), o método é sistematizado e, por isso, auxilia pesquisadores/as diante dos desafios inerentes aos diversos campos de conhecimento, inclusive a comunicação.

Devido ao seu caráter analítico, pode-se dizer que a AC transita entre dois polos distintos: a objetividade e a subjetividade (SILVA; FOSSÁ, 2015). A versatilidade do método, que confere benefícios tanto em análises quantitativas quanto qualitativas, também corresponde às críticas sobre o mesmo, geralmente sob a alcunha de positivista, isto é, compromissado com a exatidão rígida, linear e metódica, como nas ciências exatas (FONSECA JUNIOR, 2005).

O grande diferencial, porém, que justifica o potencial da AC em diversos campos do conhecimento, é precisamente a possibilidade de o pesquisador realizar inferências, ou seja, interpretar os dados e informações do material analisado; isso supera a ênfase quantitativa, de modo que a AC não pode mais ser considerada uma metodologia limitada às descrições, mas sim, que garante liberdade criativa ao pesquisador, privilegiando a interpretação (inferência), seja ela embasada em aspectos quantitativos ou não (BARDIN, 1977; FONSECA JUNIOR, 2005). Neste sentido, a seleção da AC para complementar a etapa de análise formal ou discursiva da hermenêutica de profundidade em nossa análise, ampliará as possibilidades de

discussão, fundamentais para a interpretação e reinterpretação do material analisado. A proposta metodológica de Bardin (1977) prevê três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento dos resultados (inferência e interpretação).

Com relação à pré-análise, Silva e Fossá (2015) explicam que consiste na sistematização das ideias com base nos referenciais teóricos apresentados, de modo que o analista pode estabelecer indicadores para empreender na interpretação das informações coletadas. O rigor metodológico se apresenta na leitura total dos materiais selecionados para a análise, o que Bardin (1977) denomina como leitura flutuante. Isso demanda a organização dos elementos a serem analisados; esta seleção consiste em procedimentos como escolha dos documentos, formulação de hipóteses e elaboração de indicadores, ou categorias de análise, que visam auxiliar no processo de interpretação. (BARDIN, 1977; SILVA; FOSSÁ, 2015). “Levantar uma hipótese é interrogarmo-nos: ‘será verdade que, tal como é sugerido pela análise *a priori* do problema e pelo conhecimento que dele possuo, ou, como as minhas primeiras leituras me levam a pensar, que ...?’” (BARDIN, 1977, p. 98).

Durante a pré-análise, realizamos a seleção e primeira filtragem dos conteúdos a serem analisados (BARDIN, 1977). Ressalta-se que essa seleção não ocorre arbitrariamente, mas de acordo com alguns critérios indicados por Bardin (1977, p. 97-98), como: a) exaustividade: quando se define o *corpus*, é preciso considerar todos os elementos do mesmo, ou seja, não se pode deixar de fora nenhuma característica do objeto, sob o risco de esvaziar o rigor da análise; b) representatividade: a análise indica uma amostra, que, a depender do rigor, pode ser aplicada a todo o universo do objeto analisado; c) homogeneidade: corresponde aos critérios de escolha do material, que devem seguir uma natureza em comum; d) pertinência: os conteúdos devem ser condizentes com os objetivos propostos pelo analista.

Respondendo aos pressupostos estabelecidos para a pré-análise, foram selecionados os textos jornalísticos da *Folha de S. Paulo* inseridos no período proposto. No primeiro contato com os materiais, realizamos uma busca relacionada à temática de nosso interesse, isto é, questões transversais à homofobia. Para tanto, utilizamos uma pesquisa inicial no banco de dados disponibilizado pela *Folha de S. Paulo* em seu site, na seção *Acervo Folha* (figura 2), onde é possível realizar pesquisas de conteúdos desenvolvidos pelo jornal, selecionando palavras e períodos de publicação. Desse modo, pesquisamos a palavra homofobia para acessar publicações desenvolvidas em outubro de 2018 e junho de 2019. Neste primeiro momento, identificamos 12 narrativas publicadas no mês de outubro de 2018 na *Folha de S. Paulo* que tangenciam o conceito de homofobia. Em junho de 2019, foram 11 narrativas. Nesta pesquisa, nos concentramos nas análises nos textos de caráter informativo, de modo que

narrativas de teor opinativo não foram consideradas. Por meio deste restrito recorte analítico, visamos fomentar as análises em profundidade, a partir das categorias semânticas que serão apresentadas posteriormente. Ademais, o breve recorte contribui para olharmos para as especificidades do período histórico em que os textos foram produzidos, isto é, um contexto marcado por um cenário de intensa polarização.

**Figura 2-** Campo para pesquisa de acervos do jornal *Folha de S. Paulo*



Fonte: *Folha de S. Paulo* (<https://acervo.folha.com.br/index.do>)

A segunda fase da AC, a exploração do material, é referente à elaboração das codificações, isto é, agregar as informações em categorias simbólicas e temáticas (SILVA; FOSSÁ, 2015). Fonseca Junior (2005, p. 294) reitera que esta fase corresponde a sistematizar dados brutos conforme regras de enumeração, agregação e classificação, e considera que a principal função da fase é estabelecer relações entre o material analisado e a teoria apresentada na pesquisa, tendo em vista que a AC interpreta com base nos referenciais de codificação. Elencar categorias analíticas, conforme indica Bardin (1977, p. 37), auxilia o pesquisador a colocar ordem em uma aparente desordem; as categorias seriam como “gavetas” ou “rubricas” que permitem classificar os elementos de significação que constituem a mensagem. Em suma, a exploração do material garante uma visão holística das formas simbólicas analisadas, auxiliando o pesquisador a confrontar os conteúdos do material de análise com base em categorias desenvolvidas com base nas teorias subjacentes ao objeto analisado.

O tratamento dos resultados (inferência e interpretação) consiste na verificação dos conteúdos manifestos e latentes no material coletado (SILVA; FOSSÁ, 2015), garantindo ao pesquisador um panorama das tendências que prevalecem no objeto de análise. Em relação à análise proposta nesta dissertação, o recorte selecionado apontará o tipo de abordagem que prevalece na *Folha de S. Paulo* ao abordar a homofobia. As inferências e interpretações podem apontar novas perspectivas no que se refere ao tratamento desta temática pelos veículos jornalísticos.

## **5. A APLICAÇÃO DO MÉTODO**

Este tópico apresenta a aplicação das metodologias propostas para as análises: hermenêutica de profundidade e análise de conteúdo. Iniciaremos com a complementação da etapa da análise sócio-histórica, situando o contexto em que nossos materiais de análise (formas simbólicas) estão inseridos, ou seja, o cenário de polarização política e ideológica evidenciado a partir do pleito presidencial de 2018. Ressaltamos que os capítulos 2 e 3, referentes respectivamente ao Jornalismo para a Paz e homofobia, também integram esta fase do método. Posteriormente, a partir das argumentações construídas e dos aportes teóricos percorridos nos capítulos anteriores, partiremos para a etapa da análise formal e discursiva, em que elencaremos categorias de análise que servirão como suporte para empreendermos nas análises e interpretação das reportagens realizadas pelo veículo.

### **5.1 Análise sócio-histórica: um cenário de polarização política**

Para empreendermos na análise sócio-histórica proposta pelo método da hermenêutica de profundidade, precisamos considerar o viés heteronormativo que conduz as práticas e os discursos de nossa sociedade. Como fora pontuado no terceiro capítulo, as normatizações de gênero impõem a heterossexualidade como única manifestação legítima da sexualidade humana, de modo que os discursos sociais são elaborados a partir dessa ideia. Em uma sociedade edificada em bases heterocêntricas, a homossexualidade é discutida conforme as noções de moralidade, como evidenciam Carvalho (2012) e Louro (2018). Essa apropriação de discursos sobre o que é certo ou errado em relação à sexualidade é assumida por instâncias cuja principal intenção é assegurar o poder, dentre as quais, recapitulando Louro (2018), podemos evidenciar o Estado, a religião, a educação, entre outras. No campo político isso não é diferente: grupos, partidos e personalidades moldam discursos com base nesses ideais de moralidade, o que acaba por realocar discussões da esfera privada para a pública.

O pleito presidencial de 2018 no Brasil tornou evidente essa inversão de valores, ao passo que pautas relacionadas ao pensamento moralizante (também chamadas de pautas de costumes) ocuparam a centralidade do debate. O confronto entre ideias e ideologias distintas faz parte da trajetória política do país, afinal, um contexto democrático pressupõe o debate. Todavia, o que se apresentou em 2018 foi um austero cenário de polarização, caracterizado por constantes conflitos de posicionamento entre os grupos que disputavam o poder. Em

evidência, estavam pautas empenhadas em preservar valores considerados hegemônicos e legítimos.

Questões como equidade de gênero, sexualidade, superação do racismo e garantia das liberdades individuais se destacaram nas discussões, segregando os brasileiros conforme suas respectivas visões de mundo. Os candidatos que disputavam a cadeira presidencial buscavam, em seus discursos, representar e contemplar seus respectivos apoiadores. De um lado, estava Fernando Haddad, do PT (Partido dos Trabalhadores), com discursos que privilegiavam as pautas consideradas “progressistas”, de cunho social. No outro polo, Jair Messias Bolsonaro, no momento do pleito, pertencente ao PSL (Partido Social Liberal), com discursos que dialogavam com camadas mais conservadoras da sociedade, e que veio a vencer as eleições presidenciais para o mandato de 2019 a 2022.

É válido destacar que comumente estas duas figuras políticas representam espectros políticos denominados respectivamente como esquerda e direita, terminologias que acentuam o aspecto polarizador. Esta díade, por sua vez, é empregada como atalho, inclusive no jornalismo, e corresponde a cenários bem mais complexos e envoltos por tensões, que não devem ser reduzidos à mera polarização conceitual. Como indica Norberto Bobbio (2011, p. 82), o universo político é constituído eminentemente por relações contrapostas, isto é, partidos, grupos de interesse, facções, povos, nações etc. Diante disso, segundo o autor, o modo mais simples e natural de representar tais relações seja uma díade ou dicotomia<sup>48</sup>. Entendemos o cenário político de 2018 como um momento marcado por disputas de território, em que cada grupo utilizou como artifício revestir seus discursos com pautas morais, econômicas, culturais, sociais, dentre outras, de modo a estabelecer diálogos com suas respectivas bases de apoio. Podemos utilizar os conceitos de esquerda e direita com a finalidade de marcar os dois grupos, todavia, reconhecemos os limites que tais demarcações evocam.

Diversos estudos propõem reflexões sobre o declínio da democracia liberal e ascensão de grupos autoritários ao poder em todo o mundo (CASTELLS, 2018; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2019; entre outros). No que se refere ao Brasil, para compreender o contexto de 2018, bem como a chegada de Jair Messias Bolsonaro à presidência, é

---

<sup>48</sup> Bobbio (2011, p. 83) ressalta o uso didático da díade direita e esquerda: “Depende unicamente de um fato acidental que, na visão didática da política, as duas partes da díade tenham recebido o nome de ‘direita’ e ‘esquerda’. Como é bem conhecido, o uso dessas duas palavras remonta à Revolução Francesa, ao menos no que diz respeito à política interna. Trata-se de uma banal metáfora espacial, cuja origem foi inteiramente casual e cuja função tem sido apenas a de dar um nome, de dois séculos aos dias de hoje, à persistente, e persistente porque essencial, composição dicotômica do universo político. O nome pode mudar. Mas a estrutura essencial e originariamente dicotômica do universo político permanece”.

necessário olhar atentamente para as manifestações ocorridas em junho de 2013. A motivação inicial era reivindicar contra o aumento na tarifa dos transportes públicos. No entanto, reclamações de outras ordens proliferaram, mostrando que as ruas eram um espaço de garantir visibilidade aos diversos descontentamentos da população, chamando atenção dos políticos e da mídia. Estas manifestações revelavam incômodos de parte da população para com a classe política e, por isso, grupos com notório interesse autoritário aderiram aos protestos. Ao lado das manifestações pela “tarifa zero” nos transportes públicos, erguiam-se cartazes enaltecendo a ditadura militar e pedindo a volta dos militares ao poder. Estava evidente que, diante de parte da população, os partidos políticos haviam perdido credibilidade e eram objeto do ódio (BRUM, 2019).

Anos antes do pleito de 2018 já se observava, não apenas no Brasil, mas em outras partes do mundo, uma evidente ascensão do pensamento conservador. No período das manifestações de 2013, o PT ocupava a presidência do Brasil, na pessoa de Dilma Rousseff. Alvo constante de ataques por parte de grupos conservadores, Dilma foi candidata à reeleição no pleito presidencial de 2014, disputando o segundo turno com o candidato do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), Aécio Neves. A campanha Dilma X Aécio também escancarou um país polarizado econômica e ideologicamente. Em sintonia com a crescente onda conservadora brasileira, tanto os discursos de Dilma quanto os de Aécio traziam à baila temáticas caras a esta parcela da população, com destaque para os discursos antiaborto e questões de gênero, por exemplo (BRUM, 2019).

Foi acirrada a disputa entre PT e PSDB na campanha de 2014. A candidata petista, no entanto, venceu o pleito com 54,5 milhões de votos, ante 51 milhões do candidato do PSDB. 37 milhões de brasileiros votaram nulo, branco, ou se abstiveram de votar. Como recorda a jornalista e escritora Eliane Brum (2019), a crise de representatividade ficou evidente neste contexto político, de modo que a expressão “não me representa” foi uma das marcas das manifestações de 2013. O mandato de Dilma, que deveria ser encerrado em dezembro de 2018, foi interrompido em 2016, por meio de um processo de *impeachment* orquestrado por grupos opositores. Durante a votação do processo de impedimento, em abril de 2016, ficou evidente a polarização ideológica em voga no Brasil. Os discursos dos deputados votantes revelaram o que, de fato, estava em jogo com o processo, e quais as forças que visavam ocupar a centralidade do poder naquele momento. Diversos votos foram acompanhados de frases como “pela família”, “pela moralidade”, “contra a ideologia de gênero”, mostrando que o pensamento conservador brasileiro tinha grande representatividade na esfera legislativa. Posteriormente à deposição de Dilma Rousseff da presidência do Brasil, o vice-presidente,

Michel Temer, assume a cadeira interinamente, num processo de transição para o que viria a seguir.

Podemos situar este contexto como embrião do pensamento autoritário que tomaria grandes proporções na campanha eleitoral de outubro de 2018. Neste período, foram diversas as manifestações vindas das duas partes que disputavam as eleições. A estratégia do grupo político que venceria o pleito foi justamente abraçar as demandas dos grupos conservadores que, até então, não haviam encontrado uma representação forte, a ponto de fazer ecoar suas ideias. Neste quesito, é justificável a aproximação do então candidato com grupos religiosos de viés fundamentalista (não apenas evangélicos, mas também com algumas alas do catolicismo). Em diversos textos encontramos a denominação desses grupos como “nova direita”, distinta da direita tradicional.

De acordo com Carapanã<sup>49</sup> (2018), esse grupo, referido por ele como “nova direita”, congrega pensamentos conservadores e reacionários. “A essas ideias somam-se outras que remetem à apologia do eugenismo e da segregação racial que fazem com que a nova direita flerte, de maneira consciente ou inconsciente, com construtos que remetem ao nazismo e ao fascismo” (CARAPANÃ, 2018, p. 34). Desse modo, é possível entender as razões pelas quais os discursos advindos da extrema direita (ou nova direita) buscam segregar a sociedade entre “puros” e “impuros”, por meio de uma ideia de moral articulada, sobretudo, em parceria com grupos religiosos de viés fundamentalista.

Como salienta Almeida (2019), a onda conservadora tomou grandes proporções no Brasil, desde as manifestações de rua de 2013, polarizada no pleito de 2014 e aprofundada no *impeachment* de Dilma, culminando na eleição de Bolsonaro, em 2018. Segundo o autor, o viés conservador fundamentalista atua em quatro linhas de forças sociais: economicamente liberal, moralmente reguladora, securitariamente punitiva e socialmente intolerante (ALMEIDA, 2019). Constrói abismos a partir da intolerância, sobretudo, contra as minorias sociais, representadas por pessoas LGBT+, negros, mulheres, crianças, população em situação de rua, entre outros. Impera a lógica eugenista (CARAPANÃ, 2018), segregacionista, que garante privilégios e legitimidade a uma restrita parcela social, geralmente, branca, bem-sucedida financeiramente e heterossexual. Apesar do cenário de polarização e da ascensão dos grupos com notável interesse conservador, muitos brasileiros optaram pelo candidato Bolsonaro dominados pelo medo de uma suposta ditadura comunista empreendida pelas

---

<sup>49</sup> Conforme referências da obra “O ódio como política” (2018), organizado por Esther Solano Gallego e editado pela Boitempo, Carapanã é o pseudônimo usado por um anônimo, autor da página *Eh Várzea*.

esquerdas, um discurso estrategicamente formulado e disparado de forma massiva, por intermédio de grupos especializados na produção de informações falsas.

Para reforçar seus posicionamentos, a extrema direita articula seus discursos com o intuito de polarizar a sociedade. Impera o pensamento de que existe um inimigo a ser enfrentado, o que justifica um permanente estado de guerra social contra elementos cujo sentido sequer é compreendido em sua inteireza, tais como o comunismo e a “ideologia de gênero”. Conforme argumenta Bulgarelli (2018, p. 100), ao distorcer conceitos como gênero e comunismo, apenas para citar alguns exemplos, a extrema direita impõe uma agenda de tensões e medos, o que, em nosso entendimento, contribui para a naturalização de violências contra grupos vistos como “inimigos”, isto é, que ameaçam o *status quo* vigente. Como afirma Carapanã (2018, p. 39):

Mais do que simplesmente anticomunista, a nova direita flerta com ideias do nazifascismo e, consciente ou inconscientemente, contribui para normalizá-las. Quando são criticados por esses aspectos se refugiam em questões de “liberdade de expressão” e de uma suposta “hegemonia de esquerda”. Por inépcia, ou intenção fazem com que os piores pesadelos da humanidade voltem à pauta, devidamente legitimados.

A demonização articulada nos discursos contra LGBT+, negros, povos indígenas, mulheres, entre outros marcadores sociais, naturaliza a prática de violência contra esses grupos, que historicamente são alvo de agressões de todos os níveis; é um construto relacionado à esfera cultural da violência, como salientamos anteriormente. A ideia de “nós” X “eles” se fez presente em toda a campanha presidencial de Bolsonaro. “Nós” corresponderia aos comuns, isto é, “homens de bem”; “eles”, por outro lado, relaciona-se àqueles que pensam e se comportam de maneira diferente do que é considerado legítimo e comum (VISCARDI, 2020). O foco da campanha bolsonarista foi fazer valer os interesses e demandas de um grupo restrito e privilegiado social e economicamente, representado pelo conceito de “cidadão de bem”.

No caso da suposta “ideologia de gênero”, como fora explicado anteriormente, é construído e propagado o pensamento de que se trata de um conteúdo que deve ser “banido” das escolas, sob o risco de desviar crianças e adolescentes das normatizações de gênero. Isso justifica outra articulação retórica intitulada “Escola sem Partido”, também presente no plano de governo de Jair Bolsonaro como uma realidade a ser enfrentada. Como explica Penna (2018), este movimento indica que apenas a família e a religião podem educar, de modo que aos professores caberia somente instruir os alunos para qualificá-los profissionalmente.

Família e religião, neste sentido, atuam como instâncias reguladoras impelidas em assegurar normatizações. “Tal assertiva qualifica o projeto como uma iniciativa que busca destruir o caráter educacional da escola e da sala de aula como espaço de debate e aprendizado para a vida” (PENNA, 2018, p. 111). Isso exclui toda e qualquer possibilidade de se discutir, na educação, questões relacionadas à vida e à sexualidade, sobretudo no que tange ao respeito pela diversidade das identidades de gênero.

Cria-se, de um lado, o “cidadão de bem”, trabalhador (ou proprietário) e ordeiro e, de outro, o vagabundo, vândalo, drogado, arruaceiro, o indivíduo fora das bordas que delimitam o possível autorizado pela ordem. Por meio da combinação do medo com a percepção de uma força acima das leis, legitima-se a violência. A norma se impõe pela força (e apoia-se nas leis) e sua lógica é a da produção do anormal, do patológico, em relação ao qual ela deve agir com rigor para curá-lo, eliminá-lo ou, ao menos, anulá-lo (TELES, 2018, p. 71).

Para se combater os “inimigos”, a extrema direita também se apropria do mecanismo de articulação de notícias falsas (*Fake News*), isto é, distorções da realidade visando fortalecer suas próprias noções do que seja verdade ou não. A questão da distribuição do “kit gay” nas escolas, por exemplo, foi utilizada como estratégia discursiva para se construir o senso comum de que a oposição estaria dedicada em interferir na sexualidade de crianças e adolescentes.

No decorrer dos embates eleitorais de 2018, também despertou atenção a intensa discussão sobre a questão dos discursos de ódio, com questionamentos relacionados acerca dos limites entre tais discursos e a liberdade de expressão. O então candidato Bolsonaro articulava, em sua campanha, combater o que denominava como “politicamente correto”; entendido aqui como a possibilidade de se dizer o que bem entende, sem correr o risco de receber as devidas punições em casos de discursos que viessem a agredir determinadas parcelas sociais. Compreende-se o discurso de ódio como toda e qualquer expressão segregacionista e discriminatória, geralmente propagada por indivíduos ou grupos sociais dominantes contra grupos sociais minoritários (PERES-NETO; PEREIRA, 2019). A negação do outro como sujeito de direitos é um dos princípios que justificam o discurso de ódio.

Configura-se discurso de ódio “sempre que o emitente do discurso não considerar o outro (‘objeto de fala’) como igual portador dos mesmos direitos/status que ele” (SILVA; BAHIA, 2015, p. 191). Quando algum grupo social não é visto com dignidade, a tendência é rebaixá-lo ainda mais, com depreciações que começam na discursividade. À medida que tais

discursos são propagados, tendem a se tornar naturais, culminando em violência cultural, cujo processo de desconstrução é árduo.

Para justificar os discursos empenhados em estigmatizar minorias sociais, especialmente a população LGBTQ+, Bolsonaro utilizou o argumento da liberdade de expressão. Durante a campanha, proferiu frases como “sou homofóbico com muito orgulho<sup>50</sup>”. Discursos como estes, sobretudo quando proferidos por lideranças políticas, tomam grandes proporções e podem contribuir efetivamente para casos de violência direta contra os grupos que são alvo do discurso. Em um país como o Brasil, que chama a atenção devido à intensa violência praticada diariamente contra a população LGBTQ+, é necessário buscar caminhos para a superação das discriminações e segregações sexistas, que são originadas a partir dos discursos de ódio. Na contramão da evidente campanha de Bolsonaro contra o cerceamento dos direitos da população LGBTQ+, aos 13 dias do mês de junho de 2019, o STF enquadrou a homofobia e a transfobia como crimes de racismo (Lei 7716/89); a partir de então, quem praticar afronta contra pessoas LGBTQ+ terá pena de até cinco anos de reclusão ou, em alguns casos, multa.

A breve contextualização exposta nos ajuda a visualizar o cenário no qual nosso objeto de análise está inserido. A centralidade do discurso heteronormativo na sociedade contribui efetivamente para a naturalização do pensamento homofóbico. Durante a campanha política de 2018, percebemos um fortalecimento das narrativas de depreciação contra as pessoas LGBTQ+, presentes frequentemente nos discursos do candidato do espectro conservador. Neste sentido, quem até então ocultava ou disfarçava seus sentimentos de homofobia, sentiu-se, de certa forma, autorizado a externá-los. Isso pode ter fomentado o aumento da violência praticada contra esta parcela da população; não apenas a violência presente nos discursos de ódio, mas principalmente violência direta.

## 5.2 Categorias de análise

Apresentadas as fundamentações teóricas relacionadas à pesquisa, bem como as explicações acerca do contexto histórico no qual nossas formas simbólicas estão inseridas, elencamos as categorias analíticas que darão suporte ao processo de interpretação (ou inferência) dos conteúdos. Recapitulando Bardin (1977, p. 117), o momento da categorização permite classificar os elementos constitutivos do objeto analisado, de modo a agrupá-los

---

<sup>50</sup> Disponível em <https://catracalivre.com.br/cidadania/sou-homofobico-sim-com-muito-orgulho-diz-bolsonaro-em-video/>. Acesso em 16 set. 2020.

conforme critérios previamente definidos. “As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos” (BARDIN, 1977, p. 117). Dentre os critérios de categorização, optamos pelo semântico, que leva em conta os sentidos e significados inerentes ao conteúdo, que pode ser tanto textual quanto imagético, o que nos possibilita a efetivação de análises qualitativas. Todavia, aspectos lexicais e sintáticos também podem ser considerados na etapa da interpretação. No caso de nossa análise, nos concentraremos precisamente nas mensagens textuais.

No quadro a seguir, são apresentadas as categorias analíticas, que tomam como base os conceitos do Jornalismo para a Paz (em contraponto com o jornalismo de violência), as questões relacionadas aos estudos sobre a homofobia e as marcas do contexto sócio-histórico.

**Quadro 3-** Categorias de análise

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
<b>Estereótipos de gênero</b>	A categoria diz respeito à exposição do pensamento que rege a heteronormatividade, que impõe a heterossexualidade como única expressão de gênero legítima e aceitável. Este pensamento contribui para a formulação de percepções relacionadas aos comportamentos de homens e mulheres, com regras tacitamente estabelecidas, o que incide diretamente sobre os pensamentos homofóbicos. Esta categoria analisa se os textos jornalísticos reforçam estes estereótipos.
<b>Discurso de ódio<sup>51</sup></b>	No escopo desta pesquisa, a categoria corresponde aos discursos e narrativas que legitimam e naturalizam a violência contra pessoas LGBTQ+. Como visto na análise sócio-histórica, o contexto de polarização política de 2018 evidenciou a propagação de tais discursos; inerentes ao viés cultural da violência, podem culminar em violência direta. Ao jornalismo, sobretudo quando direcionado para a paz, cabe propor direcionamentos que visem desconstruir tais lógicas, por meio de narrativas que rebatam

<sup>51</sup> Nota-se que existem diversas concepções distintas acerca do que denominamos como *discursos de ódio*; inclusive, imbrólios que tensionam *discurso de ódio e liberdade de expressão*. Todavia, no contexto deste estudo, tecemos articulações entre o que chamamos de discursos de ódio e o entendimento dos Estudos para a Paz sobre a violência cultural. São discursos violentos que, à medida que são propagados e estimulados, tendem a se naturalizar.

	e desconstruam posicionamentos que rebaixem determinados grupos sociais.
<b>Violência ou Paz</b>	<p>A abordagem jornalística apresenta elementos do JP ou do JV, segundo as perspectivas de Galtung:</p> <p>1.1 Vê o conflito como problema ou vê uma das partes como problema?</p> <p>1.2 Foca nos efeitos invisíveis da violência (estrutural e cultural) ou foca nos efeitos visíveis (violência direta)?</p> <p>1.3 É orientado para as pessoas ou para as elites (grupos hegemônicos)?</p> <p>1.4 É orientado para soluções (foca em iniciativas de cultura de paz) ou é orientado para vitória que vê a paz unicamente como cessar-fogo (ou eliminar o conflito)?</p>
<b>Atores sociais</b>	Diz respeito aos personagens que integram a narrativa jornalística (fontes). O JP privilegia a multiplicidade de vozes, enquanto o JV evidencia as chamadas “fontes oficiais”, o que pode resultar em abordagens maniqueístas. Privilegiar perspectivas plurais evita silenciamentos e exclusões, o que é essencial em coberturas sobre a homofobia.
<b>Fundamentalismo</b>	A análise sócio-histórica aponta um acentuado crescimento das visões fundamentalistas no Brasil, representadas principalmente por grupos religiosos neopentecostais que vêm ocupando a centralidade do campo político. A categoria busca apontar se nos textos jornalísticos existe a presença de pontos de vista fundamentalistas, cuja propagação gera violência e fortalece a homofobia.
<b>Interseccionalidade</b>	A narrativa tece articulações entre a homofobia e outros marcadores de desigualdades sociais, tais como gênero, raça e classe (apenas para citar alguns exemplos)? Ou aborda o preconceito contra as pessoas LGBTQ+ de forma isolada?

Fonte: elaborado pelo autor

Tanto a hermenêutica de profundidade quanto a análise de conteúdo indicam como terceira fase de seus respectivos métodos a interpretação dos resultados, no caso da análise de conteúdo, denominada como inferência. Com base nas categorias de análise, prosseguiremos

com a análise formal ou discursiva dos conteúdos analisados, o que nos auxiliará a formular interpretações acerca dos objetos analisados e responder ao problema inicial desta pesquisa.

## 6. ANÁLISES E INTERPRETAÇÕES

O presente capítulo é dedicado às análises das narrativas empreendidas pela *Folha de S. Paulo* nos meses de outubro de 2018 e junho de 2019, a partir do conceito de homofobia. Ressaltamos que a seleção deste breve recorte nos possibilitará olhar para as especificidades de cada uma das narrativas com base nas categorias analíticas expostas anteriormente, bem como nos indicará perspectivas sobre algumas marcas características do período analisado.

Como salientado no terceiro capítulo, a homofobia se fortalece na sociedade a partir da naturalização de discursos formulados com a finalidade de inferiorizar quem não se adequa aos padrões estabelecidos pela lógica dominante (heteronormativa). Assim, a violência homofóbica não se restringe às expressões diretas da violência, mas se apresenta também nos comportamentos sociais, isto é, como expressão de violência cultural. Por isso, na etapa da pré-análise do material selecionado, identificamos, que dentre as narrativas sobre homofobia nos meses de outubro de 2018 e junho de 2019, apenas duas remetem à violência em sua dimensão direta.

Nos demais textos jornalísticos observa-se que o comportamento homofóbico está enraizado na sociedade, naturalizado no conjunto de comportamentos e normas que a compõem. Pela constatação de que o período de análise corresponde a um cenário marcado por polarização política e ideológica, sobretudo com a ascensão do pensamento conservador, notamos uma maior incidência de narrativas que se encaixam na categoria fundamentalismo (10 narrativas; 43% dos textos selecionados), o que indica uma importante característica do contexto em que as narrativas estão inseridas, quando os discursos de caráter dogmático e calcados de religiosidade passaram a ocupar a centralidade dos debates políticos, especialmente em se tratando de questões concernentes à sexualidade. Como discorreremos no tópico da análise sócio-histórica, as pautas de cunho moral foram propagadas com intensidade no contexto de polarização política, sustentadas por interpretações dogmáticas. Os quadros com as indicações das narrativas analisadas encontram-se no apêndice da dissertação.

Recapitulando Wiberg (2018), frisamos que as pesquisas realizadas com base nos Estudos para a Paz contemplam valores inerentes ao próprio pesquisador, a partir da correlação entre valores, teoria e dados, o que, desse modo, desconstrói o argumento que impõe distanciamento entre o pesquisador e o objeto. Os Estudos para a Paz pressupõem a mudança de realidades de opressão e, dessa maneira, os pesquisadores desse campo buscam assumir um posicionamento crítico e questionador perante estruturas que ressaltam,

naturalizam e legitimam violência; enxergamos tal movimento como uma responsabilidade epistemológica.

Durante nossa trajetória acadêmica e profissional, do término da graduação à presente dissertação de mestrado, sempre compreendemos o fazer comunicacional como possibilidade de transformação política, social e estimuladora de emancipação. Tal visão de mundo foi construída a partir de nosso engajamento em coletivos que visam a promoção da justiça, a garantia de direitos e a superação das violências. Enxergamos os Estudos para a Paz e sua multidisciplinaridade como um campo científico que orienta nossas escolhas teóricas e metodológicas a partir de nossos próprios valores, sem jamais abrir mão do rigor inerente à construção acadêmica. Como sinaliza Martínez Guzmán (2005), o campo dos EPP tem como uma de suas principais articulações a diminuição do sofrimento humano, propondo “formas pacíficas de transformação das relações humanas que sejam alternativas às guerras, à marginalização e à exclusão que são expressões desse sofrimento” (MARTÍNEZ GUZMÁN, 2005, p. 43).

Na presente pesquisa, os conteúdos jornalísticos são analisados a partir de lentes enrijecidas mediante os aportes teóricos desenvolvidos até então; com efeito, nossa leitura leva em conta o argumento de que o contexto heteronormativo, marcadamente presente em nossa sociedade e acentuado pelo pensamento conservador, contribui para a consolidação da violência homofóbica.

Para guiar nossas análises, voltamos a apresentar, no quadro 4, um resumo com as categorias analíticas que foram criadas a partir do nosso referencial teórico.

**Quadro 4.** Resumo das categorias de análise

<b>CATEGORIA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Estereótipos de gênero	Prevalência de aspectos heteronormativos.
Discurso de ódio	Discursos e narrativas que legitimam e naturalizam a violência contra pessoas LGBT+.
Violência ou Paz	Apresenta o contexto da violência ou se concentra em sua manifestação direta?
Atores sociais	Privilegia perspectivas plurais evita silenciamentos e exclusões.
Fundamentalismo	Traz aspectos relacionados ao avanço do

	pensamento conservador no Brasil, revestido de discursos que fortalecem a homofobia.
Interseccionalidade	Há articulação entre a homofobia e outras estruturas de opressão?

Fonte: elaborado pelo autor

## 6.1 Estereótipos de gênero

Pensamos a categoria estereótipos de gênero a partir da reflexão de que a lógica heteronormativa influencia a forma como as pessoas LGBTQ+ são consideradas ou não pela sociedade. Pelo fato de o jornalismo ser ator social (CARVALHO, 2012), entendemos que as narrativas noticiosas geram influência no modo como determinados grupos são legitimados ou não na esfera pública. No escopo de nossa análise, identificamos uma narrativa que alude à categoria: “A obsessão fálica do bolsonarismo”, publicada em 2 de junho de 2019.

A reportagem possui teor analítico; um aspecto a ser considerado é o fato de ter sido publicada no caderno dominical denominado “Ilustríssima”, cuja principal característica é a divulgação de narrativas mais densas, isto é, se comparadas aos textos que compõem outras editorias, principalmente ligadas às *hard News*. A referida reportagem é de autoria de Naief Haddad, apresentado como jornalista da *Folha*. A proposta do caderno é apresentar múltiplas perspectivas acerca de temáticas complexas que estão em evidência na sociedade; por isso, é comum que alguns textos sejam assinados, não por jornalistas, mas por profissionais de áreas de conhecimento correlatas aos temas abordados.

A narrativa traz uma análise dos discursos propagados pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, costumeiramente revestidos de referências à sexualidade masculina e à preponderância da heterossexualidade e da virilidade. O enfoque analítico é apresentado logo no início do texto, onde existe um resumo da narrativa apresentada, com os seguintes dizeres: “Presidente preocupa-se com a higiene do pênis, exhibe vídeo de ‘golden shower’, faz gracejo com orientais e convida amigos para ‘abraço hetero’. O que especialistas têm a dizer sobre isso?”. Na sequência, são expostas algumas ocasiões em que o presidente, em encontros com apoiadores e em suas redes sociais, proferiu falas que não deveriam tomar dimensão pública, visto que se tratam de particularidades da vida privada.

Algumas atitudes do presidente são expostas no decorrer da reportagem: as constantes piadas proferidas por ele com relação à homossexualidade; em mais de uma ocasião, zombou de asiáticos, reforçando estereótipos sobre as dimensões corporais desses homens; a postagem

de um vídeo em suas redes sociais acerca de um ato sexual realizada em via pública durante o carnaval, com o objetivo de desqualificar o evento com base em um caso isolado. A reportagem propõe uma comparação entre Bolsonaro e Jânio Quadros que, em 1961, proibiu o uso de biquínis nas praias e piscinas do país; a decisão durou pouco tempo, pois logo o presidente renunciou. A comparação se dá logo no início do texto, expressada pelo seguinte parágrafo:

Jânio Quadros e Jair Bolsonaro se assemelham, entre outras coisas, na indignação contra o que veem como depravação sexual, mas uma diferença anatômica os separa. O presidente do “varre, varre, vassourinha” preocupou-se com seios e nádegas enquanto Bolsonaro parece mais atento ao pênis – em que pese a preferência por citações anais de seu ideólogo-mor, Olavo de Carvalho (HADDAD, *Folha de S. Paulo*, 2019, p. 4).

Como exposto anteriormente, a contextualização é uma das características das construções jornalísticas direcionadas para a paz; ao trazer alguns apontamentos históricos, possibilita ao público leitor a realização de analogias, pois entender o passado auxilia na compreensão de alguns aspectos do presente. Tanto Jânio Quadros quanto Jair Bolsonaro têm em comum o fato de levarem suas convicções sobre sexualidade para a esfera pública, mesmo que, diferentemente de Quadros, Bolsonaro não tenha promovido nenhum decreto ou medida provisória neste sentido. Todavia, discursos estimulados por personalidades políticas geram grandes impactos na sociedade, o que tende a naturalizar expressões de violência cultural.

Percebemos que a narrativa confronta os discursos do presidente com os pontos de vista de profissionais ligados ao campo da sexualidade, em um evidente exercício de fazer com que o público compreenda que os comportamentos de Bolsonaro diante de aspectos da sexualidade têm justificativas e estão distantes do que pode ser indicado como “normal”. Um dos especialistas consultados pela reportagem é Contardo Calligaris, psicanalista e colunista da *Folha*, para quem a postura do presidente frente a algumas situações apenas reflete características que o próprio presidente possa abrigar dentro de si. O entrevistado afirma: “Não se pode entender uma posição repressora contra os outros, seja ela qual for, a não ser como um modo de a pessoa se reprimir, de lidar com suas próprias dificuldades”. Argumento semelhante trouxemos no terceiro capítulo desta dissertação, quando Rios (2009, p. 62) afirma que a homofobia pode ser proveniente de sujeitos em conflito com suas próprias tendências homossexuais.

O caráter orientativo do texto é reforçado com os apontamentos de outros especialistas, como a psicanalista Maria Lúcia Homem, para quem a repressão é um

mecanismo de autodefesa; ela, inclusive, explica algumas perspectivas freudianas referentes à pulsão sexual. Na direção oposta de Calligaris e Maria Lúcia, a reportagem também apresenta os pontos de vista de Ageu Heringer Lisboa, fundador do Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos (CPPC). Ele argumenta que o presidente demonstra incapacidade de conviver com pessoas LGBTQ+ simplesmente por que esse grupo causaria “estranheza” diante do repertório de Bolsonaro. Mas a reportagem explica que Lisboa evita se estender sobre o tema com o argumento de não conhecer de perto a vida do presidente.

Na sequência, traz a informação de que esta “estranheza” culminou na decisão de retirar de circulação uma peça publicitária do Banco do Brasil cujo foco era retratar a diversidade contemporânea. No entanto, Lisboa afirma à reportagem que Bolsonaro “mexeu com algo que não devia [...] O que ele disse é que faltou uma tipificação de outros modelos. Não pode ser crucificado por isso”. Posteriormente, a narrativa expõe outro ponto de vista: o do professor de literatura da USP, especialista em estudos de gênero, Mário César Lugarinho, que traz explicações ao veto da peça publicitária por parte de Bolsonaro. O professor cita Freud para afirmar que a perversão não estaria no objeto em si, mas sim, “no olhar de quem olha”. A partir dos pontos de vista destes especialistas, a reportagem indica reflexões sobre o recrudescimento das visões moralistas acerca da sexualidade, o que faz com que determinadas pessoas “se sintam sitiadas pelos seus próprios desejos, o que parece se aplicar ao perfil psicológico bolsonarista” (HADDAD, *Folha de S. Paulo*, 2019, p. 4).

O texto também destaca o argumento usado durante a campanha de Bolsonaro para a presidência acerca da distribuição de um suposto “kit gay” nas escolas, por parte de seu opositor, o petista Fernando Haddad. Como exposto anteriormente, este material jamais existiu. Segundo a reportagem, o chamado “kit gay” ganhou um “subproduto insólito”, chamado de “mamadeira de piroca”. A reportagem traz a opinião de Ricardo Mariano, professor da USP e especialista no segmento evangélico. Para ele, Bolsonaro e seus apoiadores souberam, por meio dessas pautas, atizar os “pânicos morais” da sociedade brasileira, o que fortaleceu o candidato junto aos grupos evangélicos e declaradamente conservadores. E complementa com os argumentos de Ageu Heringer Lisboa:

Embora critique os modos virulentos de Bolsonaro, Lisboa admite que o presidente “soube vocalizar as angústias de muitas famílias, assustadas com as formas como a sexualidade é apresentada na TV Globo e em outros veículos de mídia”. Para ele, as famílias lideradas por casais heterossexuais são, em geral, retratadas de modo negativo nas novelas. “Já as famílias não tradicionais são vistas como descoladas”, diz (HADDAD, *Folha de S. Paulo*, 2019, p. 5).

Percebemos que a reportagem apresenta múltiplas vozes sobre a temática e, assim, busca promover o diálogo. Esta é uma das características do Jornalismo para a Paz. Sem embargo, as vozes apresentadas são revestidas de “autoridade”, por se tratarem de especialistas; não foram consultados atores sociais que geralmente são alvos diretos dos ataques do presidente pelo simples fato de vivenciarem suas sexualidades. Certamente, o objetivo da reportagem, e até mesmo do caderno em que fora publicada é, de modo pedagógico, propor reflexões sobre o comportamento do presidente quando o assunto é sexualidade. Aspectos críticos são percebidos no decorrer da narrativa e fica evidente o posicionamento do jornal em relação ao tema; inclusive o título, “A obsessão fática do bolsonarismo”, já indica o ponto de vista do veículo com relação ao comportamento do presidente, já que o conceito de “obsessão” se relaciona à insistência em trazer à tona a temática sexual, com o fim de deslegitimar determinados grupos a despeito de outros. O título indica que a “obsessão fática do bolsonarismo” resulta em um predomínio masculino, viril e heterossexual; “bolsonarismo”, por sua vez, não se reduz ao presidente, mas pressupõe que os comportamentos estimulados por ele resultam na emancipação de um grupo que se identifica com tais visões revestidas de preconceitos; vemos que o “bolsonarismo” se traduz como uma ideia, de modo que teria sobrevivido mesmo sem a figura de Bolsonaro, propriamente dita.

A reportagem ocupa duas páginas do caderno Ilustríssima. No centro das páginas foi divulgado um esquema em forma de tópicos com algumas situações em que Bolsonaro discursou de modo pejorativo ou jocoso, trazendo referências sexuais envoltas de moralidade. Consideramos que a narrativa se aproxima do que sugere o Jornalismo para a Paz, especialmente pelo aprofundamento e densidade da abordagem; trata-se de um caderno publicado somente aos domingos, de modo que o fator tempo de produção é capaz de influenciar a qualidade do material, proporcionando apurações e construções textuais mais consistentes.

Em que medida a narrativa jornalística contribui para dismantelar a prevalência do discurso heteronormativo, que inferioriza as demais expressões da sexualidade? É notório que a reportagem se contrapõe a esta lógica e coloca o presidente e seus seguidores como os principais porta-vozes dos estereótipos de gênero, que relegam pessoas LGBTQ+ à subalternidade. As diversas fontes consultadas fortalecem o argumento de que as atitudes do presidente são retrógradas e dantescas, oriundas de um conservadorismo extremo que culmina em agressões verbais, que podem culminar na legitimação de violência direta contra quem não vive conforme o “padrão” tacitamente estabelecido. Ao passo que expõe estes

posicionamentos, confrontando-os com as descrições do comportamento de Bolsonaro, a reportagem dialoga com o público leitor, o levando a identificar as marcas de opressão que não condizem com uma realidade de paz.

## 6.2 Discurso de ódio

Outubro de 2018 foi marcado por intensa polarização política no Brasil, como apontamos na análise sócio-histórica. Os embates entre os grupos que pleiteavam o poder resultaram na externalização de discursos de ódio, especialmente direcionados às chamadas “minorias sociais”, com destaque à comunidade LGBTQ+. O que antes era guardado no íntimo de alguns indivíduos, como pensamentos racistas e homofóbicos, por exemplo, passou a ser “autorizado” a partir do fomento de discursos revestidos de autoridade moral, empenhados em macular alguns segmentos sociais. Houve um acentuado crescimento do pensamento conservador, levando para as discussões políticas as chamadas “pautas morais”, sempre envoltas por aspectos fundamentalistas, ligados à religiosidade, o que, em certa medida, nos ajuda a compreender a naturalização dos discursos de ódio direcionados aos grupos sociais considerados “ilegítimos”. Destarte, foi em outubro de 2018 que identificamos duas narrativas que se encaixam na categoria discurso de ódio; ambas possuem relação direta com o cenário de polarização política identificada no período: “Haddad precisou reatar com PT para assumir candidatura de Lula” e “Parente vira serpente com clima eleitoral no WhatsApp”.

A primeira reportagem analisada – “Haddad precisou reatar com PT para assumir candidatura de Lula – foi publicada no dia 6 de outubro no caderno Eleições 2018 (página A18), assinada por Bruno Boghossian. O texto não diz respeito diretamente à homofobia, no entanto, por termos realizado a busca de publicações utilizando o conceito como palavra-chave, chegamos a esta narrativa; embora a homofobia não esteja no centro da abordagem do referido texto, ela está presente para explicar os diversos ataques direcionados ao então presidente Fernando Haddad. O grupo opositor, representado por Jair Bolsonaro, apropriou-se de alguns argumentos que tinham o objetivo de imputar a Haddad e ao Partido dos Trabalhadores a alcunha de imorais; para tanto, foi elaborada uma série de discursos falaciosos, nos quais observamos a reprodução de pensamentos homofóbicos que estão naturalizados em uma considerável parcela da sociedade, orientada por cânones heteronormativos.

A matéria, neste sentido, versa sobre os esforços do candidato Haddad em superar o pensamento antipetista e reconquistar parte do apoio perdido pelo partido nos últimos anos.

“A rejeição crescente ao PT dificultou o plano de Haddad de se apresentar como uma alternativa amena ao que ele mesmo classifica como a ‘barbárie’ representada por Jair Bolsonaro” (BOGHOSIAN, *Folha de S. Paulo*, 2018, p. A18). Como estratégia, segundo a matéria, o petista buscava representar uma imagem mais amena, se comparada ao notável radicalismo do grupo opositor.

O texto também narra o processo de escolha de Haddad como candidato do PT e ressalta que, antes de ser lançado como candidato, ele mesmo tinha a intenção de formar uma frente ampla com grupos progressistas com a finalidade de frear a onda conservadora, crescente no Brasil desde as manifestações de junho de 2013. Um dos pontos que mais nos interessam é o resgate histórico proposto pelo texto. Em 2011, quando Haddad era ministro da Educação, sua pasta contratou uma ONG para elaborar um material de orientação de professores com o objetivo de combater a homofobia em sala de aula. Segundo a reportagem, a chamada “bancada evangélica”, grupo de deputados que representam o segmento, rotulou o material como “kit gay”, levando o governo federal a engavetar o projeto.

Dez anos após esta iniciativa, o grupo político que se opunha à candidatura de Haddad passou a utilizar a falácia do “kit gay” como argumento para confrontá-lo. A reportagem, que ocupa uma página, traz alguns destaques das falas proferidas por Haddad, dentre as quais frisamos uma que se direciona diretamente ao preconceito do candidato do PSL: “Bolsonaro tem algum problema psicológico contra mulher, negro e LGBT. Sou a favor que a Câmara pague tratamento psicológico para ele”. Na legenda desta frase, a *Folha* a situa da seguinte forma: “em ataque após avanço do adversário nas pesquisas”. A escolha da palavra “ataque”, no nosso entendimento, apenas intensifica o cenário de embate e polarização.

A reportagem cumpre um dos objetivos do jornalismo que, em meio a um cenário de disputa eleitoral, deve apresentar o perfil dos candidatos para que os eleitores avaliem e tomem suas decisões. No que tange ao discurso de ódio, percebemos que os argumentos acerca do “kit gay” despertaram a cólera de alguns segmentos sociais, especialmente conservadores e, em grande parte, apoiadores do então candidato do PSL. Ao apresentar esta situação e destacar os dizeres de Haddad sobre o comportamento homofóbico de Bolsonaro, fica evidente que a reportagem, ainda que indiretamente, alerta para o risco que a chegada ao poder deste grupo conservador representaria à população LGBTQ+, principalmente pelo fato de que o foco da matéria não é a homofobia em si, mas a rearticulação da imagem de Haddad para reconquistar o eleitorado. Fica evidente a forma como a população LGBTQ+ e as questões relacionadas à diversidade sexual são consideradas pelos candidatos.

A segunda narrativa analisada nesta categoria é “Parente vira serpente com clima eleitoral no WhatsApp”, publicada no dia 11 de outubro, no caderno Eleições 2018, assinada por Eliane Trindade. Com base em um ditado popular, o título indica o cenário de polarização no pleito presidencial daquele ano, estimulado pelo avanço do pensamento conservador e das pautas de cunho moral. Desse modo, versa sobre os confrontos entre familiares e amigos com posicionamentos políticos e ideológicos divergentes. As redes sociais tiveram papel crucial no pleito de 2018, de modo que as divulgações políticas se apropriaram do potencial de mídias como *Twitter*, *Facebook* e *WhatsApp* com o argumento de que estas possibilitariam um diálogo direto com o público, sem mediadores. Entretanto, a transmissão de conteúdos por meio do *WhatsApp* (aplicativo que possibilita a transmissão instantânea de mensagens de texto, áudio e vídeos) também resultou no envio, em profusão, de conteúdos falsos, elaborados com a finalidade de deturpar a imagem de um dos grupos que disputavam o pleito, incluindo discursos de ódio. A reportagem em questão se localiza neste contexto.

O texto apresenta algumas situações de pessoas que deixaram grupos da família no *WhatsApp* por conta do envio de mensagens como memes e informações falsas, que inflamam confrontos em tempos de polarização. Segundo a matéria: “as eleições passaram a nortear grupos no WhatsApp em intermináveis trocas de farpas entre ‘bolsominions e esquerdopatas’”. E o tom das conversas piora neste segundo turno entre Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT)” (TRINDADE, *Folha de S. Paulo*, p. A10). Os termos ‘bolsominions’ e ‘esquerdopatas’ são usados pejorativamente para se referirem aos apoiadores de Bolsonaro e Haddad, respectivamente.

A reportagem apresenta alguns depoimentos e, dentre eles, destacamos dois homossexuais que tiveram problemas com familiares em grupos de *WhatsApp*. Um deles, Ricardo Souza, se apresenta como de centro-esquerda; assumido, em diversas ocasiões se sentiu ofendido por mensagens homofóbicas enviadas por parentes apoiadores de Bolsonaro. Segundo o texto, Ricardo afirma que os parentes ignoram quaisquer informações divulgadas pela mídia, mas criam suas próprias verdades. O texto também traz o caso de outro homossexual, cujo nome não é identificado; ele desistiu de passar as férias com a família, pois, sendo gay, não se sentia confortável entre parentes apoiadores de Bolsonaro, e destaca a frase: “Eu não seria capaz de abraçá-los ou sentar à mesa sem me lembrar que alguns de vocês tomaram uma decisão que me coloca em risco”. A reportagem não concede espaço somente às pessoas identificadas como esquerda. Também apresenta o argumento de uma mulher, não identificada, que votou em Ciro Gomes (PDT) em busca de uma terceira via, mas precisou romper relações com a mãe, apoiadora de Haddad, a qual denomina como intolerante.

Percebe-se um esforço da reportagem em alertar os leitores com relação aos riscos de compartilhamento de informações falsas e discursos de ódio por meio de ferramentas como o *WhatsApp*, diante de um contexto em que tais práticas se tornaram comuns. Com relação à transmissão de mensagens homofóbicas, existe o indicativo de que tais conteúdos geralmente são propagados por apoiadores do então candidato Bolsonaro; tal constatação nos auxilia a refletir sobre os impactos dos discursos do presidente junto aos seus apoiadores. A postura do jornal, a partir dessa reportagem, é demonstrar como a polarização política contribuiu para a cisão de laços familiares e como mensagens de cunho preconceituoso acentua ainda mais essas divisões. Aproxima-se da perspectiva do Jornalismo para a Paz na medida em que opta por múltiplos pontos de vista, focando em atores sociais inseridos no conflito.

As análises das narrativas a partir da categoria discursos de ódio nos auxilia a enxergar os efeitos da violência cultural que, conforme abordado em capítulos anteriores, se manifesta na sociedade de forma sutil e silenciosa. O modo como o jornalismo repercute situações em que imperam esta tipologia de violência deve ser revestido de criticidade, garantindo ao público receptor ferramentas que auxiliem a desarticulá-la. No caso das duas reportagens analisadas, fica implícita a naturalização dos discursos de ódio no contexto político brasileiro. Na medida em que são naturalizados e autorizados socialmente, estes discursos passam a integrar as ferramentas de persuasão de grupos que disputam o poder, estreitando o diálogo com parcelas da população que se identificam com tais pensamentos. Com efeito, se um grupo político externaliza homofobia, é notório que cativará parte do eleitorado que ostenta preconceitos contra pessoas LGBT+.

### **6.3 Violência ou paz**

A categoria violência ou paz foi articulada para analisar as narrativas que versam sobre aspectos diretos da violência; a finalidade é verificar se os textos se aproximam ou não da perspectiva do Jornalismo para a Paz que, para muito além da mera apresentação da violência, visa apresentar seus efeitos invisíveis, isto é, os elementos estruturais e culturais que permeiam o conflito. A partir do conceito de homofobia, identificamos duas reportagens que atendem a esta categoria, ambas publicadas em junho de 2019: “Ataque homofóbico violento no PE deixa jovem com sequelas” e “Em SP, 40% já sofreram ou viram preconceito contra LGBT”.

A primeira reportagem – “Ataque homofóbico violento no PE deixa jovem com sequelas” – foi publicada em 10 de junho de 2019, no caderno Cotidiano (página B3) e é assinada por Dhiego Maia. O texto traz um caso explícito de homofobia ocorrido em Moreno, cidade da região metropolitana do Recife (PE). Na data da publicação, Jefferson estava há seis meses em uma cama de hospital, após ter sido estuprado, apedrejado e espancado a pauladas, como citado no texto, que evidencia a ocorrência de violência direta. A matéria indica que a agressão foi praticada por razões homofóbicas e narra em detalhes o ocorrido. Jefferson comemorava com os amigos em uma praça da cidade o fato de ter concluído o ensino médio e fazia planos de ingressar na universidade. Por meio de relatos de uma amiga de Jefferson, a matéria aponta que a vítima recusou as investidas do acusado, que queria beijá-lo. O jovem foi espancado quando saiu da praça para urinar; ele foi seguido pelo acusado, avistado pelos amigos da vítima com as mãos sujas de sangue, além de ter sido flagrado pelas câmeras de segurança no local.

Embora narre detalhadamente a violência direta, uma das características do Jornalismo de Violência, a reportagem indica alternativas com relação à necessidade de criminalizar a homofobia, o que fica evidente nos dizeres do promotor responsável pelo caso, Rousseaux Vieira: “O promotor vê no episódio uma conotação homofóbica clara. ‘O acusado manteve um intenso assédio contra o Jefferson. E mesmo tendo recusado a prática sexual, esperou o estudante se colocar em posição de fragilidade para agredi-lo e violentá-lo sexualmente a força’, explica” (MAIA, *Folha de S. Paulo*, 2019, p. B3). E, em outro trecho, a matéria antecipa que a pauta da criminalização estaria sendo analisada pelo congresso: “Apesar disso, diz Rousseaux, o acusado não foi denunciado por homofobia, mas por estupro com agravante de lesão corporal grave, além de roubo. ‘Ainda não havia previsão legal para tipificar a homofobia’”. E complementa: “Foi no dia 23 de maio que o STF (Supremo Tribunal Federal)<sup>52</sup> formou maioria dos ministros para enquadrar a homofobia como um dos crimes de racismo, até o Congresso aprovar lei sobre o tema”.

Ainda que narre detalhadamente a manifestação de violência direta, notamos que há indícios de uma prática jornalística orientada para a paz na medida em que a reportagem aponta possibilidades para a superação da violência homofóbica, além de humanizar a

---

<sup>52</sup> No período selecionado para realização das análises, identificamos duas notas na *Folha de S. Paulo* (publicadas em 14 de junho de 2019), relacionados à decisão do STF de enquadrar a homofobia como crime de racismo. Entretanto, são textos meramente descritivos, acerca do processo de votação da proposta; limitam-se a narrar a decisão e expõem de forma breve o posicionamento de alguns dos ministros do Supremo. Entretanto, caberia ao jornal apresentar um histórico mais detalhado sobre a decisão. A falta de contextualização e a prevalência de relatos do julgamento se aproximam das características do Jornalismo de Violência, cujo enfoque são as descrições dos conflitos, desprovidas de vieses analíticos.

situação ao apresentar a história da vítima e conceder voz aos agentes envolvidos. Os dois primeiros parágrafos do texto, inclusive, fogem do padrão dominante nas narrativas noticiosas, muitas vezes orientadas em responder questionamentos que resumam a ocorrência; apresenta o caso de modo a estimular a empatia do público, na medida em que narra a forma como a mãe de Jefferson se comunica com o filho, que perdeu funções cognitivas após a agressão. O título da reportagem também evidencia que a agressão se deu por motivação homofóbica. Importante também destacar que o texto ocupa a maior parte da página em que se encontra e é acompanhado por duas imagens: uma delas mostra Jefferson na cama de hospital, com a mãe ao seu lado; e a outra mostra uma *selfie* do rapaz, antes de sofrer a agressão.

Também é válido ressaltar que a ocorrência é um caso isolado, isto é, um recorte da homofobia no Brasil. Em um dos trechos da reportagem é sinalizado que o jovem Jefferson vivia constantemente com medo de ser vítima de agressões por conta de sua condição sexual e, na noite da ocorrência, comentara com uma amiga sobre este receio. Na sequência, o texto apresenta dados do Atlas da Violência do Ipea e ressalta o aumento de 10% das notificações de agressões contra gays e 35% contra bissexuais de 2015 a 2016. A informação é relevante no sentido de apresentar um panorama dos impactos da homofobia no país, o que serve para alertar a população quanto à urgência da articulação de uma legislação que puna autores de crimes dessa modalidade. Assim, o relato da violência direta sofrida por Jefferson não é realizado de forma leviana, com o único objetivo de expor a violência por si mesma, mas visa ilustrar como se dá a agressão às pessoas LGBTQ+, em um país onde a homofobia é acentuada.

Publicada em 19 de junho de 2019, a reportagem “Em SP, 40% já sofreram ou viram preconceito contra LGBT” também é assinada pelo jornalista Dhiego Maia e traz um aspecto quantitativo da homofobia manifestada na maior metrópole do país. Durante a narrativa, são evidentes os marcadores que engendram manifestações preconceituosas com relação às pessoas LGBTQ+. A linha fina da reportagem informa que espaços públicos e transporte são os locais mais hostis para esta população, o que nos leva a refletir sobre os lugares em que a homossexualidade é ou não permitida; a partir do momento em que é manifestada em espaços públicos, desencadeia não-aceitação em parcelas sociais dominadas pela heteronormatividade.

A partir de dados da pesquisa “Viver em São Paulo – Direitos LGBTQI+”, realizada pela ONG Rede Nossa São Paulo em parceria com o instituto Ibope, o texto aponta que cerca de 4 em cada 10 paulistanos já foram alvo de preconceitos ou presenciaram discriminação contra pessoas LGBTQ+ em espaços públicos da metrópole. Segundo a pesquisa, esta população está mais vulnerável em ambientes como ruas, praças, trens e ônibus, visto que são

lugares que propiciam “encontros entre as diferenças”, conforme palavras do sociólogo Américo Sampaio, coordenador da Rede Nossa São Paulo, consultado pela reportagem.

Um dado social importante também é apontado no texto, que traz a informação de que as pessoas mais atingidas pelo preconceito se encontram na margem da sociedade; vivem nas periferias e precisam se deslocar por grandes distâncias para trabalhar. Também caiu de 50% para 40% o percentual de entrevistados que consideram São Paulo tolerante com relação aos LGBT+. As marcas do tempo presente, conforme apontamos na análise sócio-histórica, podem ter influência na naturalização da homofobia, principalmente se levarmos em conta a ascensão ao poder de um grupo político declaradamente conservador e intolerante para com a diversidade sexual e de gênero. Este argumento é apresentado na reportagem a partir da visão de Américo Sampaio, para quem “a eleição do presidente Jair Bolsonaro funcionou como gatilho para a queda do indicador de tolerância”, estimulada pela profusão de discursos agressivos contra a população LGBT+.

Para corroborar o argumento de que os índices de intolerância aumentaram com a chegada de Bolsonaro ao poder, a reportagem também apresenta os resultados de uma pesquisa conduzida pela organização de mídia Gênero e Número, financiada pela Fundação Ford; segundo o relatório, houve uma escalada de violência contra a população LGBT+ no Brasil desde o período eleitoral de 2018. 51% dos entrevistados pela pesquisa afirmaram ter sofrido algum tipo de violência motivada por orientação sexual ou identidade de gênero desde as eleições, sendo que 94% deles foram vítimas de violência verbal (indireta) e 13% de violência física (direta).

Além da violência, o texto também ressalta a falta de políticas públicas voltadas à população LGBT+ na cidade de São Paulo, mas apresenta os posicionados da prefeitura com relação a esta pauta. Também apresenta o dado que, na contramão do aumento da intolerância, revela que boa parte dos entrevistados pela pesquisa (55%) é favorável à criminalização da LGBTfobia.

Observamos que a reportagem se aproxima da perspectiva do Jornalismo para a Paz ao passo que apresenta os números da pesquisa relacionando-os com argumentos de especialistas que ressaltam, sobretudo, os impactos dos discursos de violência em ascensão na atualidade. Não é focada unicamente na apresentação dos dados, mas traz argumentos que estimulam o diálogo a partir de referenciais que podem ser identificados no comportamento da sociedade. Embora concentrada em São Paulo, o recorte da pesquisa divulgada pela *Folha* auxilia os receptores a terem um parâmetro de como a homofobia se manifesta no Brasil.

Com base nesta categoria, percebemos que as narrativas da *Folha*, no período analisado, se concentram em aspectos culturais da violência. Como apontado no decorrer desta pesquisa, esta tipologia de violência se manifesta sutilmente, estando presente nos discursos sociais que se revestem de uma aparente normalidade. Todavia, a violência de ordem social motiva, legitima e naturaliza a violência em sua manifestação direta. Os textos analisados nesta categoria nos fazem refletir sobre como o pensamento homofóbico resulta em agressões contra pessoas que não se encaixam nos ditames heteronormativos.

#### 6.4 Atores sociais

A categoria atores sociais foi articulada para analisar as matérias cuja centralidade está nas personagens. Um dos fundamentos do Jornalismo para a Paz, especialmente em contextos de conflito, é privilegiar a pluralidade de vozes, de modo que as narrativas concedam espaço aos diversos atores sociais que integram o acontecimento narrado, a despeito da centralidade das fontes oficiais, que prevalecem em grande parte dos produtos jornalísticos. Identificamos seis narrativas que se encaixam nesta categoria analítica, a partir do conceito homofobia. Reiteramos que alguns textos no escopo de nossas análises podem não abordar casos de homofobia propriamente dita, mas tangenciam a temática, visto que o pensamento homofóbico está presente na sociedade, naturalizado, por ser uma expressão de violência cultural, o que tende a promover o silenciamento de determinados grupos à medida que não os garante representatividade. Apresentamos no quadro 4 informações como data de publicação, título, editoria e autoria dos textos analisados nesta categoria.

**Quadro 5** – Relação de narrativas da categoria Atores Sociais

DATA	TÍTULO	CADERNO/EDITORIA	AUTORIA
05/10/2018	Pablo Vittar diz que “estampou” alma em álbum	Ilustrada (C5)	João Paulo Martins
21/10/2018	Montadas e poderosas, mulheres viram drags e reforçam autoestima	Cotidiano (B4)	Débora Miranda
30/10/2018	Drag queens defendem o mundo gay em série	Ilustrada (C3)	Rafael Gregorio
22/06/2019	Clube de techno impele luta política por drogas e vida LGBT na Geórgia	Mundo (A10)	João Perassolo
23/06/2019	Política e memória dão tom à Parada LGBT neste domingo	Cotidiano (B1)	Dhiego Maia

24/06/2019	Sem polêmicas, Parada Gay mistura tom político e de micareta patrocinada	Cotidiano (A19)	Ana Virginia Ballousier Artur Rodrigues
------------	--	-----------------	--

Fonte: elaborado pelo autor

Dentre as seis narrativas que compõem esta categoria, três fazem referência à figura da *drag queen*, considerada subversiva se levarmos em conta os padrões que regem as expressões de gênero na sociedade heteronormativa. Ao conceder espaço e representatividade a estas personagens, o jornalismo ultrapassa fronteiras, tendo em vista que costumeiramente elas são silenciadas, dado que a própria condição de ser dessas personagens desafia as normas vigentes. Guacira Lopes Louro discorre sobre o aspecto revolucionário da *drag queen*:

Para as fronteiras constantemente vigiadas dos gêneros e da sexualidade, a crítica paródica pode ser profundamente subversiva. Em sua “imitação” do feminino, uma *drag queen* pode ser revolucionária. Como uma personagem estranha e desordeira, uma personagem fora da ordem e da norma, ela provoca desconforto, curiosidade e fascínio. [...] A *drag* encara a construtividade dos gêneros. Perambulando por um território inabitável, confundindo e tumultuando, sua figura passa a indicar que a fronteira está muito perto e que pode ser visitada a qualquer momento. [...] Feita deliberadamente, ela encarna a proliferação e vive à deriva, como um viajante pós-moderno (LOURO, 2018, p. 20).

Observamos que as matérias referentes ao universo das *drag queens* ressaltam aspectos que costumeiramente o senso comum se utiliza para se referir a estas personagens, especialmente características relacionadas ao glamour, ao exagero e à ligação com a arte. As matérias publicadas em 5 e 30 de outubro de 2018, por exemplo, estão focadas na divulgação de produtos culturais. A matéria “*Drag queens* defendem o mundo gay em série” divulga a estreia de uma animação produzida pelo serviço de *streaming* Netflix, intitulada “Super Drags”, que tem como argumento central três amigos que, ao se vestirem como *drag queens*, se transforma em super-heroínas. Com traços de humor, a animação tem como finalidade criticar os preconceitos contra as pessoas LGBTQ+.

Um dos pontos que chamam atenção na matéria é quando salienta que a discriminação é retratada na série a partir de vilões que, em certa medida, são inspirados em figuras do cotidiano brasileiro. “Um deles, afeito a declarações bombásticas na TV, lembra o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL), inspiração que os autores nem confirmam nem negam” (GREGORIO, *Folha de S. Paulo*, p. C3). Na sequência, o texto traz o questionamento sobre qual o sentido de um desenho animado de conteúdo adulto, destinado ao público LGBTQ+ em um momento político caracterizado por constantes agressões contra este segmento social. A

resposta é colocada por Pablo Vittar, artista *drag queen* que participou das dublagens do desenho animado: “É incrível. Apesar de a gente viver grandes retrocessos, vemos vários avanços também. Sempre foco na positividade, olho pra frente”, diz Vittar.

Nota-se que o texto está imbuído de críticas com relação ao tempo presente. Mesmo que o objetivo seja a divulgação da série, percebemos um esforço em garantir voz aos principais atores para os quais o referido produto cultural é direcionado. À medida que apresenta o teor crítico da animação quando confrontada com a crescente discriminação contra os LGBT+, observada no contexto político atual, o texto leva o público leitor a refletir sobre possíveis respostas ao avanço dos preconceitos; a arte, sobretudo protagonizada por personagens “subversivas” como as *drag queens*, pode contribuir no combate à intolerância.

Uma das características da Comunicação para a Paz, como apontado por Vicente (2015), é ser um canal de divulgação de iniciativas de paz; destarte, o fato de um jornal de grande circulação como a *Folha de S. Paulo* conceder espaço de uma página para a divulgação de um conteúdo direcionado ao público LGBT+ e que visa desarticular preconceitos, caminha na direção proposta pelo Jornalismo para a Paz.

Outra matéria relacionada ao universo das *drags* é “Montadas e poderosas, mulheres viram *drags* e reforçam autoestima”, sobre um movimento empenhado em romper com padrões estéticos, mas que vem encontrando resistência frente a artistas do meio. A matéria começa com uma frase proferida por Pablo Vittar, apresentada como uma das *drag queens* mais bem-sucedidas do mundo, que afirma: “Drag é arte. E é para todo mundo!”. Segundo a matéria, o argumento vem na contramão da polêmica em torno de mulheres em busca de espaço no universo *drag*, acusadas por alguns representantes deste nicho de apropriação cultural.

A partir de pontos de vistas diversos, especialmente de atores sociais inseridos no contexto apresentado, a matéria situa os leitores a compreenderem características do universo *drag queen*, o apresentando como subversivo por natureza, com força crítica e “o poder de chocar com a montagem – como a transformação é conhecida” (MIRANDA, *Folha de S. Paulo*, 2018, p. B4). Para algumas das personagens mulheres entrevistadas, ser *drag* representa quebrar paradigmas relacionados à feminilidade, à sexualidade e à autoestima e, nesse sentido, assumir a extravagância característica das *drags* é, para algumas mulheres, uma forma de performar suas próprias feminilidades.

Um aspecto que destacamos na referida narrativa é o fato de ressaltar a violência simbólica sofrida pelas *drag queens* na sociedade, pois na maioria das vezes são vistas com estranheza por não se encaixarem em padrões tradicionais. Uma das personagens ouvidas

afirma: “Drag sempre foi marginal. Sou uma mulher gorda, que sempre foi julgada pela sociedade e estou subindo num palco. É um movimento de liberdade que reúne pessoas que foram discriminadas a vida toda. É estranho, mas eu sempre fui estranha”.

O texto, nesse ponto, traz à baila discussões relacionadas aos padrões estéticos que existem na sociedade, em um movimento semelhante aos ditames estabelecidos pela lógica heteronormativa, tendo em vista que também geram exclusões e violência. Com isso, traz o contraponto: “Livrar-se dos padrões estéticos e se reconhecer bonita são pontos importantes para as mulheres drag. Muitas são gordas e afirmam que nunca se acharam sensuais antes de se montar” (MIRANDA, *Folha de S. Paulo*, 2018, p. B4). Fica evidente no texto um esforço para problematizar (e desconstruir) estereótipos de gênero, que são frutos de uma violência cultural, apontando, inclusive, o pensamento machista ainda presente no universo LGBT+:

Ao passo que promove discussões acerca dos padrões que geram violência, o texto apresenta perspectivas diversas de *drag queens*, mulheres e homens, que subvertem os padrões heteronormativos. Tecer argumentos a partir das bases, principalmente em grupos minoritários, constantemente alvos de violência, é um dos princípios de uma prática jornalística impelida na paz. Tal como pressupõe a *teoria queer*, promover o “estranhamento” é um importante meio de promover transformação; o jornalismo também pode buscar alternativas de “estranhar” as normas que estabelecem padrões narrativos a serem seguidos e, assim, privilegiar coberturas mais críticas e humanizadas.

Na categoria atores sociais, também destacamos a cobertura empreendida pela *Folha de S. Paulo* sobre a Parada Gay, que em 2019 chegou à 23ª edição. Desde sua concepção, a Parada visa garantir visibilidade e legitimação de direitos da população LGBT+. Em São Paulo, os primeiros passos para o advento de organizações voltadas ao ativismo homossexual que visavam à garantia de direitos ocorreram ao final da década de 1970 e se estenderam para as décadas seguintes. A busca pela legitimidade conduz, desde então, a organização política das homossexualidades (TRINDADE, 2011).

Em 28 de junho de 1996, data proclamada como o Dia do Orgulho Gay<sup>53</sup>, uma concentração na Praça Roosevelt, na capital paulista, reunia homossexuais em alusão às revoltas de *Stonewall*. “Esse acontecimento funcionava também como uma forma de globalização da política gay, trazendo em seu rastro todo um campo simbólico. Em termos

---

<sup>53</sup> Trindade (2011, p. 74) explica que o Dia do Orgulho Gay surge em alusão ao episódio ocorrido no bar *Stonewall Inn*, em Nova York. Costumeiramente frequentado por gays e lésbicas, o local era considerado um “gueto homossexual”. No dia 28 de junho de 1969, forças armadas invadiram o bar para reprimir os/as homossexuais que lá estavam. Porém, nesta noite em questão, os frequentadores resistiram à opressão e, a partir deste episódio, outras pautas relacionadas ao direito da população homossexual foram trazidas à tona; este foi o embrião da organização política Frente de Libertação Gay (TRINDADE, 2011).

visuais, o arco-íris; em termos políticos, a inclusão cidadã via uma subjetividade política” (TRINDADE, 2011, p. 74). Por intermédio dos organizadores, as edições posteriores da Parada Gay de São Paulo foram realocadas para a Avenida Paulista, símbolo do poder econômico da capital, cativando adeptos de todo o mundo.

Consideramos que a luta pela garantia de direitos e reconhecimento social é uma importante ferramenta utilizada pela comunidade LGBTQ+ na busca por legitimidade. Assim, a Parada do orgulho LGBTQ surge com a finalidade de mobilizar a sociedade e fazê-la enxergar estes grupos como cidadãos e cidadãs dignos/as de representatividade. Durante o evento, realizado anualmente, grupos considerados subalternos encontram seus lugares de fala, expressam livremente sua afetividade e lutam para quebrar paradigmas que pairam sobre uma sociedade ainda calcada em visões heteronormativas. Aquilata-se, desse modo, que ao conceder espaço à cobertura deste evento, o jornalismo contribui para conceder representatividade às pessoas LGBTQ+.

Na edição de 24 de junho, dia posterior à realização da Parada Gay, a *Folha de S. Paulo* concede destaque à cobertura do evento. Um dia antes (23 de junho), o jornal divulgara a realização do evento, ressaltando que política e memória dariam tom ao evento; esta matéria é focada na divulgação do evento, realizada pela primeira vez durante a gestão presidencial de Jair Bolsonaro. Por isso, o texto ressalta o teor político da edição, que teria a presença marcante de protestos contra o presidente, além de celebrações referentes aos 50 anos da revolução de Stonewall, denominada pelo jornal como “revolta gay de Nova York”.

Segundo a reportagem do dia 23 de junho, a parada chega à 23ª edição celebrando conquistas, dentre as quais se destaca a decisão do STF de enquadrar a homofobia e a transfobia como crimes de racismo. Entretanto, também ressalta que existe um outro desafio, que é manter o que já foi conquistado pela comunidade LGBTQ+. A narrativa indica que o comportamento do presidente Bolsonaro é um desses desafios, e salienta as diversas declarações homofóbicas proferidas por ele. “Em uma delas, já no cargo, chegou a dizer que não gostaria que o Brasil fosse conhecido como um país de gays” (MAIA, *Folha de S. Paulo*, p. B1). O texto, nesse sentido, ressalta os protestos que seriam realizados na Parada contra o presidente.

Ademais, esta reportagem de divulgação, que ocupa uma página inteira, traz destaques sobre os desafios e conquistas dos LGBTQs nos últimos 50 anos, o que, no nosso entendimento, vai ao encontro dos princípios do Jornalismo para a Paz. Um evento como a Parada Gay, que visa garantir visibilidade, somente é realizado porque existe uma lógica excludente empenhada em deslegitimar tal grupo, trancafiando-o no silêncio dos armários existenciais.

Com efeito, a Parada é o momento em que a comunidade LGBTQ+ vai às ruas para reivindicar seus direitos, sendo a representatividade o principal deles. Na condição de ator social, o jornalismo deve cumprir a função de garantir espaço a iniciativas como esta, voltadas a desconstruir barreiras edificadas a partir de violências de cunho estrutural e cultural.

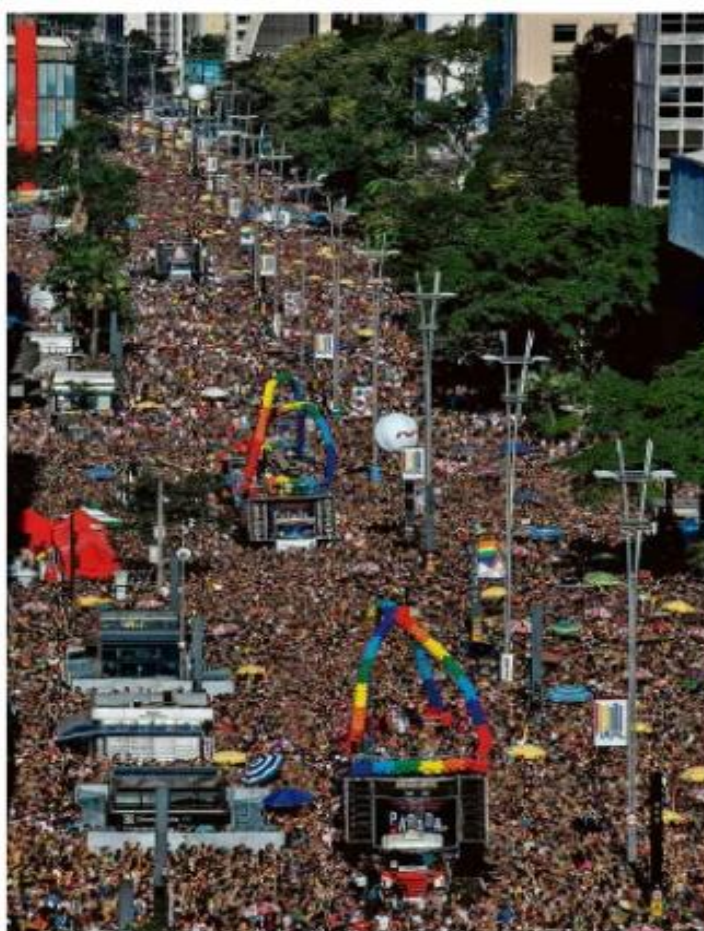
A edição de 24 de junho de 2019 traz a cobertura da 23ª Parada Gay de São Paulo. A capa da referida edição apresenta imagens do evento, caracterizado pela valorização da diversidade sexual. Ainda que nosso objetivo não seja a análise imagética, reproduzimos a seguir as imagens que foram apresentadas na capa da *Folha* nesta data, tendo em vista que esta visibilidade auxilia a fortalecer os argumentos referentes à análise textual da cobertura.

**Figura 3.** Montagem de capa da *Folha de S. Paulo* em 24 de junho de 2019



**Fonte:** *Folha de São Paulo* - 24 de junho de 2019 - Capa

**Figura 4.** Chamada de capa da *Folha de S. Paulo* em 24 de junho de 2019



**23ª PARADA DO ORGULHO MISTURA FESTA E CRÍTICA**  
 Público tomou av. Paulista no evento; com shows de Iza, Lulu Santos e da spice girl Mel C, parada teve críticas a Bolsonaro e celebrou a criminalização da homofobia. *Corinthians A19*

**Fonte:** *Folha de São Paulo* – 24 de junho de 2019 - Capa

Como já apontado na reportagem do dia anterior à Parada Gay, a cobertura realizada no dia 24 de junho ressalta o teor político do evento que, na primeira edição realizada sob o

governo de Jair Bolsonaro, trouxe diversas críticas à homofobia expressada constantemente nos discursos do presidente e de seu clã. Por outro lado, como aponta o texto, o evento também foi marcado por elogios ao STF devido à decisão de enquadrar a homofobia e a transfobia como crimes de racismo. A narrativa concede aspas a algumas figuras políticas que estiverem no evento, tais como a ex-prefeita de São Paulo, Marta Suplicy; o então prefeito em exercício, Bruno Covas (PSDB); e o deputado federal, David Miranda (PSOL), todos com argumentos contrários ao avanço do pensamento conservador.

A matéria também concede espaço às pessoas LGBTQ+, que são “protagonistas” do evento. Uma delas, a *drag* Mona Alisa, afirma estar aterrorizada com o governo Bolsonaro. Outra personagem que afirma ter receio da crescente onda homofóbica é Magali, que, segundo a reportagem, acompanhou os filhos, ambos homossexuais, na Parada. Moradora do interior de São Paulo, a mãe afirma que “o mundo ainda não vai ser fácil pra eles”, e ressalta que na cidade, as pessoas dizem que aceitam a homossexualidade, “desde que não comecem com boilagem”. Isso nos remete à questão da passabilidade, exposta anteriormente, segundo a qual alguns homossexuais são mais aceitos e admitidos quando comparados a outros, especialmente se não apresentarem “trejeitos” que remetam à feminilidade. Segundo o filho mais novo de Magali, no Brasil, ser gay é ser associado a um criminoso. É importante o fato de o jornal apresentar estes argumentos, tendo em vista que homens gays afeminados, mulheres lésbicas masculinizadas e transsexuais são alguns dos grupos mais vulneráveis dentro do marcador LGBTQ+ e estão suscetíveis a serem vítimas de violência.

Inferimos que a cobertura referente à 23ª edição da Parada Gay de São Paulo se aproxima da perspectiva do Jornalismo para a Paz na medida em que apresenta críticas referentes ao contexto de naturalização da homofobia, que ocupa a centralidade nos debates públicos a partir da ascensão do conservadorismo. Vale também ressaltar que o evento é situado a partir de sua importância histórica, o que desconstrói argumentos que o relacionam a uma mera festividade. O fato de o título da cobertura do dia 24 de julho trazer a expressão “micareta patrocinada”, no entanto, pode reforçar alguns estereótipos relacionados ao evento, sobretudo se levarmos em conta que, para parte do senso comum, a vivência LGBTQ+ é associada ao consumo; o leitor precisa acompanhar a matéria até o final para compreender o sentido dessa expressão: segundo a reportagem, grandes marcas patrocinaram a Parada, o que talvez possa ter intimidado algumas figuras públicas para não propagarem críticas mais incisivas com relação à política atual.

Os 23 anos de realização da Parada Gay no Brasil serve como parâmetro para analisar a matéria publicada no dia 22 de junho de 2019, na editoria Mundo, intitulada “Clube de

techno impele luta política por drogas e vida LGBT na Geórgia”. O texto discorre sobre a primeira parada gay realizada na nação do Cáucaso, apesar de ameaças de grupos conservadores. De acordo com o texto, as relações homossexuais só passaram a ser descriminalizadas a partir de 2000, todavia, episódios de violência física ainda foram identificados nos anos seguintes, protagonizados por alas conservadoras pertencentes à Igreja Ortodoxa. Segundo a narrativa, em 2013, “minorias sexuais foram agredidas por padres e grupos armados com porretes enquanto marchavam pelas ruas da capital para marcar o dia internacional da luta contra a homofobia” (PERASSOLO, *Folha de S. Paulo*, 2019, p. A10). Outros aspectos como invasão a bares e apreensões de entorpecentes também são destacados na matéria.

É neste contexto polarizado que Georgia realizaria sua primeira Parada Gay. De acordo com uma das fontes consultadas na matéria, apesar da repressão, a vida LGBT no país vem melhorando, visto que, em um passado não tão distante, era inadmissível que casais gays andassem de mãos dadas pelas ruas.

O texto caminha na direção do Jornalismo para a Paz à medida que apresenta a realidade de um outro país, marcado ainda por um pensamento conservador, ressaltando como as pessoas LGBTQ+ têm lutado por espaço e representatividade. Com base nas experiências vivenciadas no Brasil no contexto em que a matéria foi produzida, é possível que o público leitor reflita sobre como o conservadorismo produz repressão contra as minorias sexuais.

## **6.5 Fundamentalismo**

Como ressaltamos anteriormente, a categoria fundamentalismo possui o maior número de narrativas (10 textos). Tal constatação nos leva a refletir sobre o impacto gerado pelo contexto social e político na produção jornalística, corroborando o argumento de que a práxis é regida pelo momento histórico em que está inserida. A etapa da análise sócio-histórica nos auxiliou a compreender alguns aspectos relacionados às forças que conduziram o Brasil no contexto em que se encontra nosso recorte de análise, principalmente a partir da ascensão de visões conservadoras, calcadas na ponte construída entre política e religião. Isso, em certa medida, valida a prevalência de narrativas jornalísticas sobre a homofobia identificadas na categoria fundamentalismo, ao passo que temáticas sobre sexualidade passaram a ocupar centralidade nos debates políticos. Neste sentido, o jornal elaborou conteúdos que representaram este momento histórico. Segundo Vieira (2018, p. 91):

O fundamentalismo religioso [...] constitui-se em um risco à democracia, aos direitos humanos, ao Estado laico e à diversidade humana. No Brasil ocorre, ademais, a articulação entre setores fundamentalistas cristãos, especialmente evangélicos, e o poder político, institucional e midiático. Esse fenômeno está em franca ascensão e tem influenciado cada vez mais as pautas dos poderes legislativos municipais e estaduais, assim como do Congresso Nacional.

O quadro 5 apresenta informações como data de publicação, título, editoria e autoria dos textos analisados nesta categoria.

**Quadro 6 – Relação de narrativas da categoria Fundamentalismo**

DATA	TÍTULO	CADERNO/EDITORIA	AUTORIA
08/10/2018	‘Patriota’ e ‘de família’, Bolsonaro recebe bênção de igrejas evangélicas	Eleições 2018 (A26)	Anna Virginia Balloussier
10/10/2018	Bancada evangélica cresce, mas metade não obtém reeleição	Eleições 2018 (A14)	Anna Virginia Balloussier
17/10/2018	Padres racham entre Bolsonaro e Haddad	Eleições 2018 (A8)	Anna Virginia Balloussier
23/10/2018	Alavancas de Bolsonaro, Escola sem partido e gênero têm raízes religiosas	Cotidiano (B1/B2)	Paulo Saldaña
27/10/2018	Política não pode motivar agressão, diz CNBB	Eleições 2018 (A18)	Anna Virginia Balloussier
30/10/2018	Católico, Bolsonaro investe em pauta evangélica e explode em segmento	Eleições 2018 (A10)	Anna Virginia Balloussier
01/06/2019	Bolsonaro questiona falta de ministro evangélico no STF	Poder (A12)	Talita Fernandes Mônica Bergamo
05/06/2019	Para membros do STF, religião é irrelevante para função de ministro	Poder (A8)	Reynaldo Turolo Jr.
11/06/2019	Progressistas devem reinventar diálogo com conservadores	Poder (A15)	Everton Lopes Batista
24/06/2019	Diversidade sexual e fé podem caminhar juntas, afirma grupo	Cotidiano (A 19)	Anna Virginia Balloussier Artur Rodrigues

Fonte: elaborado pelo autor

O primeiro turno das eleições presidenciais de 2018 foi realizado no dia 07 de outubro; na data seguinte ao pleito, boa parte da edição da *Folha de S. Paulo* esteve focada em apresentar cobertura e análises do pleito. A primeira narrativa analisada na categoria

fundamentalismo possui, logo no título, a indicação dos fatores que favoreceram o candidato do PSL, conduzindo-o para o segundo turno: “‘Patriota’ e ‘de família’, Bolsonaro recebe bênção de igrejas evangélicas”. Pautas como família, patriotismo e religiosidade tiveram muita relevância na disputa presidencial e também foram temas recorrentes nas diversas informações falsas propagadas por meio de redes sociais.

Conforme a reportagem, assinada pela jornalista Anna Virginia Balloussier, o então deputado Bolsonaro era onipresente entre os grupos evangélicos; no início, aponta o incisivo apoio ao presidenciável por porte de lideranças neopentecostais, com destaque para a denominação liderada pelo pastor Silas Malafaia. O texto aponta que na véspera das eleições, tanto as lideranças quanto os frequentadores da Assembleia de Deus Vitória em Cristo ostentavam camisetas com o nome do candidato a presidente; é neste ponto, no terceiro parágrafo da narrativa, que é indicado o que, de fato, estaria em jogo com uma eventual vitória de Bolsonaro:

Exclua a repórter e a moça que vendia camisetas da igreja, ali estão “5.000 homens cabra-macho, macho-homem, porque tem macho e fêmea, o resto é arranjo”, como exalta Malafaia no púlpito, uma das várias tiradas que fazem do líder evangélico carioca um pária das causas progressistas (BALLOUSSIER, *Folha de S. Paulo*, 2019, p. A26).

As concepções binárias de gênero e sexualidade, bem como os estereótipos acerca da masculinidade e da subserviência feminina são argumentos veementemente defendidos por estes grupos religiosos conservadores, desencadeando homofobia ao passo que indivíduos que destoam dessas determinações passam a ser alvo de retaliações, sob o argumento de que estão na contramão dos preceitos bíblicos. A matéria, neste sentido, é acompanhada por uma grande imagem de um eleitor ostentando a Bíblia no momento da votação. Um dos elementos do fundamentalismo, como aponta Vieira (2018, p. 93), é a constante leitura bíblica desconectada de seu contexto histórico, de modo que “toda doutrina circula em torno de regras morais individualizantes”; assim, percebemos que os efeitos dos discursos fundamentalistas encontraram terreno fértil nas mentes dos grupos conservadores, que, em grande parte, se utiliza de passagens bíblicas, fora de contexto, para justificar determinadas posturas.

Dias antes do primeiro turno das eleições, uma grande manifestação comandada por feministas foi realizada como oposição aos constantes discursos de ódio inflamados por apoiadores do candidato Bolsonaro; denominada como #EleNão, a manifestação reuniu não apenas mulheres, mas diversos grupos sociais com posicionamentos críticos mediante discursos machistas, racistas e homofóbicos, em evidência na campanha presidencial. A

reportagem analisada traz as opiniões de algumas lideranças evangélicas sobre as manifestações. Esses grupos relacionam a manifestação à esquerda e grande parte formula suas concepções a partir de “informações” encontradas em mídias sociais como o *Facebook*, sem ao menos averiguar a veracidade do conteúdo. Um dos entrevistados é seguidor de uma denominação evangélica, e afirma à reportagem: “Você não é do PT, é? [...] É que petista não gosta da gente. Fizeram aquela manifestação fascista”. Como informa a reportagem, ele se embasou em uma postagem que mostrava um cartaz ostentado na manifestação que pedia morte aos cristãos, uma das diversas imagens falsas que circularam nas redes sociais a fim de macular os protestos.

Durante a narrativa fica evidente que os grupos religiosos que apoiaram Bolsonaro são os mais suscetíveis a embasarem suas concepções em informações falsas e têm como fontes principais as publicações compartilhadas em redes sociais e ferramentas de mensagens instantâneas, como o *WhatsApp*, enxergando o jornalismo profissional como um potencial inimigo. A matéria assinala, inclusive, a falácia do “kit gay”, que teria sido elaborado pelo candidato Fernando Haddad enquanto esteve no Ministério da Educação. O pastor Silas Malafaia foi consultado pela reportagem, e afirma: “Haddad foi o autor do ‘kit gay’, e aí nós deitamos e rolamos, jantamos o Haddad no mundo evangélico”.

À medida que apresenta a desinformação que cativa parte do eleitorado do segmento evangélico, a reportagem apresenta o contraponto, desconstruindo a desinformação; tal empreendimento aproxima a cobertura da perspectiva do Jornalismo para a Paz, que preza pela verdade. Logo após os dizeres de Malafaia sobre o “kit gay”, o texto explica que se trataria de “um pacote elaborado em 2011 pelo Ministério da Educação, então sob guarda do petista, para orientar professores a combater a homofobia em sala de aula” (BALLOUSSIER, *Folha de S. Paulo*, 2019, p. A26). O texto ressalta o cenário de extrema polarização ideológica e busca no grupo conservador apresentado (no caso, os evangélicos apoiadores de Bolsonaro) os argumentos que justificam o apoio ao presidencialismo; na sequência, a narrativa conduz o leitor a compreender o que estaria por trás do cenário de extrema polarização: a apropriação da fé para articular distorções e inflamar sentimentos de ódio com relação à oposição.

Neste sentido, é perceptível que a reportagem se empenha em apresentar, a partir das fontes, como o conflito foi originado. É predominante entre os evangélicos a ideia de que o Partido dos Trabalhadores teve influência direta no avanço de uma crise moral no Brasil. Ainda que amparados por distorções e desinformações, este segmento via em Bolsonaro uma espécie de “salvador” de valores caros aos “homens de bem”, com destaque para as questões

de gênero, sexualidade e manutenção da família em sua formação “tradicional”. Uma leitura atenta da narrativa possibilita enxergar como este pensamento conservador tomou grandes proporções no Brasil, especialmente por conta da influência de lideranças com notável poder de persuasão.

A matéria “Católico, Bolsonaro investe em pauta evangélica e explode em segmento” (de 30 de outubro de 2018) também expressa como a pauta de Bolsonaro comunga com os ideais defendidos por evangélicos conservadores. Nos chama atenção um trecho de um discurso do pastor Silas Malafaia, que explica a aproximação dos conservadores com o presidente: “Malafaia diz à Folha que sua amizade com Bolsonaro começou por volta de 2006, ano de criação de um projeto de lei que horrorizou a bancada evangélica no Congresso: o PL 122, que criminalizava a homofobia” (BALLOUSSIER, *Folha de S. Paulo*, 2018, p. A10). Segundo a própria reportagem, pastores temiam ser processados caso discursassem contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Entendemos que a oposição desse segmento à lei de criminalização da homofobia apenas corrobora o fato de que eles praticam homofobia deliberadamente em seus discursos.

Esta matéria traz novamente o posicionamento de Bolsonaro com relação ao suposto “kit gay”, além da informação de que avançou entre os evangélicos a ideia de que os adversários de Bolsonaro visariam destruir a família tradicional promovendo o que eles chamam de “marxismo cultural” e “ideologia de gênero”. Fica evidente na matéria que tais construções são frutos da massiva transmissão de informações falsas, sempre focadas em assegurar comportamentos heteronormativos e a centralidade masculina. Indiretamente a matéria sugere que os grupos conservadores assumiram tais falácias como verdade incontestável. O resultado: 70% dos eleitores declaradamente evangélicos endossaram a candidatura de Bolsonaro.

A reportagem “Bancada evangélica cresce, mas metade não obtém reeleição”, publicada no dia 10 de outubro, assinada por Anna Virginia Balloussier, segue a mesma linha do texto anterior ao destacar a influência do segmento evangélico nas eleições de 2018, apesar do caráter laico do Estado, mas destaca que nomes reconhecidos neste campo não obtiveram reeleição. O cenário de polarização é apontado no texto: “Se em 13,5 anos de governos petistas eles se viam como uma espécie de zagueiro das “causas morais”, tentando frear avanços progressistas indesejados, o núcleo evangélico espera partir para o ataque num eventual país presidido por Jair Bolsonaro (PSL)” (BALLOUSSIER, *Folha de S. Paulo*, 2019, p. A14).

Mais uma vez fica evidente que o jornal retrata o avanço do conservadorismo como uma característica crucial do tempo. O trecho sobre a homofobia também reproduz a mesma fala proferida pelo pastor Silas Malafaia acerca do suposto “kit gay”, apresentada no texto do dia 08 de outubro e, tal como feito anteriormente, a reportagem explica que se trataria de um material educativo acerca da diversidade sexual e combate aos preconceitos.

Como é possível perceber, a religiosidade teve papel preponderante nas eleições presidenciais de 2018. Os grupos evangélicos se viram representados pelos discursos e pautas morais externados por Bolsonaro, sobretudo com relação à gênero e sexualidade. Mas, além dos evangélicos, católicos também manifestaram seus posicionamentos. A matéria “Padres racham entre Bolsonaro e Haddad”, publicada em 17 de outubro, inicia com a afirmação de que a eleição mais polarizada da história do Brasil não ocupa somente as discussões em mesas de bar ou grupos de *WhatsApp*; padres e bispos católicos também passaram a externalizar suas visões políticas, ainda que o direito canônico desestimule posicionamentos dessa natureza. O texto apresenta pontos de vista de sacerdotes apoiadores de Fernando Haddad (PT) e de Jair Bolsonaro (PSL), mostrando que a polarização também chegou à Igreja.

A homofobia é abordada em um trecho específico, a partir dos dizeres do bispo Reginaldo Andrietta, da diocese de Jales (SP), que divulgara uma nota se posicionando criticamente ao candidato do PSL. A reportagem reproduz um trecho da nota: “Ele utiliza falsamente as temáticas de aborto, gênero, família e ética; faz apologia à tortura, à pena de morte e ao armamentismo; e é réu por injúria e incitação ao crime de estupro”. Segundo o bispo, o presidencialista dissemina violência, ódio, racismo, homofobia e preconceito contra mulheres e pobres. A CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) também é citada pela reportagem, visto que em fevereiro de 2018 divulgara uma nota afirmando que rejeitaria candidatos que promovessem violência, o que, segundo a matéria, foi interpretado como indireta ao candidato do PSL.

Percebemos que a narrativa está direcionada em promover questionamentos diante da polarização política e crítica, ainda que indiretamente, as estratégias argumentativas utilizadas pelo então candidato Bolsonaro para chegar ao poder. Principalmente no que tange à propagação de falsas informações: “*Fake news* que mexem com a fé proliferam num país onde 86% brasileiros se declaram cristãos, com 54% de católicos e 34% de evangélicos, segundo pesquisa Datafolha” (BALLOUSSIER, *Folha de S. Paulo*, 2019, p. A8).

O posicionamento da CNBB, como uma das mais importantes instituições ligadas ao catolicismo é destacado na reportagem “Política não pode motivar agressão, diz CNBB”, publicada em 27 de outubro de 2018. O texto ressalta a preocupação da entidade em meio à

intensa polarização em voga no Brasil. A linha fina expõe a preocupação do presidente da entidade, Dom Sérgio da Rocha, mediante possíveis distorções dos posicionamentos da CNBB, a fim de favorecer determinados grupos. Um trecho da matéria apresenta casos de violência direta desencadeados pelos embates entre apoiadores dos dois grupos políticos que disputavam o pleito: “Os relatos vão de igrejas pichadas [...] a espancamentos e até assassinatos (sobretudo de eleitores associados à esquerda, como um mestre capoeirista e uma travesti, dois casos ainda em investigação)” (BALLOUSSIER, *Folha de S. Paulo*, 2018, p. A18). Aqui é possível notar que a violência provém da intolerância, de ambas as partes.

A homofobia é apresentada novamente na divulgação de um texto divulgado pelo bispo da diocese de Jales (SP), que fala sobre “as escandalosas posturas alienadas de muitos cristãos e as adesões a um candidato à Presidência que dissemina violência, ódio, racismo, homofobia e preconceito contra mulheres e pobres”. Segundo a matéria, a alta cúpula da CNBB apresentou nota afirmando que toda postura de incitação à discriminação deveria ser superada.

Apresentar os posicionamentos de uma entidade como a CNBB sobre o cenário político atual salienta o papel da religião durante o pleito de 2018. O espaço de uma página do jornal dedicada a apresentar tais posições nos sinaliza a relevância da temática. O tratamento dado à homofobia, neste cenário, corresponde, em grande medida, ao posicionamento que as diversas denominações religiosas têm acerca das homossexualidades. Ressaltamos, todavia, que o jornal trata exclusivamente das religiões cristãs; no período analisado, não encontramos narrativas que apresentem posicionamentos de outras denominações religiosas acerca do contexto de polarização, tal como as religiões de matriz africana, por exemplo, que, vale destacar, constantemente também são alvo de retaliações por não seguirem os preceitos dominantes.

Duas narrativas inseridas nesta categoria analítica apontam os interesses de Bolsonaro, já presidente, em colocar em prática pautas defendidas durante sua campanha que cativaram o eleitorado evangélico: “Bolsonaro questiona falta de ministro evangélico no STF” (publicada em 01 de junho de 2019) e “Para membros do STF, religião é irrelevante para função de ministro” (de 05 de junho de 2019). Ambas trazem o tema homofobia quando expressam o descontentamento de Bolsonaro diante das discussões do Supremo relacionadas à criminalização da homofobia. Em evento junto à evangélicos, dissera: “Será que não está na hora de termos um ministro do STF evangélico?” Apesar do caráter laico do Estado, que deve garantir equidade no acesso aos direitos, fica evidente o anseio dos apoiadores de Bolsonaro em cercear os direitos da população LGBT+; ao se oporem contra a criminalização da

homofobia, subtende-se que desejam preservar o direito de propagarem discursos homofóbicos, sob o argumento de “liberdade de expressão”. Apesar dos pontos de vista bolsonaristas, as matérias reforçam a necessidade de garantir a criminalização e apontam para o fato de que o Brasil é o quarto país do mundo com o maior índice de agressões a pessoas LGBT+.

Ainda na categoria fundamentalismo, destacamos a reportagem “Alavancas de Bolsonaro, Escola sem partido e gênero têm raízes religiosas”, publicada em 23 de outubro, ocupando duas páginas do caderno Cotidiano (páginas B1 e B2), assinada pelo jornalista Paulo Saldaña. O texto vai ao encontro das discussões que apresentamos até o momento e mostra um país totalmente polarizado ideológica e politicamente, sobretudo diante de discussões sobre pautas como gênero e sexualidade. Na fase da análise sócio-histórica, discorreremos sobre o avanço de discussões acerca da “escola sem partido” e “ideologia de gênero”. Massivamente propagadas em mídias sociais e ferramentas de compartilhamento de mensagens instantâneas, tais temáticas intensificaram o cenário de polarização entre os dois grupos que disputavam o poder. Como exposto anteriormente, tratam-se de construções imbuídas de questionamentos, sobretudo por serem originadas a partir de distorções.

Por ocupar duas páginas, logo no primeiro contato com a matéria percebemos o empenho do jornal em desmitificar os conceitos de “ideologia de gênero” e “escola sem partido”. Na lateral direita da página B1, foi disponibilizado um esquema intitulado “Como surgiu o termo ‘ideologia de gênero’”. Durante todo o texto o termo aparece entre aspas, o que denota que o jornal busca se distanciar de uma possível relação com o termo. O esquema mostra a construção dessa ideia, que aparece pela primeira vez em 1998 em uma nota da Conferência Episcopal do Peru, com o título de “A ideologia de gênero: seus perigos e alcances”. A partir do surgimento no contexto da igreja, o esquema apresentado na reportagem mostra como o conceito foi apropriado por determinados grupos políticos, a fim de sustentar suas ideologias; o termo “ideologia de gênero” deu mote para o surgimento da “escola sem partido” que, segundo a matéria, nasce no Brasil com o objetivo de combater uma suposta “doutrinação de esquerda nas escolas”. Dentre os tópicos apresentados no esquema, o jornal destaca a visita de Judith Butler ao Brasil, em novembro de 2007; na ocasião, a filósofa que é uma das principais referências nos estudos de gênero e sexualidade, foi alvo de contestação por parte de grupos conservadores, que realizaram um abaixo-assinado contra ela; essas manifestações nos ajudam a compreender os efeitos dos constantes esforços em rotular estes estudos como causadores de danos à moralidade.

Na página B2, a reportagem disponibilizou um esquema de perguntas e repostas com o título “Saiba mais sobre gênero e educação”. Com o amparo de especialistas, o jornal responde perguntas como: por que abordar questões de gênero nas escolas seria importante? Machismo, homofobia, sexualidade e gravidez na adolescência são tratados na escola? Por que especialistas defendem a inclusão da temática de gênero em planos de educação na base nacional? Estas e outras perguntas cumprem a função de desconstruir pensamentos falaciosos relacionados à abordagem de conteúdos sobre gênero e sexualidade nas escolas.

Toda a narrativa é condizente com os preceitos do Jornalismo para a Paz, de modo que fica evidente o posicionamento do veículo com relação à temática. O título da reportagem, por exemplo, alude ao fato de que as ideologias religiosas impactam e direcionam a campanha presidencial de Jair Bolsonaro, sendo que pautas como “escola sem partido” e “ideologia de gênero” seriam as principais motivações da campanha, construindo “monstros a serem enfrentados” por parte dos apoiadores. Logo no início a matéria aborda a divulgação de um vídeo por parte de Bolsonaro, que noticiava a entrega de um suposto “kit gay” nas escolas por parte do PT. Segundo o candidato, explica a matéria, tal kit “ensinaria as crianças a serem homossexuais”. Em seguida, o texto traz uma frase proferida anteriormente por Bolsonaro em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, em que afirma: “o kit gay foi uma catapulta na minha carreira política”.

Na sequência, seguindo um dos princípios do Jornalismo para a Paz, que é a contextualização, a reportagem apresenta o histórico das resistências conservadoras com relação às discussões sobre gênero das escolas, que vêm ganhando notoriedade desde a década de 1990. Segundo o texto, há iniciativas em 50 países, em sintonia com agendas religiosas que se opõem ao casamento homossexual, ao aborto e a um possível risco de desarticulação da família tradicional. O texto também discorre sobre experiências de países como México e Itália, que chegaram a propor a destruição de livros didáticos que abordavam educação sexual. No nosso entendimento, este paralelo com países que chegaram a este extremo ajuda a compreender o caminho que estaria sendo trilhado pelo Brasil. Com base em pesquisas, o texto explica que o conceito “ideologia de gênero” foi gestado entre os grupos que atacam as discussões sobre o tema na escola, não havendo, portanto, educadores que defendam essa “ideologia”.

Durante todo o texto é perceptível um esforço de explicar a importância de levar os debates sobre gênero e sexualidade às escolas, principalmente com o objetivo de orientar crianças, adolescentes e jovens quanto ao respeito às diversidades, bem como a prevenção de

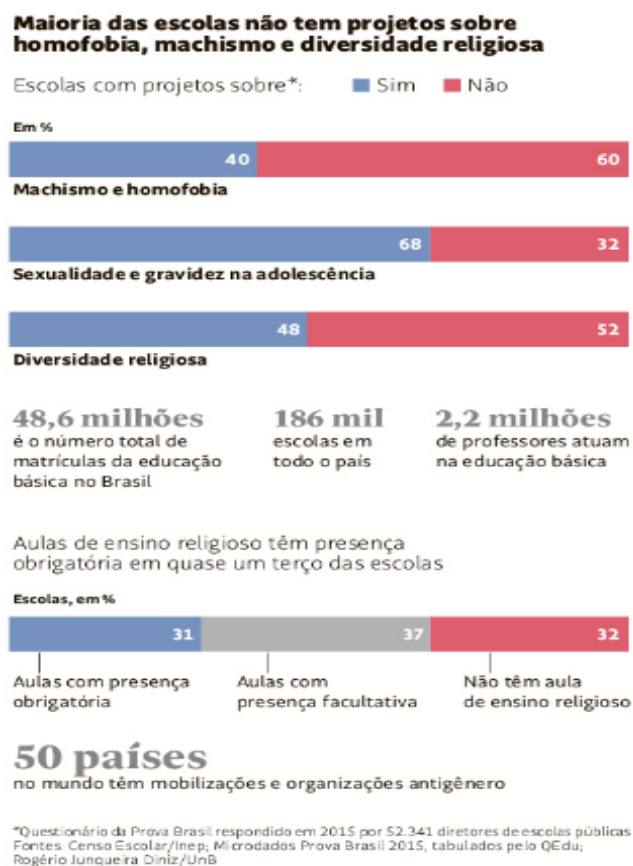
gravidez e doenças sexualmente transmissíveis. A reportagem ressalta a visão de estudiosos acerca do tema:

Segundo estudiosos, a abordagem educacional da identidade de gênero pode colaborar com o combate a problemas como gravidez na adolescência, violência contra a mulher e homofobia. A igualdade de gênero é um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (SALDAÑA, *Folha de S. Paulo*, 2018, p. B1).

A reportagem também ouviu defensores do projeto “escola sem partido”, entrevistando, inclusive, o vice-presidente do projeto, para quem “a ideologia de gênero significaria a erotização precoce, sem consentimento da família e promovida pelo Estado”. Professores e estudiosos sobre o tema também foram ouvidos. Apresentar visões discordantes em uma situação de conflito é uma das diretrizes do Jornalismo para a Paz, cabendo ao público realizar comparações entre as opiniões apresentadas e, assim, tomar suas próprias decisões.

Além dos esquemas explicativos que acompanham a reportagem em suas duas páginas, também destacamos a divulgação de gráficos que apontam que a maioria das escolas carece de projetos sobre machismo, homofobia e liberdade religiosa. Imbuído de informações precisas e diversas, o público leitor é capaz de tensionar a abordagem jornalística com a realidade; neste sentido, a partir da narrativa, os leitores podem avaliar e compreender como a temática gênero e sexualidade é conduzida nas realidades a qual pertencem. Reproduzimos, a seguir, o gráfico que acompanha a reportagem.

**Figura 5.** Gráfico que acompanha a reportagem de 23 de outubro de 2018



**Fonte:** *Folha de S. Paulo* – 23/10/2018, página B1

Percebemos que a referida reportagem possui teor analítico e se aproxima da perspectiva do Jornalismo para a Paz. A divulgação se deu em um jornal diário, na edição de terça-feira e em uma editoria costumeiramente dedicada às *hard news*; tais constatações indicam que esse estilo de narrativa não se limita exclusivamente às edições dominicais, mais densas, tendo em vista o fator tempo de produção. Tal reportagem pode auxiliar na desconstrução da homofobia, ao passo que problematiza o equivocado conceito de “ideologia de gênero”, servindo de embasamento para que profissionais da educação assumam a importância de se debater temáticas sobre gênero e sexualidade em sala de aula, a fim de conscientizar estudantes sobre o respeito e acolhimento às diversidades.

Percebemos que o intenso contexto de polarização ideológica não esteve presente somente na campanha presidencial de 2018. O primeiro ano da gestão Bolsonaro manteve a divisão entre polos considerados progressistas e conservadores, como mostra a reportagem “Progressistas devem reinventar diálogo com conservadores”, publicada em 11 de junho de 2019, no caderno Poder (página A15), assinada por Everton Lopes Batista. A matéria é embasada em um debate denominada “O Conservadorismo e as Questões Sociais”, realizado

pela Fundação Tide Setubal, com apoio da *Folha*, no dia 10 de junho. O evento promoveu o diálogo em diferentes linhas de abordagem acerca da ascensão do pensamento conservador no Brasil.

De acordo com uma das debatedoras apresentadas pela matéria, a socióloga Esther Solano, cabe ao campo progressista se deslocar do lugar de fala para o da escuta. No evento, conforme o texto, foram apresentados os resultados de uma pesquisa realizada pela fundação, com base em 120 entrevistas com eleitores conservadores moderados de quatro capitais brasileiras. Segundo a reportagem, grande parte dessas pessoas rechaçam o que chama de desordem e decadência no mundo.

Os dizeres de Esther Solano, reproduzidos pela reportagem, trazem à baila as questões pertinentes a nossa análise: “O conservador ordena o mundo com uma visão heteronormativa, patriarcal, masculina e branca. Ele está assistindo à subversão de tudo isso. Há uma insegurança existencial do conservador, que se sente perdido e tem dificuldade para se enxergar em um mundo que passou por mudanças plurais”, afirmou a pesquisadora à reportagem. Ela complementa que essa insegurança desencadeou uma espécie de medo que pode ser transformado em ódio, o que tem uma potência eleitoral muito grande. A partir desses apontamentos, a reportagem indica que os discursos propagados por Bolsonaro, especialmente com relação às questões de gênero e sexualidade, naturalizaram discursos de ódio com relação aos homossexuais e mulheres, por exemplo. Percebemos uma apropriação, por parte do presidente e de seus apoiadores, de uma força retórica envolta em violência cultural.

A matéria sugere, com base na visão de especialistas que integraram o debate, que o bloqueio entre conservadores e progressistas pode ser amenizado por meio de cautela, especialmente diante de conceitos como feminismo, gênero e LGBTs, cujos significados foram deturpados por meio do alastramento de discursos de ódio. Uma das fontes abordadas pela matéria é o pastor Henrique Vieira, para quem o diálogo pode começar por assuntos como família, amor e vida, considerados temas centrais nos discursos conservadores.

O debate narrado pela reportagem é uma iniciativa de paz, tendo em vista que, por meio do diálogo entre vozes divergentes, busca apontar direcionamentos para a ressignificação de um conflito percebido na sociedade que, neste caso, se refere aos intensos embates motivados por polarização ideológica. O avanço de pautas conservadoras, involucradas por visões de mundo fundamentalistas, acentua este cenário conflituoso, sendo que temas como gênero e sexualidade muitas vezes são rotulados como imorais. Neste sentido, o texto apresenta o apontamento de uma das especialistas, para quem parte desses

conflitos são originados em visões heteronormativas, patriarcais e brancas. Segundo a perspectiva jornalística que orienta nosso estudo, compreender o cerne dos conflitos é uma das vias que possibilitam sua superação. Ao promover a cobertura de uma iniciativa como esta, o texto em questão caminha na direção proposta pelo Jornalismo para a Paz.

Ao encontro da proposta do texto anterior, um subtexto acompanha a cobertura da Parada Gay de São Paulo, na edição de 24 de junho de 2019: “Diversidade sexual e fé podem caminhar juntas, afirma grupo”. Pela evidência de que o conservadorismo religioso contribui para a propagação de discursos homofóbicos, o texto apresenta um contraponto: durante a Parada Gay, alguns grupos inter-religiosos estiveram presentes na Avenida Paulista para mostrar que, apesar da posição dominante nas igrejas, existem denominações que abraçam as causas referentes à diversidade sexual. O breve texto traz como fontes pessoas LGBTQ+ que fazem parte de grupos religiosos e que lutam em prol do diálogo e do acolhimento, a fim de superar preconceitos. Apresentar multiplicidade de vozes e se afastar de enquadramentos maniqueístas, como mencionamos anteriormente, contribui para que a narrativa dialogue com leitores de diversas ideologias.

## **6.6 Interseccionalidade**

Nesta categoria analítica nos concentramos em textos que tecem articulações entre a homofobia e outros marcadores sociais da desigualdade. No capítulo três, argumentamos, à luz de Borrillo (2016), que não é recomendável discorrer sobre a homofobia desvinculando-a de outras formas de exclusão que colocam determinados grupos em condições subalternas, a partir do ideal de que existem grupos superiores. Destarte, pensamos nesta categoria para compreender como tais articulações são conduzidas nas narrativas jornalísticas. Na etapa da pré-análise, identificamos apenas dois textos que articulam homofobia e racismo no período em que se concentra nosso estudo. Tal escassez nos leva a pensar que o cruzamento dos marcadores sociais da desigualdade ainda precisa ser assumido pelo jornalismo como articulações que fortalecem estruturas de dominação. No contexto das análises, não foram encontrados textos que articulam homofobia com outras lógicas de exclusão, como machismo e classe social, por exemplo.

Um dos textos analisados se encontra no caderno dedicado a cultura (Ilustrada; página C5); com o título “Negra e lésbica, Janelle Monáe projeta sua voz”, a matéria, publicada em 5 de outubro de 2008, assinada por Thiago Ney, destaca o lançamento do álbum da cantora Janelle Monáe; as 14 faixas do álbum, segundo a matéria, tratam de temas como racismo,

machismo e homofobia. O viés interseccional é identificado nos dizeres da cantora: “Sou uma jovem americana lésbica e negra. Era importante criar uma experiência em que as pessoas que são marginalizadas possam sentir que não precisam mudar para serem aceitas pela sociedade”. Na sequência, o texto apresenta trechos de algumas faixas do álbum que vêm ao encontro dos sentimentos expressados pela cantora. Embora trate de uma artista norte-americana, a narrativa demonstra como a representatividade negra, feminina e lésbica busca romper com visões estereotipadas, ainda presentes no mundo artístico, sobretudo em um país como os Estados Unidos, onde o racismo é acentuado.

O impacto dos marcadores sociais da desigualdade, no entanto, é expresso com maior intensidade na reportagem publicada em 22 de junho de 2019: “Gays e negros avançam na carreira e buscam tornar mercado inclusivo” (caderno Mercado, página A13), de autoria de Filipe Oliveira. Por ter sido publicado na editoria dedicada a reportagens sobre as organizações empresariais, o texto é focado no impacto que pautas como diversidade e representatividade tem gerado nas empresas. Assim, percebemos a valorização de múltiplas vozes, pois a narrativa traz entrevistas com profissionais de diversos segmentos, que lideram iniciativas voltadas à diversidade. Destacamos que negros e LGBTQs prevalecem entre os entrevistados, isto é, pessoas que têm “lugar de fala” condizente com a temática da reportagem.

Uma das personagens ouvidas é a engenheira de vendas da Salesforce, Gabriela Coelho, que é lésbica. Ela lidera o *Outforce*: um grupo de profissionais LGBTQ da empresa, que se reúne mensalmente para debater ações de promoção da diversidade, não somente na empresa, mas em todo o mercado profissional. Um outro caso apresentado é referente ao banco Itaú. Segundo a reportagem, a superintendente do banco, Roberta Anchieta, passou a contar sua história pessoal em eventos. Para ela, “quando uma pessoa negra olha a liderança da empresa e não se vê representada, não vê chances de crescimento”. Outra fonte consultada pela reportagem foi o coordenador de atendimento ao cliente da Siemens, Mario Ferreira, que lidera o grupo de afinidade da causa LGBTQ da organização. Para ele, “quando outros profissionais veem que o líder do grupo tem uma posição bacana na carreira e fala de orientação sexual abertamente, percebem que nada é impossível ali dentro”.

Os marcadores sociais da desigualdade ficam evidentes em todo o texto. Existem conflitos subjacentes à narrativa, o que denota a prevalência de uma sociedade excludente, que impõe barreiras às pessoas que não seguem padrões determinantes como branquitude e heterossexualidade; tais lógicas impõem limitações aos negros, LGBTQs e mulheres, que ainda são minorias em cargos de alto escalão nas organizações.

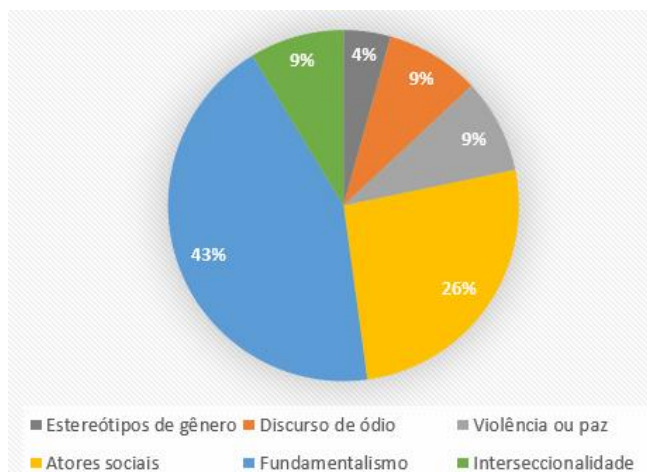
Este argumento é corroborado por uma das personagens apresentadas no texto: Wellington Silvério, negro, diretor de recursos humanos da multinacional John Deere. A reportagem informa que a empresa se comprometeu a ter, até 2022, 28% de seu quadro profissional composto por negros e 25% de mulheres em posições de liderança, além de definir metas de promoções para diferentes grupos. Silvério afirma à reportagem: “Tenho a crença de que só organizações diversas vão sobreviver, pois as novas gerações já chegam com essa mentalidade inclusiva, aberta”.

A partir desses dizeres, a reportagem apresenta Yasmin Vitória, jovem negra e transsexual, que diz sonhar em ser uma executiva de sucesso. O texto aponta: “Vitória afirma que sua inclusão na companhia foi possível em razão das políticas claras de respeito à diversidade da Salesforce, que abrange também clientes e fornecedores” (OLIVEIRA, *Folha de S. Paulo*, 2019, p. A13). A importância da inclusão é acentuada pela própria Yasmin, que afirma à reportagem: “A empresa me apoiou muito. Consigo apresentar eventos, falar com clientes, não tenho medo nenhum. Aqui, não se compactua com homofobia”.

Vale ressaltar que as organizações empresariais são instâncias sociais e, desse modo, reproduzem comportamentos que compõem a tessitura social, incluindo manifestações de violência cultural. Destarte, o investimento em políticas voltadas a promover inclusão e representatividade são iniciativas impelidas na paz. Após apresentar diversos casos bem-sucedidos de políticas de inclusão, o texto informa que a inclusão de negros e pessoas LGBTQ+ em posições de liderança ainda é algo desafiador. A forma como a violência cultural influencia o comportamento das organizações é ressaltado por Ricardo Sales, sócio da consultoria Mais Diversidade; para ele, “a baixa representatividade é resultado, de um lado, da maior dificuldade de acesso a formação que parte desses grupos sofre, e, de outro, do preconceito presente na sociedade” (OLIVEIRA, *Folha de S. Paulo*, 2019, p. A13).

Apontadas as descrições acerca do teor da reportagem, inferimos que ela condiz com a perspectiva do Jornalismo para a Paz, principalmente por não sonegar a realidade de que as organizações carecem de representatividade negra e LGBTQ+ em cargos de liderança. Ademais, apresenta múltiplas vozes, privilegiando os grupos que são alvo de exclusões. A partir dos relatos das organizações, é possível realizar uma leitura da sociedade e compreender que a representatividade é necessária não somente no mercado de trabalho, mas em todas as instâncias; um importante caminho para se superar preconceitos como homofobia, racismo e machismo.

O gráfico a seguir nos auxilia a visualizar a frequência dos textos em cada uma das categorias apresentadas.

**Gráfico 1.** Frequência das narrativas a partir das categorias analíticas

Fonte: elaborado pelo autor

As análises dos textos publicados em outubro de 2018 e junho de 2019 na *Folha de S. Paulo*, que apresentam o conceito de homofobia, nos revelam que as narrativas são condizentes com as forças que regem o tempo, marcado, sobretudo, pela ascensão do pensamento conservador no Brasil. Com efeito, focando no aspecto quantitativo da pesquisa, percebemos que a maior parte dos textos analisados (43%) se encaixam na categoria fundamentalismo. Como discutimos anteriormente, o jornalismo é expressivamente um ator social e, deste modo, as narrativas tendem a representar o período histórico no qual estão inseridas. Categorias como estereótipos de gênero, discurso de ódio, violência ou paz e interseccionalidade aparecem com menor frequência, o que nos aponta a prevalência da violência em sua dimensão cultural, a partir de discursos e posturas naturalizadas na sociedade, que inferiorizam pessoas LGBTQ+.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos questionamentos se fizeram presentes no decorrer deste estudo, o que nos aponta que o campo dos Estudos para a Paz e, especificamente, o Jornalismo para a Paz, se constituem como perspectivas teóricas e metodológicas que apresentam múltiplas possibilidades de investigação. Inicialmente articulado tendo em vista a complexidade envolta em contextos de guerras entre nações, o campo dos Estudos para a Paz oferece estratégias e um aparato teórico-metodológico que nos auxilia a tecer articulações acerca de estruturas de conflitos que, assim como nas guerras tradicionais, acarretam violência e dizimam parte da população.

O campo dos Estudos para a Paz indica a compreensão dos entremeios dos conflitos como pressuposto para se empreender em iniciativas direcionadas à ressignificação dessas realidades, de modo a fazer valer o que Galtung denomina como paz positiva. Os conflitos se constituem em realidades complexas e jamais estão isolados. Resultam de processos sociais e culturais consolidados no decorrer da história, com a naturalização da violência, não somente em sua dimensão direta, mas principalmente estrutural e cultural. A ressignificação dos contextos em que impera a violência, portanto, exige esforços múltiplos, o que confere ao campo dos Estudos para a Paz a condição de multidisciplinar. Nesta dissertação, discorreremos sobre a contribuição do campo comunicacional na consolidação de uma cultura de paz, especificamente em sua dimensão jornalística, isto é, o Jornalismo para a Paz.

Concentramo-nos em apresentar o Jornalismo para a Paz como possibilidade para a efetivação de leitura crítica acerca de um conflito latente na sociedade brasileira: a homofobia. Acreditamos que o campo dos Estudos para a Paz nos proporciona competências analíticas que nos auxiliam a olhar para os conflitos de ordem social e propor caminhos para uma possível ressignificação. Como exposto no terceiro capítulo, o pensamento homofóbico estimula, legitima e naturaliza a violência praticada contra as pessoas que seguem na contramão dos padrões estabelecidos pela condição heteronormativa da sociedade. Trata-se, em nosso entendimento, de uma violência cultural, cuja principal característica é a manifestação sutil e silenciosa, mas que toma grandes proporções na medida em que é propagada, se fazendo presente nos discursos sociais e nos produtos culturais.

Desse modo, compreendemos que as narrativas jornalísticas podem ser elaboradas no sentido de contribuir para a desnaturalização e ressignificação da homofobia, sobretudo se levarmos em conta que a violência cultural é um aspecto pouco percebido, mas muito presente

no texto jornalístico, visto que o jornalismo se constitui como agente integrante da sociedade e, neste sentido, tende a reproduzir comportamentos dominantes na esfera social.

A perspectiva do Jornalismo para a Paz sugere a reorientação dos enquadramentos jornalísticos condicionados em reproduzir estruturas de violência. Conflitos são inerentes a toda e qualquer sociedade; neste sentido, não caberia ao jornalismo a responsabilidade de superar conflitos, mas sim, propor condições para uma possível desnaturalização ou ressignificação, resgatando nossa capacidade de indignação diante das violências naturalizadas ao longo do tempo. Na medida em que apresenta os aspectos subjacentes aos contextos de violência, a prática jornalística pode assumir um papel pedagógico e, neste sentido, apontar caminhos condizentes a uma realidade de paz. Destacamos, porém, que o jornalismo seria uma das estratégias voltadas à promoção da paz e, por isso, estaria aliado a outras iniciativas que visam estimular a criticidade e o engajamento, tal como a educação, por exemplo. A paz da qual discorremos se reveste de crítica, denúncia e engajamento perante situações de violência; não se trata meramente de uma realidade desprovida de conflitos (paz negativa), pois isso seria inalcançável, mas de uma paz que convida a sociedade para a promoção da justiça.

Partimos do pressuposto de que o Jornalismo para a Paz não é empregado na mídia jornalística brasileira como critério de noticiabilidade, mas pode proporcionar um olhar crítico diante do fazer jornalístico em situações de conflito. Com efeito, nos orientamos pela intenção de identificar quais características dessa perspectiva foram adotadas e quais foram omitidas pelo jornal *Folha de S. Paulo* no que se refere às coberturas acerca da homofobia. A seleção do recorte considerou o argumento de que a homofobia resulta da naturalização da violência em sua dimensão cultural, por meio de discursos propagados profusamente, voltados a subjugar as pessoas LGBTQ+. Desse modo, nos embasamos no contexto de polarização política de 2018, que evidenciou dois grupos distintos que galgavam a presidência do Brasil; discursos de ordem moral, com especial aceno para as questões acerca da sexualidade, estiveram intensamente presentes nos embates políticos. Assim, muitos discursos depreciativos relacionados às homossexualidades conduziram a campanha de um dos polos, o que pode contribuir para a legitimação da homofobia.

No decorrer das análises, sob o aparato metodológico da hermenêutica de profundidade e da análise de conteúdo, percebemos que as marcas do tempo estiveram presentes na construção das narrativas. Com efeito, a maior parte das narrativas encontradas nos dois meses selecionados para análise se encaixa na categoria analítica intitulada fundamentalismo. Em um contexto marcado pelo avanço do pensamento conservador,

sustentado por argumentos oriundos da religiosidade, voltados a assegurar a heteronormatividade, percebemos que as coberturas jornalísticas realizadas pela *Folha* em grande medida buscam apresentar “respostas” a esta conjuntura. Como apontado na fase das análises, algumas narrativas são notavelmente críticas com relação à expansão das pautas morais; grande parte dos textos reforça as estratégias discursivas assumidas pelo espectro conservador, com destaque para questões como “kit gay”, “escola sem partido” e “ideologia de gênero”.

Com base nas articulações teóricas e nas análises das narrativas jornalísticas empreendidas nesta dissertação, acreditamos que alcançamos o objetivo geral da pesquisa: analisar como se dá a representação da violência homofóbica por um jornal de grande circulação. Com efeito, utilizamos os fundamentos do Jornalismo para a Paz aliando-os às metodologias da hermenêutica de profundidade e análise de conteúdo, demonstrando que o potencial epistemológico e deontológico da perspectiva pode ser ampliado, sobretudo diante de narrativas jornalísticas que versam sobre conflitos de ordem social, sendo a homofobia uma dessas realidades. Sobre o objetivo específico de propor possibilidades de aplicação do Jornalismo para a Paz como método prático no dia a dia profissional, percebemos que existe um longo caminho a ser trilhado, principalmente no que se refere à formação profissional dos jornalistas.

Nesse sentido, cabe também destacar que nossas escolhas metodológicas e em relação à seleção do material jornalístico analisado revela que a homofobia foi efetivamente representada e contextualizada nos dois recortes temporais da *Folha de S. Paulo* (outubro de 2018 e junho de 2019). Embora as abordagens jornalísticas analisadas demonstrem aproximações com os princípios do Jornalismo para Paz, não podemos afirmar que isso se dá o tempo todo, uma vez que os dois recortes eram muito específicos. De qualquer forma, o fato de existir uma editoria sobre Diversidade indica um aspecto político importante, que demonstra o posicionamento político do Jornal, e que pode ou não influenciar outras pautas em outros contextos temporais publicadas pela *Folha de S. Paulo*.

Entretanto, se nos concentrarmos na história do referido veículo, perceberemos uma forte tendência de alinhamento com as forças que integram o poder, especialmente quando se trata de poder econômico. Com efeito, é inegável que o jornal, tal como grande parcela das mídias hegemônicas, conduziram seus enquadramentos para a formulação do “antipetismo”, o que, em grande medida, contribuiu para a ascensão de grupos com notáveis interesses conservadores ao poder. O fato de venderem a ideia de privilegiar a “diversidade” pode servir de objeto para estudos posteriores, confrontando análises do manual de redação do jornal,

entrevistas com profissionais e pesquisas junto ao público LGBTQ+, com foco em como se dá a recepção de conteúdos sobre o que a *Folha* chama de diversidade.

Uma das provocações que conduziram esta pesquisa desde o início é se o Jornalismo para a Paz não seria, de fato, o “bom jornalismo”. Percebemos uma carência de referenciais teóricos acerca da perspectiva do Jornalismo para a Paz diante de conflitos de ordem social, o que abre possibilidades para investigações futuras, especialmente a partir de uma perspectiva latino-americana. O desenvolvimento da pesquisa nos indicou que o campo dos Estudos para a Paz, em seu aspecto comunicacional, deve ser ampliado, especialmente a partir de uma abordagem interseccional, latino-americana e Sul-global, como possibilidade de trazer entendimentos e críticas relacionados aos conflitos inerentes a outros contextos além dos europeus e norte-americanos.

O limitado período para a elaboração de uma pesquisa de mestrado inviabiliza a ampliação do *corpus* de pesquisa, que poderia propor a aplicação prática do Jornalismo para a Paz, a fim de discorrer sobre o aspecto deontológico da perspectiva; constatação que pode abrir margem para futuras linhas de investigação. Todavia, esta contribuição inicial nos apontou que um jornal de grande circulação e pertencente à ótica hegemônica da mídia, como é o caso da *Folha de S. Paulo*, pode propor direcionamentos próximos à perspectiva do Jornalismo para a Paz, apresentando coberturas mais críticas diante de conflitos de ordem social, como é o caso da homofobia.

## REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaia, 2020.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 97-102.
- ARBEX JÚNIOR, José. **O jornalismo canalha: a promíscua relação entre mídia e poder**. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2003.
- ARÉVALO SALINAS, Alex Iván. Periodismo y comunicación para la paz. Indicadores y marco regulatorio. **Revista Comunicación y Ciudadanía Digital – COMMONS**, v. 3, n. 1, p. 57-92, 2014.
- ARÉVALO SALINAS, Alex Iván; FARNÉ, Alessandra. Comunicación y cambio social: un análisis desde la investigación centrado en el periodismo. **Cultura, Lenguaje y Representación**, v. 15, p. 11-19, 2016.
- BASTOS, Fernando.; PORTO, Sérgio. D. Análise hermenêutica. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 316-329.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é comunicação**. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- BRUM, Eliane. **Brasil, construtor de ruínas: um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2019.
- BULGARELLI, Lucas. Moralidades, direitas e direitos LGBTI nos anos 2010. In: GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 97-102.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CABRAL, Raquel; SALHANI, Jorge. Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões. **E-Compós**, Brasília-DF v. 20, n. 3, p. 1-20, 2017.
- CABRAL, Raquel; GONÇALVES, Gisela; SALHANI, Jorge. Violência organizacional: reflexões a partir da perspectiva dos estudos para a paz. **Revista ORGANICOM**, n. 28, São Paulo: USP, p. 247-265, 2018.
- CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 33-40.
- CARDOSO, Anelise Zanoni. Jornalismo para a paz ou para a guerra: o refugiado na cobertura jornalística brasileira. **Tese de Doutorado**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

- CARVALHO, Carlos Alberto de. **Jornalismo, homofobia e relações de gênero**. Curitiba-PR: Appris, 2012.
- CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- COLLINS, Patricia Hills; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021
- ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- FERREIRA, Marcos Alan S. V. A transdisciplinaridade nos estudos de paz. *Mundorama – Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais*, n. 103, 2016. Disponível em <https://mundorama.net/?p=19085>. Acesso em 08 fev. 2020.
- FERREIRA, Marcos Alan S. V. As origens dos estudos para a paz e seus conceitos elementares: paz, violência, conflito e guerra. In: FERREIRA, Marcos A. S. V.; MASCHIETTO, Roberta H; KUHLMANN, Paulo R. L. (Orgs.). **Estudos para a paz: conceitos e debates**. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2019. p. 47-83.
- FERREIRA, Marcos Alan S. V. A transdisciplinaridade nos estudos de paz. **Mundorama – Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**, n. 103, 2016. Disponível em <https://mundorama.net/?p=19085>. Acesso em 24 mar. 2020.
- FERREIRA, Giovandro Marcus. As origens recentes: os meios de comunicação pelo viés do paradigma da sociedade de massa. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001. p. 99-116.
- FONSECA JUNIOR, Wilson Corrêa da. Análise do conteúdo. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 280-304.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. The structure of foreign news. **Journal of Peace Research**, v. 2, n. 1, p. 64-91, 1965.
- GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n.3, p. 167-191, 1969.
- GALTUNG, Johan. Cultural violence. **Journal of Peace Research**, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990.
- GALTUNG, Johan. High road, low road: charting the course for Peace Journalism. **Track Two**, v. 7, n. 4, p. 1-5, 1998.
- GALTUNG, Johan. **Violencia cultural**. Gernika-Lumo: Gernika Gogoratzuz, 2003.
- GALTUNG, Johan. Peace Studies: a ten point primer. **Peace Studies in China: Nanjing University, 4-6 March 2005**. Disponível em <https://www.transcend.org/files/article536.html>. Acesso em 27 abr. 2020.
- GALTUNG, Johan. Peace journalism as an ethical challenge. **Global Media Journal: Mediterranean Edition**, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2006.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

GIRÓ, Xavier. Análisis crítico del discurso mediático y pedagogía comunicativa para la paz. In: CORTÉ GONZÁLEZ, Alfonso; GARCÍA LÓPEZ, Marcial (Eds.). **Comunicación y cultura de paz**. Granada: Editorial Universidad de Granada, p. 83-104, 2012.

GIRÓ, Xavier. Equilíbrios instáveis para el periodismo para la paz en conflictos nacionalistas. **Organicom**, São Paulo, ano 15, n. 28, 2018.

GOMES, Denise Cristina Ayres. Hermenêutica e comunicação: contribuições para compreender a teoria da interpretação e sua aplicação na sociedade midiática. **Revista Temática – UFPB**, João Pessoa, v. 11, n. 4, p. 38-52, abr. 2015.

GREEN, James N. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**, v. 20, n. 2, 2015, p. 97-128.

IJUIM, Jorge Kanehide. A Responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. **Em Questão**, Porto Alegre-SP, v. 5, n. 2, 2009, p. 31-43.

IPEA. **Atlas da violência 2019**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/190605\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2019.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf). Acesso em 06 mai. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Disponível em <http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>

JOURNAL OF PEACE RESEARCH. An editorial. **Journal of Peace Research**, v. 1, n. 1, p. 1-4, 1964.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Bagoas: estudos gays – gêneros e sexualidades**, v. 1, n. 1, 2007.

KEMPF, Wilhelm. Concepts and conceptions of peace journalism. **Conflict & Communication online**, v. 18, n. 2, p. 1-11, 2009.

KOEHLER, Sonia Maria Ferreira. Homofobia, cultura e violências: a desinformação social. **Interacções**, Coimbra, v. 26, p. 129-151, 2013.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. Sobre jornalismo e homofobia ou: pensa que é fácil falar? **E-compós**, Brasília-DF, v. 12, p. 1-16, 2009.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. **Jornalismo e Homofobia no Brasil**: mapeamento e reflexões. São Paulo: Intermeios, 2012.

LEAL, Bruno Souza; MENDONÇA, Carlos Camargos. Dilemas da visibilidade jornalística das violências contra pessoas LGBTQ+ e contra mulheres heterossexuais no Brasil. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 13, p. 261-272, 2019. Disponível em <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1707>. Acesso em 26 jun. 2020.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LÓPEZ BECERRA, Mário Hernán. Reflexiones sobre las desigualdades en el contexto de los estudios de paz. **Revista Paz y Conflictos**, Granada, n.4, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org). **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 85-93.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

LYNCH, Jake. What is Peace Journalism? **Transcend Media Service**. Disponível em <https://www.transcend.org/tms/about-peace-journalism/1-what-is-peace-journalism/>. Acesso em 16 abr. 2020.

LOYN, David. Good journalism or peace journalism? **Conflict & Communication Online**, v. 6, n. 2, p. 1-10, 2007.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

MARTÍNEZ GUZMÁN, Vicent. Filosofia e investigação para a paz. **Revista Crítica das Ciências Sociais**, v. 71, p. 43-62, 2005.

MARTINO, Luiz C. De qual comunicação estamos falando? In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). **Teorias da Comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001. p. 11-25.

MASCHIETTO, Roberta H.; NOBRE, Fábio; NOGUEIRA, Silvia G. Compreender para mudar: epistemologia e metodologia dos estudos para a paz. In: FERREIRA, Marcos A. S. V.; MASCHIETTO, Roberta H; KUHLMANN, Paulo R. L. (Orgs.). **Estudos para a paz: conceitos e debates**. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2019. p. 537-576.

McGOLDRICK, Annabel; LYNCH, Jake. **Peace Journalism – What is it? How to do it?**, 2000. Disponível em [goo.gl/YSMtUj](http://goo.gl/YSMtUj). Acesso em 16 abr. 2020.

MISKOLCI, Richard. Comentário. *Cad. Pagu*, n. 28, p. 55-63, 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/04.pdf>. Acesso em 20 mai. 2020.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p.150-182, 2009.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. Ideologia de gênero: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-748, dec. 2017.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v32n3/0102-6992-se-32-03-725.pdf>. Acesso em 26 mai. 2020.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

MOURA, Tatiana. Novíssimas guerras, novíssimas pazes. Desafios conceituais e políticos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 71, 2005. Disponível em <https://journals.openedition.org/rccs/1020>. Acesso em 13 jun. 2021.

NAZÁRIO, Heleno Rocha; REINO, Luciana da Silva Souza; MANFREDINI, Rodolfo. A hermenêutica de profundidade e suas aplicações. **Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação**, Blumenau-SC, v. 10, n. 2, p. 288-305, 2016.

NOS ALDÁS, Eloísa; SEGUÍ-COSME, Salvador; RIVAS MACHOTA, Ana María. **Comunicación y construcción de paz**. Barcelona: Icaria Editorial, 2008.

OGASSAWARA, Juliana Sayuri. Na trilha do Le Monde Diplomatique: intelectuais, imprensa e perspectiva crítica. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 16, n. 25, p. 108-141, 2015.

OLIVEIRA, Gilberto Carvalho de. Estudos da paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. **Rev. Carta Inter.**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-172, 2017.

PELÚCIO, Larissa. Um match com os conservadorismos: masculinidades desafiadas nas relações heterossexuais por meios digitais. **Interfaces científicas**, v. 8, n. 2, p. 31-46, 2020. Disponível em <https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/view/7062/3807>. Acesso em 01 jun. 2020.

PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, n. 1, p. 125-157, 2009. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/29/27>. Acesso em 23 mai. 2020.

PENNA, Fernando. O discurso reacionário de defesa de uma “escola sem partido”. In: GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 109-114.

PEREIRA, Fábio Henrique. **Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado**: o jornalismo como profissão. Covilhã: Biblioteca Online das Ciências da Comunicação, 2004. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-responsabilidade-jornalista.pdf>. Acesso em 31 mar. 2020.

PERES-NETO, Luiz; PEREIRA, Gabriela Agostinho. Ética, liberdade de expressão e discurso de ódio de gênero em sites de redes sociais. **E-Compós**, v. 22, p. 1-25, 2019.

PONTE, Cristina. Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis-SC: Insular, 2005.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia, hierarquização e humilhação social. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 51-71.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos anormais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, nº 1, jan/abr, 2011. p. 11-20.

PUREZA, José Manuel. **Estudos sobre a paz e cultura de paz**. Intervenção proferida no âmbito do Colóquio “Prevenção de Conflitos e Cultura de Paz”, n. 95/96, p. 33-42, Lisboa, 2000.

PUREZA, José Manuel; CRAVO, Teresa. Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 71, p. 5-19, 2005.

RIOS, Roger Raupp. Homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 53-83.

RODRIGO ALSINA, Miquel. **A construção da notícia**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

RUIZ, Eva Espinar; HERNÁNDEZ SÁNCHEZ, Maria Isabel. El periodismo de paz como paradigma de comunicación para el cambio social: características, dimensiones y obstáculos. **Cuadernos de Información y Comunicación**, v. 17, p. 175-189, 2012.

SALHANI, Jorge. Jornalismo para a paz e os refugiados Sírios. **Dissertação de Mestrado**. PPGCOM Universidade Estadual Paulista, 2019. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/190720>. Acesso em 30 jun. 2020

SANTOS, Boaventura de Sousa. Boaventura: o colonialismo e o século XXI. **Outras palavras: Geopolítica & Guerra**. Disponível em <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/boaventura-o-colonialismo-e-o-seculo-xxi/>. Acesso em 14 mai. 2020.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 19-54, 2007. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644794>. Acesso em 11 mai. 2020.

SHINAR, Dov. Mídia democrática e jornalismo voltado para a paz. **Líbero**, ano XI, n. 21, p. 39-48, 2008.

SILVA, Diogo Bacha; BAHIA, Alexandre G. M. Franco. Necessidade de criminalizar a homofobia no Brasil: porvir Democrático e inclusão das minorias. **Revista da Faculdade de Direito – UFPR**, Curitiba, vol. 60, n. 2, p. 177-207, 2015.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**. Disponível em <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113/1403>.

SIMÕES, Júlio Assis; FRANÇA, Isadora Lins; MACEDO, Marcio. Jeitos de corpo: cor/raça, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo. **Cadernos pagu** (35), 2010, p. 37-78.

SOARES, Maíra Ferreira Valladares. A identidade do brasileiro segundo o Le Monde Diplomatique Brasil. **Dissertação de Mestrado**. PPGCOM Universidade Estadual Paulista, 2010. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/89368>. Acesso em 17 jul. 2020.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. **O Império do Grotesco**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

TELES, Edson. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. In: GALLEGU, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 64-72.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 5. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

TIBURI, Marcia. **Como conversar com um fascista**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

- TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.
- TRINDADE, Ronaldo. O mito da multidão: uma breve história da parada gay de São Paulo. **Gênero**, Niterói-RJ, v.11, n.2, p. 73-97, 2011.
- VERONESE, Marília Veríssimo; GUARESCHI, Pedrinho Arcides. A hermenêutica de profundidade na pesquisa social. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 42, p. 85-93, 2006.
- VICENTE, Maximiliano Martín. Comunicación y paz activa: un dialogo posible. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 38, n. 1, p. 275-292, 2015.
- VIEIRA, Helena. Afinal, o que é Teoria Queer? O que fala Judith Butler? In: **Diálogos do Sul**. Disponível em <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/cultura/51728/afinal-o-que-e-a-teoria-queer-o-que-fala-judith-butler>. Acesso em 16 jul. 2020.
- VISCARDI, Janaisa Martins. Fake news, verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twitter. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n(59.2), p. 1134-1157, mai./ago. 2020
- WANDSCHEER, Lisiane. Análise da cobertura jornalística do crime organizado nos jornais Folha de São Paulo e O Globo com base no jornalismo para a paz. **Dissertação de Mestrado**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2008. Disponível em <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/2111>. Acesso em 30 jun. 2020.
- WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In. LOURO, Guacira Lopes (Org). **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf>. Acesso em 26 mai. 2020.
- WIBERG, Håkan. Investigação para a paz: passado, presente e futuro. **Revista ORGANICOM**, n. 28, São Paulo: USP, p. 57-73, 2018.
- WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 5. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

## APÊNDICE A: Relação de narrativas da Folha de S. Paulo analisadas em outubro de 2018

DATA DA PUBLICAÇÃO	TÍTULO	EDITORIA/CADERNO	AUTORIA
05/10/2018	Negra e lésbica, Janelle Monáe projeta sua voz	Ilustrada (C5)	Thiago Ney
05/10/2018	Pablo Vittar diz que ‘estampou’ alma em álbum	Ilustrada (C5)	João Paulo Martins
06/10/2018	Haddad precisou reatar com PT para assumir candidatura de Lula	Eleições 2018 (A18)	Bruno Boghossian
08/10/2018	‘Patriota’ e ‘de família’, Bolsonaro recebe bênção de igrejas evangélicas	Eleições 2018 (A26)	Anna Virginia Balloussier
10/10/2018	Bancada evangélica cresce, mas metade não obtém reeleição	Eleições 2018 (A14)	Anna Virginia Balloussier
11/10/2018	Parente vira serpente com clima eleitoral no WhatsApp	Eleições 2018 (A10)	Eliane Trindade
17/10/2018	Padres racham entre Bolsonaro e Haddad	Eleições 2018 (A8)	Anna Virginia Balloussier
21/10/2018	Montadas e poderosas, mulheres viram drags e reforçam autoestima	Cotidiano (B4)	Débora Miranda
23/10/2018	Alavancas de Bolsonaro, Escola sem partido e gênero têm raízes religiosas	Cotidiano (B1/B2)	Paulo Saldaña
27/10/2018	Política não pode motivar agressão, diz CNBB	Eleições 2018 (A18)	Anna Virginia Balloussier
30/10/2018	Católico, Bolsonaro investe em pauta evangélica e explode em segmento	Eleições 2018 (A 10)	Anna Virginia Balloussier
30/10/2018	Drag queens defendem o mundo gay em série	Ilustrada (C3)	Rafael Gregorio

## APÊNDICE B: Relação de narrativas da Folha de S. Paulo analisadas em junho de 2019

DATA DA PUBLICAÇÃO	TÍTULO	EDITORIA/CADERNO	AUTORIA
01/06/2019	Bolsonaro questiona falta de ministro evangélico no STF	Poder (A12)	Talita Fernandes Mônica Bergamo
02/06/2019	A obsessão fállica do bolsonarismo	Ilustríssima (4)	Naief Haddad
05/06/2019	Para membros do STF, religião é irrelevante para função de ministro	Poder (A8)	Reynaldo Turollo Jr.
10/06/2019	Ataque homofóbico violento no PE deixa jovem com sequelas	Cotidiano (B3)	Dhiego Maia
11/06/2019	Progressistas devem reinventar diálogo com conservadores	Poder (A15)	Everton Lopes Batista
19/06/2019	Em SP, 40% já sofreram ou viram preconceito contra LGBT	Cotidiano (B2)	Dhiego Maia
22/06/2019	Gays e negros avançam na carreira e buscam tornar mercado inclusivo	Mercado (A13)	Filipe Oliveira
22/06/2019	Clube de techno impele luta política por drogas e vida LGBT na Geórgia	Mundo (A10)	João Perassolo
23/06/2019	Política e memória dão tom à Parada LGBT neste domingo	Cotidiano (B1)	Dhiego Maia
24/06/2019	Sem polêmicas, Parada Gay mistura tom político e de micareta patrocinada	Cotidiano (A19)	Anna Virginia Balloussier Artur Rodrigues
24/06/2019	Diversidade sexual e fé podem caminhar juntas, afirma grupo	Cotidiano (A19)	Anna Virginia Balloussier Artur Rodrigues